A' Ill.ma e Ex.ma Sr.a D. Maria do Carmo Castilho.
Com o maior respeito e estima, e como testemunho de consideração pelo nobre e intelligente enthusiasmo com que aprecia tudo quanto ennobrece a patria.

Off.
O seu am.o affectuoso e criado humilde
José Raymundo da Palma Velho

A TOMADA

DA

BAHIA DE TUNGUE

NO

PARLAMENTO E NA IMPRENSA

A TOMADA

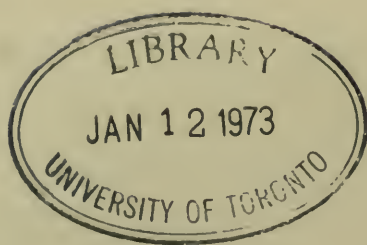
DA

BAHIA DE TUNGUE

NO

PARLAMENTO E NA IMPRENSA

LA BÉCARRE
PAPELARIA E TYPOGRAPHIA
47 — RUA NOVA DO ALMADA — 49

1887

Ill.^mo e Ex.^mo Sr. Manuel Vaz Preto Geraldes

Meu caro amigo

O eloquente discurso proferido por V. Ex.ª na camara dos dignos Pares, sobre a tomada de Tungue, é tão honroso para V. Ex.ª, pelo ardor que toma em tudo quanto ennobrece o seu paiz, e para mim, como humilde soldado do exercito portuguez, que peço licença para o tirar a lume, afim de tornar bem sabido e apreciado pelos meus amigos, que, como nós, amam a patria, o verdadeiro galardão que recebi por trabalhos e serviços, ainda assim, não completamente conhecidos.

De V. Ex.ª
Amigo affectuoso e obrigado
José Raymundo de Palma Velho.

Aos Ill.^{mos} e Ex.^{mos} Srs. Marquez de Rio Maior, D. Luiz da Camara, Coelho de Carvalho e Dantas Baracho, registra aqui o coronel Palma Velho um protesto da maior consideração e estima, pelo patriotismo e elevação, com que espontanea e eloquentemente prestaram homenagem a serviços feitos em Africa.

Tomada da parte meridional da bahia de Tungue em janeiro de 1886

PRIMEIRA VIAGEM

Ha mais de quarenta annos que o Cheque, então governador de Tungue, — pelo que recebia remuneração do governo portuguez, — depois de ter umas desintelligencias com o governador de Cabo Delgado e na mira de melhores interesses, commetteu a traição de ir entregar a bahia de Tungue ao sultão de Zanzibar. Fizeram-se então diligencias para a revindicação, praticando-se actos de valor que ficaram esquecidos: mas tudo foi inutil.

Desde aquella epoca todos os governadores geraes da provincia de Moçambique tentaram rehaver a bahia; mas o sultão, sob pretextos e delongas, sempre se negou a restituir o que de direito nos pertencia.

A' proporção que o tempo passava, iam os governadores de Tungue dilatando para o sul os seus dominios; até que os portuguezes, em 1883, estabeleceram um posto fiscal e um pequeno destacamento em Mutamba, margem sul da bahia de Mucimbua, afim de pôr cobro áquella audaciosa invasão. (Vide mappa n.º 1.)

A bahia de Tungue é talvez a melhor da costa oriental da Africa. Bastante funda, com vinte kilometros de comprimento, quatorze de largura e sete na entrada, dá-lhe esta fórma facil accesso e abrigo de todos os ventos para os maiores navios.

Tem magnifico peixe em abundancia, não só o natural

d'aquelle clima, — sendo o mais singular pelas suas fórmas o chamado peixe mulher, — mas tambem muito do que se encontra na costa de Portugal. Ha tambem grande variedade de buzios e conchas, pedra pomes, coral de differentes côres e dos mais caprichosos feitios, tartarugas, perolas, e cauril de que se faz uma grande exportação.

As aguas são tão limpidas e transparentes que deixam facilmente ver o fundo, em certas condições atmosphericas, e permittem observar os movimentos e a vida dos aquaticos habitantes. As margens porém são baixas, espraiando tanto o mar, que no refluxo das marés vivas fica a descoberto uma facha de uns mil e quinhentos metros, de areia fina, branca e dura, por onde se marcha á vontade.

E' orlada por frondoso mangal com densas palmeiras proximo das povoações, que liga para o interior com uma vegetação vigorosa e abundante, em terreno ariento onde se encontra agua doce a pequena profundidade, e onde, ao lado do café, da casuarina, do coqueiro, da bananeira e do ananaz, prosperariam muitas plantas da Europa, como em Quilimane e Zanzibar prospéra a laranjeira, o limoeiro, a tangerineira, muito superiores ás de Portugal.

O coqueiro é uma das arvores mais uteis na Africa; além do fructo, tiram tambem os indigenas a sura que muito lhes agrada. Esta bebida obtem-se cortando o ramo que deve produzir os côcos e prendendo á parte que ficou um cabaço, onde vae cahindo a seiva, ou a sura, que tem sabôr agradavel e embriaga como o vinho. Ha uns passaros pequenos de côr negro-aveludada com o peito carmezim, que a bebem a ponto de cahirem ebrios. Outros ha que, em bandos, por instincto escolhem a extremidade dos ramos flexiveis dos coqueiros para construirem seus ninhos esphericos, que balouçando-se sempre, ficam defendidos de inimigos naturaes. A surpreza de encontrar coqueiros carregados de ninhos, não deixa de prender a attenção d'um espirito observador.

O silencio da noite é interrompido pelo estridente e constante cantar dos grillos, coaxar das rãs, berrar dos macacos e rugidos de animaes selvagens, a que corresponde o canto melancholico das aves aquaticas, acompanhado pelos murmurejantes gemidos de caranguejos, na elaboração das suas casas tubulares e subterraneas, que duram só o intervallo d'uma maré.

O paiz proximo é muito povoado por macondes, mavias e macuas, que se distinguem uns dos outros, pouco pela linguagem, mas muito pela mania de golpear o corpo, que fica com signaes e figuras gravadas para sempre, de furar as orelhas e os beiços, a que artificialmente dão fórmas monstruosas, que elles reputam belleza e distincção sem egual. Frequentam com

grande concorrencia a bahia, de preferencia a outras localidades, pela fertilidade do terreno e facilidade de caminhos; o que torna, sem duvida, a bahia de Tungue o melhor ponto commercial do districto de Cabo Delgado. E' o seu futuro, e tão importante no extremo norte da provincia de Moçambique, como Lourenço Marques no extremo sul. Ambos cumpre defender até á ultima extremidade.

Estas vantagens traziam os portuguezes inquietos e receiosos, de que alguma nação estrangeira quizesse occupar a bahia, que pertencia indubitavelmente aos dominios de Portugal; no que não nos enganámos, porque em novembro de 1885, recebia o coronel Palma Velho, governador de Cabo Delgado, o seguinte officio do governo geral de Moçambique:

«Governo geral da provincia de Moçambique. N.º...— Constando a este governo geral que a Inglaterra e França e a Allemanha deram as mãos para delimitarem as terras do sultanado de Zanzibar, no continente, e receiando-se bem fundadamente, que esses paizes considerando sem dono os territorios que vão do norte de Mucimbua a Cabo Delgado, logo que ahi não seja encontrada a bandeira portugueza, de todos ou de parte d'elles se apossem sem respeito pelos nossos direitos, aliás reconhecidos em differentes tratados; e sendo indispensavel envidar todos os esforços para obstar a que se realise semilhante usurpação: vou rogar a V. Ex.ª que sem perda de tempo faça seguir para a bahia de Tungue o hyate do estado que ahi se encontra, o qual deve conduzir a seu bordo um official inferior e alguns soldados levando sufficientes munições de bôcca para n'aquelle ponto se poder conservar fundeado o maior numero possivel de dias. A permanencia d'esse navio com uma pequena força armada na bahia de Tungue, servirá apenas para significar a nossa occupação e para que ahi se encontre arvorada a bandeira nacional, como prova de que tal bahia se não encontra por nós abandonada. Muito conveniente seria tambem que a chalupa do governo que ahi se deve achar, percorra com frequencia a costa até ao fundeadouro do hyate, afim de se informar de quaesquer occorrencias e de fazer ver o seu pavilhão, devendo de quando em quando conservar-se fundeado alguns dias a meia distancia de Mucimbua e Tungue, ou onde melhor pareça. Util seria tambem que V. Ex.ª podesse estabelecer pela costa, até ao extremo norte dos nossos dominios, pequenos destacamentos militares nos pontos onde melhor fossem recebidos, e aonde com facilidade podessem ser enviados soccorros, para d'esta fórma evitar que sob o pretexto de abandono, qualquer nação ambiciosa pretenda esbulhar-nos d'aquillo que nos pertence. A chalupa do estado, visitando con-

stantemente esses destacamentos, pol-os-hia em regulares communicações com a capital do districto. habilitando assim V. Ex.ª a ter exacto conhecimento dos successos que n'aquelles pontos tivessem logar, para a seu respeito poder providenciar devidamente. Onde esses destacamentos fossem encontrados erguer-se-hia tambem a nossa bandeira. V. Ex.ª facilmente comprehende bem a gravidade do assumpto que aqui deixo tratado e estou bem certo de que fará todo o possivel para que no districto confiado á sua intelligente administração não percamos um só palmo de terra que nos pertença. Dentro em breves dias partirá para ahi um dos navios de guerra da divisão naval, afim de coadjuvar a V. Ex.ª no que necessario fôr, esperando que entretanto V. Ex.ª procederá da melhor fórma para que os nossos direitos não sejam offendidos. Deus Guarde, etc...»

Ninguem como o coronel Palma Velho comprehendia a gravidade do assumpto: as ordens foram portanto cumpridas, addicionando-se-lhes umas instrucções para o tenente Sousa, commandante do destacamento de Mutamba, em que resumidamente se lhe ordenava percorresse a costa até Tungue, arvorando a bandeira portugueza nos pontos mais importantes. O sargento Romão da Silva commandava a escolta embarcada no hyate.

A 14 de dezembro recebeu o governador do Ibo noticias de Moçambique ratificando o que se lê no officio antecedente. Preparou-se logo para ir pessoalmente tratar de tão melindrosa questão e ver se podia salvar para os portuguezes alguma parte dos territorios occupados pelo sultão de Zanzibar, e ambicionados por estrangeiros.

Embarcou para Tungue com ventos contrarios, e só no dia 19 de dezembro chegou á bahia de Mucimbua. O commandante militar deu-lhe noticias inquietadoras, que tornaram todos os nossos descrentes do exito desejado.

Por ordem do governador de Tungue quatrocentos arabes armados guarneciam a costa e tinham feito fogo sobre o tenente Sousa, quando desembarcou com a escolta commandada pelo sargento Romão da Silva, para arvorar a bandeira portugueza.

Aquelle official falleceu depois no Ibo, talvez por não poder resistir aos trabalhos que soffreram todos os encarregados d'este serviço. Não se póde asseverar se elle teria direito á medalha de comportamento exemplar: é certo, porém, que era valente, e só ao ter encontrado grande numero de inimigos na sua frente, se deve o retirar sem cumprir as ordens que recebeu do coronel Palma Velho.

O dito governador de Tungue negava ter dado aquellas ordens, mas embora o negue, sabe-se comtudo que foi elle quem mandou fazer fogo, e quebrar os mastros das bandeiras. Além d'isto, julgava-se senhor de todo aquelle paiz, como se prova pela seguinte carta que dirigiu ao mesmo tenente destacado em Mutamba:

«Traducção.—*Ao Ill.*^mo^ *Sr. capitão-mór de Mutamba. O Portuguez.*—Eu estou bem; desejo saber da sua saude. Constou-me que V. S.^a^ tinha vindo a Macoloe, desembarcou e arvorou a bandeira, sem ter vindo primeiramente pedir licença, pois desde que eu aqui estou não desembarca nenhum portuguez sem minha licença; portanto fique sabendo que V. S.^a^ commetteu uma falta desembarcando, plantando o pau e arvorando a bandeira sem minha licença no territorio do sultão de Zanzibar. Como V. S.^a^ commetteu falta arvorando a bandeira, os velhos de Tungue foram para lá e tiraram o pau de bandeira. Eu ainda não me consta que desde Muluri até Tungue seja territorio portuguez e nem ha nada de portuguez, eu conto tudo como do sultão de Zanzibar. V. S.^a^ é nosso amigo; se tiver algum documento pelo qual prova e tem força, que desde Muluri até aqui onde estou seja portuguez, apresente para eu ver, se isto é dos portuguezes eu não faço nada contra isso, mas se isto tudo é do sultão de Zanzibar cá estou eu para defender os direitos d'elle; se não tiver documento comprovativo vá saber primeiro com o sultão de Zanzibar. Gente de Moçambique é que sabe melhor o que lhe pertence, mas eu e V. S.^a^ sômos novos e alheios a estas questões; V. S.^a^ procura os seus direitos e nós procuramos os nossos, e eu tenho visto que desde Muluri até Tungue está debaixo das ordens do sultão, e gente velha das terras sabe e foi quem me disse. Os nossos limites é Mucimbua, nós e os portuguezes. Muita auctoridade tem estado em Mutamba antes de V. S.^a^ sem fazer nem querer o que V. S.^a^ fez, e se eu quizer posso fazer desde Muluri até Mutamba, collocando bandeiras do sultão, mas isto não quero eu fazer, pois não quero tomar e fazer força com o que pertence de Muluri até Mutamba. O que eu quero é estar bem com os portuguezes como antigamente. Se quizer bem comigo encontra-me bom, se quer o bem vae bem, e se quer mal, mal entra comigo, escolha. Responda-me com brevidade.—O governador de Tungue. *Saidi Bino Salimo Bini Saidi Alibo Saidi.*

«Dia 4 do mez 6.º do anno de 1:303.»

Esta carta não deixou duvida sobre as intenções hostis dos arabes, o que fez apressar a viagem do coronel Palma Velho

para Tungue, onde chegou no dia 27 de dezembro. Já lá encontrou a canhoneira *Quanza*, fundeada a seis kilometros de terra pelo pouco fundo que tem as margens da bahia. Por aquelle navio se recebeu o seguinte officio do governo de Moçambique:

«GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE. N.º... — S. Ex.ª o conselheiro governador geral incumbe-me de communicar a V. Ex.ª que segue para o districto que dignamente lhe está confiado a canhoneira *Quanza*, afim de se occupar o rio Meninguene, em harmonia com as instrucções que por copia vão inclusas. O mesmo Ex.mo Sr. muito deseja que V. Ex.ª vá pessoalmente auxiliar com a sua muita prudencia, illustração e auctoridade esta importante occupação, confiando em que ella será levada a bom cabo, como tudo leva a crêr. E' indispensavel que não percamos por falta de resolução o ensejo favoravel que se nos apresenta, para levarmos a occupação até ao extremo dos nossos limites norte, e para isto muito confia S. Ex.ª no provado zelo e patriotismo de V. Ex.ª. Deus Guarde, etc...»

Como se vê, o coronel Palma Velho já lá estava e folgava ter interpretado bem os desejos do governo geral, onde não se reconhecia a attitude do governador de Tungue.

Não devendo romper as hostilidades, pois a isso se oppunham as instrucções que havia, esgotaram-se os meios brandos e suasorios para convencer o governador de Tungue, do direito que nós tinhamos para occupar aquelles pontos. A resposta foi sempre a mesma: «não mandava retirar a força armada nem permittia o desembarque dos portuguezes.»

Esperava-se a toda a hora a esquadra internacional e a posição do governador era assás critica, querendo afirmar que a bahia era portugueza, conservando os arabes a guarnição armada por todos os lados. Como sahir d'esta situação? Como conservar a bandeira portugueza immaculada e respeitada como devia ser?

A vida d'um soldado é estar sempre prompto a servir a sua patria e honrar a bandeira nacional. Era chegado o momento de provar que, se faltavam ao coronel Palma Velho as boas condições d'um nobre soldado, sobrava-lhe o desejo de servir com honra o seu paiz e de expôr a vida por causa tão nobre.

Fundeado em frente de Macoloe, povoação do lado sul da bahia, observava a força arabe que tinha alli o seu quartel. Um dia determinou que se arreasse o escaler e mandou remar para terra. A tripulação do escaler disse-lhe: «Senhor, está lá

arabe que mata o governador.» «Reme para terra!» repetiu elle. Chegado alli marchou pela praia, acompanhado por um interprete, e parando em frente dos arabes, que o cercavam, e do seu quartel, fixou a bandeira portugueza no terreno.

E' indiscriptivel o que se passou então. Os arabes e indigenas, ora reunindo-se, ora separando-se, iam e vinham, como quem tomava uma decidida resolução, e ouviam constantemente do coronel Palma Velho, entre outras phrases, a seguinte: «Ai! de quem tocar n'aquella bandeira!» Assim se passou o dia até que ao sol posto o coronel retirou para bordo com a bandeira, assim como retiraram para o outro barco os dois portuguezes que haviam desembarcado depois.

Dispunha-se a voltar no dia seguinte com o destacamento a tomar posse d'aquelle ponto; mas, se ninguem punha em duvida a coragem dos valentes que o acompanhavam, todos tinham duvidas de poderem manter-se em Macoloe, sem serem hostilisados pelos arabes. Assim julgou o coronel Palma Velho que seria mais prudente tomar posse da ilha deserta de Tecamagi até ulterior resolução. No dia 1.º de janeiro de 1886, foi alli a bandeira portugueza arvorada por elle com a devida solemnidade.

Acto continuo marchou para o Ibo, afim de aproveitar a passagem do paquete, para dar conta ao governador geral do que se havia passado, nos seguintes termos:

«Governo do districto de Cabo Delgado. N.º...—Ill.mo e Ex.mo Sr.—«Em virtude do officio n.º... fiz seguir immediatamente para Meninguene o hyate *Barbosa du Bocage* com nove praças a bordo, e enviei ao tenente Sousa, destacado em Mucimbua, as instrucções de que já dei conhecimento a V. Ex.ª. No dia 14 recebi communicação de V. Ex.ª de que a canhoneira vinha em dois ou tres dias, para me transportar á bahia de Tungue em serviço urgente.

«Passadas setenta e duas horas justas, como a canhoneira não tivesse entrado nem se avistasse e podesse não vir, resolvi sem mais demora, seguir para Meninguene com o thesoureiro João de Barros Carrilho, o tenente Antonio da Camara Cylindo e mais oito praças, embarcando todos no hyate *Mello Gouveia*, e eu no cuter.

«No dia 19 á noite cheguei a Mucimbua e soube logo que o tenente Sousa mandára arvorar a bandeira n'um ponto sul da bahia de Tungue (Macoloe, a 4 kilometros da ponta Funzi), mas que logo na noite seguinte foi quebrado o mastro por grande numero de soldados do sultão, e isto o fizera embarcar outra vez para o mesmo ponto, d'onde era esperado em Mucimbua com brevidade. No dia 20 chegou o tenente Sousa, e

déra-me parte que a segunda tentativa para arvorar a bandeira tivera o mesmo resultado da primeira.

«O hyate *Barbosa* voltou logo para Tungue, e eu, tendo de esperar um mouro para me servir de guia e interprete para com o chefe de Tungue, segui no dia 22 para este ponto, onde cheguei no dia 27, de manhã. Já lá estava a canhoneira que me entregou os officios de V. Ex.ª, e o capitão Brito que vinha a bordo.

«Vieram logo delegados do governador de Tungue cumprimentar-me, a que eu correspondi; affirmando a paz e amisade que queriamos conservar com os subditos do sultão. Depois d'isto enviei Carrilho e tenente Camara ao governador de Tungue dizer-lhe que, tendo elle mandado de noite 400 homens armados destruir os mastros das bandeiras arvoradas em territorio portuguez, me désse explicações d'este procedimento inesperado, pois não podia elle prohibir nem perturbar os actos pacificos da administração portugueza. O chefe de Tungue respondeu que não déra tal ordem, que os homens velhos tiraram o mastro por julgarem ser territorio do sultão, e de tal fizeram uma declaração escripta que assignaram, e que não podia permittir a bandeira arvorada sem ordem do sultão.

«Julgo inutil esperar resposta do sultão; porquanto desde que um traidor, chefe de Tungue, ao serviço do governo portuguez, fôra a Zanzibar prestar vassalagem ao sultão para auferir maiores interesses, ficando assim este na posse de Tungue, territorio portuguez, todas as justissimas reclamações da parte de Portugal nunca tiveram solução.

«Da resposta do governador de Tungue conclui eu que, quanto mais o dito governador queria apossar-se do territorio portuguez, contra todo o direito, chegando a dizer que o proprio Muluri pertencia a Tungue, tanto mais eu devia diligenciar, afirmar e sustentar os nossos direitos.

«Querendo evitar quanto fosse possivel os meios extremos e um conflicto com as tropas do sultão, foram os mesmos emissarios outra vez ao governador de Tungue communicar-lhe que, tendo eu ordens superiores para me estabelecer do lado do sul de Meninguene, o tornava responsavel por qualquer acontecimento, caso quizesse oppôr-se com a sua gente armada.

«Depois de prestadas as devidas attencões e feito o possivel para nos conciliarmos com a gente de Tungue, no dia 30 convidei o commandante da *Quanza* a approximar-se de terra quanto possivel. Apenas fundeou o barco em que eu ia, desembarquei só na lancha e chegada a terra fixei a bandeira em frente das casas; ninguem me impediu este acto, embora encontrasse, além de muito povo, homens armados da gente de

Tungue, e constou-me haver mais occultos. Depois com os dois officiaes e Carrilho, que tinham desembarcado n'outro bote, percorremos o local em escolha do ponto para quartel, e ao pôr do sol tornámos a embarcar com a bandeira.

«Na madrugada de 31, quando eu dava ordens para comigo desembarcarem os dois officiaes, um sargento e os dezaseis soldados que havia, apresentou-se o digno commandante da canhoneira, o capitão-tenente Sanches de Gusman, sempre sollicito no desempenho do serviço, declarando que a canhoneira não podia approximar-se mais do ponto do desembarque, o que nós todos viamos. Assim a canhoneira, pela muita distancia a que fundeava, não podia proteger-nos, não digo no desembarque, que não era preciso, mas na conservação d'aquella força em terra, entre inimigos.

«Ninguem temia a gente de Tungue, mas tambem queriamos evitar um conflicto com tropas do sultão, em condições desfavoraveis para nós, visto a desproporção das forças. Depois de judiciosas reflexões sobre o modo de cumprir um serviço, que estivesse nos limites das ordens de S. Ex.ª o conselheiro governador geral, que preenchesse o fim a que vinhamos, e que mantivesse a dignidade nacional, resolvemos içar a bandeira na ilha de Tecamagi. Assim, estavamos na bahia de Tungue, ainda mais ao norte do que Meninguene, e ao abrigo de traiçoeiras correrias.

«No dia 1.º de janeiro de 1886, perante o destacamento e um contingente da canhoneira *Quanza* commandado por um guarda marinha, arvorei eu a bandeira portugueza com as devidas formalidades no extremo norte da ilha de Tecamagi, bahia de Tungue.

«O governador de Tungue tem a residencia e o quartel da força em Meninguene, e d'alli a distribue pelo norte e pelo sul até Muluri, como se tudo lhe pertencesse. E' portanto urgente: 1.º que S. Ex.ª o conselheiro governador geral por todos os meios possiveis, e o consul portuguez em Zanzibar, exijam que o sultão dê terminantes ordens ao governador de Tungue, para que a força armada não passe para o lado do sul do rio de Meninguene; 2.º que S. Ex.ª me mande sessenta praças para reforçar os destacamentos do Ibo, Mucimbua e Tecamagi, sem o que não pódem sustentar-se.

«Reconhecidos os nossos direitos poderemos então estabelecer o posto fiscal, no ponto mais conveniente ao sul, caso S. Ex.ª não o queira em frente da residencia e do quartel do governador de Tungue. Se porém o sultão persiste em não dar as providencias que são reclamadas e S. Ex.ª entende que a occupação de Tecamagi se satisfaz como demonstração de que o sul da bahia de Tungue é portuguez, não satisfaz como posto

fiscal, proporei então escolher outro ponto, e tomar providencias para evitar esta audaciosa invasão da gente de Tungue, que se julga com direito de mandar tropa até Muluri. Rogo a V. Ex.ª se digne dar conhecimento do que deixo dito a S. Ex.ª o conselheiro governador geral de quem aguardo as ordens. Deus Guarde a V. Ex.ª, etc...»

A este officio respondeu-se do governo geral o seguinte:

«GOVERNO GERAL DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE. N.º...— S. Ex.ª o conselheiro governador geral a quem foi presente o officio de V. Ex.ª de 4 do corrente, encarrega-me de lhe dizer que viu com muito prazer a maneira prudente e digna como V. Ex.ª se houve até aqui na primeira parte da commissão que foi com a canhoneira *Quanza* desempenhar á bahia de Tungue. Se o exito não foi de todo satisfatorio; como se esperava, foi isso unicamente devido ás incompletas noticias que ácerca da extensão do dominio de sua alteza o sultão existiam n'este governo geral, pois nunca aqui se suppôz que elle podesse ter pretenções, ou que os seus delegados exercessem actos de verdadeira soberania para o sul de Meninguene até Muluri. Em todo o caso V. Ex.ª houve-se com muita intelligencia e discrição, occupando desde já a ilha Tecamagi, e assim tirou o melhor partido que as circumstancias lhe permittiam dos fracos recursos de que dispunha. *O seu desembarque e demonstração em Macoloe* deve tambem ter sido util, para mostrar ao governador de Tungue que assim consideramos ainda aquella costa como parte integrante dos dominios portuguezes, e que não estamos dispostos a renunciar a esses seculares direitos. A' chegada do officio de V. Ex.ª, a que estou respondendo, telegraphou o Ex.mo governador geral, em 6, ao consul em Zanzibar o seguinte:

Ilha Tecamagi occupada Governo Ibo. Governador Tungue pretende dominio costa até Muluri; impediu bandeira nossa Macoloe; urgente exigir satisfacção sultão para occupar Meninguene. Responda.

«Hontem á noite recebeu-se em resposta o seguinte:

Partiu já um navio com ordem ao governador de Tungue para entregar Macoloe. Ámanhã parte outro com demissão de governador que será castigado.

«Em vista pois do estado em que se acha a questão, resolveu S. Ex.ª o conselheiro governador geral enviar a V. Ex.ª mais 33 praças de pret para reforçar o destacamento do seu districto, não lhe mandando mais por ser absolutamente impossivel. Deseja o mesmo Ex.mo Sr. que V. Ex.ª siga novamente para o norte. O proseguimento das operações será determinado por V. Ex.ª em harmonia com as circumstancias que se forem apresentando, e confórme V. Ex.ª o entender pois que S. Ex.ª o conselheiro governador geral, tem a mais absoluta confiança na intelligencia, zelo, dedicação, energia, bom senso e patriotismo de V. Ex.ª de que sempre tem dado, e especialmente n'esta commissão difficilima, as mais exuberantes provas. Parece entretanto ao mesmo Ex.mo Sr. dever ponderar a V. Ex.ª que, se não foi possivel até agora occupar mais do que a ilha de Tecamagi, o que é já mui importante conquista, não deve V. Ex.ª esquecer-se de que muito embora esse ponto, quando convenientemente fortificado, nos assegure dominio maritimo sobre as entradas da bahia, não significa todavia o dominio effectivo no continente que temos principalmente em vista estabelecer. Comprehende V. Ex.ª que o Ex.mo governador geral fica ancioso por saber como vão caminhando os negocios da occupação, e por isso e como pelo paquete seguinte da companhia British India só aqui receberá essas noticias no principio de fevereiro, deseja elle que V. Ex.ª aproveite qualquer embarcação mercante que para aqui venha, ou mande mesmo um dos hyates ou chalupas ahi em serviço, trazer qualquer noticia importante. N'este momento acaba S. Ex.ª o conselheiro governador geral de receber de S. Ex.ª o ministro da marinha um telegramma em que se diz evitemos qualquer conflicto com Zanzibar. O mesmo Ex.mo Sr. recommenda portanto a V. Ex.ª toda a prudencia e circumspecção na conducção das negociações principiadas, e no procedimento a seguir com as auctoridades arabes de Tungue. Deus Guarde, etc...»

E' inutil dizer que, nem tal navio, nem tal ordem, nem tal demissão chegou jámais á bahia de Tungue, o que não surprehendeu ninguem acostumado a tratar com aquelles visinhos.

SEGUNDA VIAGEM

Recebido o officio supra, embarcou outra vez o coronel Palma Velho para a bahia de Tungue, e mandou embarcar tambem para Mucimbua o destacamento chegado de Moçambique commandado pelo tenente Pinto. Não foi logo a dita força para Tungue, porque preferia o governador do Ibo impôr-se pelo direito aos arabes, que não pela força. Só depois de ser arriada por elle a bandeira do sultão, que os arabes tinham arvorado no quartel dos seus soldados em Macoloe e substituido pela portugueza, é que chegou o hyate *Mello Gouveia*, que fôra á bahia de Mucimbua afim de transportar o tenente Pinto com o destacamento para Meninguene sul. Da segunda vez, porem, que o coronel Palma Velho desembarcou em Macoloe, houve maior reluctancia da parte da tripulação do escaler em remar para terra, por suppôr-se haver alli alguma cilada para assassinar o governador.

De tudo se deu parte ao governo geral com o seguinte officio (*Boletim* de 3 de fevereiro de 1886):

«Governo do districto de Cabo Delgado. N.º...— Em consequencia de ordens, das providencias energicas, das medidas conducentes e das instrucções que S. Ex.ª o governador geral se dignou dirigir-me com referencia á bahia de Tungue, parti de novo no dia 13 do corrente para o dito ponto, a bordo do hyate *Barbosa*, tendo préviamente feito embarcar toda a força vinda de Moçambique para Mucimbua, onde me ficava mais á mão para me servir d'ella segundo as circumstancias.

«No dia 19 cheguei á bahia de Tungue e fundeei proximo da ilha Tecamagi. Acto continuo partiram logo os emissarios João de Barros Carrilho e tenente Antonio da Camara Cylindo a participar ao chefe que, em virtude de ordens superiores e das communicações do consul portuguez em Zanzibar, se ia occupar a margem sul de Meninguene, e que, como demonstração de paz e para evitar qualquer conflicto, nós prohibiamos a passagem da força armada para o norte, do mesmo modo que elle devia prohibir a passagem da força para o sul, onde não podia permanecer. O chefe respondeu que, apesar de não ter ordens desenvolvidas sobre o assumpto, mandava desde logo retirar toda a força do lado do sul.

«Em quanto isso se passava, eu apresentava-me a bordo da *Vouga*, onde encontrei o digno commandante A. J. da Silva e

Costa nas melhores disposições para chegar á conclusão de tão importante serviço.

«No dia 20 tentei percorrer a margem direita da bahia, mas o muito mar e a chuva faziam uma tal cerração, que nada se via, pelo que recolhi a bordo do hyate *Barbosa*. Como porém eu tinha o firme proposito de arvorar a bandeira no angulo da bahia e em frente de Meninguene, segui n'essa noite no hyate para este ponto e ordenei que o hyate *Mello Gouveia* fosse a Mucimbua para conduzir o alferes Pinto com a força que viera de Moçambique para Meninguene.

«Em 21, percorrendo a margem, por terra e a pé, pude escolher o local, e portanto dei ordens para no seguinte dia toda a força e bandeira passar de Tecamagi para Meninguene. A' noite porém tive denuncia de que a força arabe se conservava ainda em Macoloe, que nos ficava por assim dizer á retaguarda.

«No dia 22, logo de manhã, dirigi-me para aquelle ponto, só acompanhado pelo interprete no bote do hyate, para ver o que se passava e tirar as devidas conclusões d'este facto inesperado.

«Fiquei surprehendido por encontrar, não só a força armada, mas até a bandeira de Zanzibar arvorada na casa que servia de quartel áquella força. Intimei o sargento arabe a arriar immediatamente aquella bandeira, que não podia ser arvorada em territorio portuguez, e egualmente a que todos se retirassem para Tungue. Tudo se executou sem difficuldade nem murmurio e sem que eu tivesse qualquer arma para os intimidar, d'onde conclui que aquelle facto foi mais devido a ignorancia do sargento, do que ao fim de se oppôr á nossa occupação.

«Entretanto, a força navegava de Tecamagi para Meninguene, sem poder chegar a este ponto por haver calma e copiosa chuva.

«Tecamagi seria importante, se não podessemos occupar nenhum ponto ao sul de Meninguene; mas agora que arvoro a bandeira portugueza no continente, ninguem porá em duvida os nossos direitos ás ilhas fronteiras, e portanto tomei a deliberação de retirar a força de Tecamagi, por ser uma ilha deserta onde a vida é difficil pela falta de agua. Abriram-se dois poços e encontrámos agua salgada.

«A 23 desembarcámos em Meninguene; construiram-se os abrigos provisorios e arvorou-se a bandeira sem que ninguem tentasse impedir-nos; o que me faz suppôr que o chefe de Tungue já tinha recebido as instrucções de que nos falla o nosso consul em Zanzibar.

«No dia 24 entraram na bahia de Tungue tres grandes na-

vios, que julguei logo ser a tal esquadra internacional, o que me levou a mandar içar outra bandeira em Macoloe, para ficarmos com duas bandeiras na bahia de Tungue, e tornar assim a nossa posse evidente.

«Na tarde o commandante da *Quanza* communicou-me ter apparecido uma bandeira em Tecamagi, que mandára tirar logo e substituir pela portugueza. Não se soube quem collocou aquella bandeira, e é provavel fosse antes signal particular de alguns pescadores, do que questão de nacionalidade; pois o proprio chefe de Tungue respondeu ás explicações que lhe pedi immediatamente, de modo satisfactorio.

«No dia 26 a canhoneira allemã foi fundear perto de Meninguene, desembarcando do lado norte, trocando cumprimentos com a *Vouga*, e retirando para a barra n'essa manhã.

«Passámos o nosso dominio do parallelo 11° para o de 10° 45'. Temos hoje a nossa bandeira arvorada em pontos onde ha 40 annos nenhuma auctoridade portugueza podia desembarcar, apesar do incontestavel direito que tinhamos áquella região.

«A S. Ex.ª, como dignissimo governador geral da provincia de Moçambique, pertence toda a gloria d'este acontecimento que muito o honra. Sem embargo, ouso recommendar á benevolencia de S. Ex.ª para que sollicite das estações superiores uma condecoração ou outra qualquer recompensa honorifica, em commemoração d'este acontecimento, para dois funccionarios que tanto contribuiram para a feliz solução d'este serviço. São elles, o thesoureiro almoxarife João de Barros Carrilho e o tenente Antonio da Camara Cylindo, que me acompanharam desde o começo das operações. O primeiro, prestando-se da melhor vontade, apesar de todos os incommodos e privações, a usar da influencia pessoal e conhecimentos que tem na provincia, para o bom exito d'este serviço; no que despendeu os seus haveres, a ponto de o julgar muito digno de uma condecoração.

«O segundo, tambem muito contribuiu com o seu zelo e dedicação pelo serviço publico. Como commandante da força desembarcou comigo em Tecamagi e Meninguene, e foi o primeiro official que commandou estes pontos, e tem que organisar o posto de occupação em que a nada se poupa e de quem depende o futuro d'este estabelecimento. Confio plenamente nas suas aptidões e julgo-o merecedor de uma condecoração pelos serviços que ha prestado.

«Digne-se V. Ex.ª dar de tudo conhecimento a S. Ex.ª o conselheiro governador geral, bem como das minhas felicitações, por ser este o primeiro officio que n'essa secretaria se recebe de Meninguene. Deus Guarde, etc...»

No dia 30 de janeiro communicava o commandante da canhoneira *Vouga* o seguinte:

«DIVISÃO NAVAL DA AFRICA ORIENTAL E MAR DA INDIA. N.º 4.—Ill.^mo e Ex.^mo Sr.—Achando-se terminadas, pacifica e satisfactoriamente, por V. Ex.ª as negociações com as auctoridades locaes do sultão de Zanzibar para a occupação da bahia de Tungue até á margem sul do rio Meninguene, occupação que se acha realisada, tornando-se assim desnecessaria a continuação da estada d'este navio aqui: exigindo os serviços da divisão naval sob meu commando a minha presença em Moçambique até ao dia 3 de fevereiro, sendo já diminutos os mantimentos existentes a bordo por haver cedido parte da vacca salgada para o regresso da canhoneira *Quanza*, e achando-nos na estação invernosa, communico a V. Ex.ª para os fins convenientes, que no dia 1.º do proximo mez tenciono largar d'este porto com destino directo a Moçambique, por assim o exigirem as circumstancias que deixo mencionadas. Deus Guarde a V. Ex.ª.—Bordo da canhoneira *Vouga*, surta na bahia de Tungue, 30 de janeiro de 1886.—Ill.^mo e Ex.^mo Sr. governador do districto de Cabo Delgado. (a) *Antonio Joaquim da Silva Costa*, commandante.»

A este officio respondeu o coronel Palma Velho:

«GOVERNO DO DISTRICTO DE CABO DELGADO. N.º...—Ill.^mo e Ex.^mo Sr.—Agradecendo a V. Ex.ª a attenção que acaba de ter comigo com o seu officio n.º 4, permitta-me a honra de communicar-lhe que, estando arvorada a bandeira portugueza em Meninguene sul, sem que veja probabilidades de alguem se oppôr ao direito incontestavel que temos a esta região, sou de parecer que deverá ficar ao arbitrio de V. Ex.ª o retirar ou não para Moçambique, quando V. Ex.ª o entender conveniente e mais em harmonia com as instrucções de S. Ex.ª o conselheiro governador geral da provincia. Deus Guarde, etc...»

Depois de ter chegado o tenente Pinto com a sua força, e da convicção de que a posse da parte meridional da bahia de Tungue estava tão segura quanto era para desejar, retirou o coronel Palma Velho para o Ibo, do que fez a seguinte communicação para o governo geral:

«GOVERNO DO DISTRICTO DE CABO DELGADO. N.º...—Ill.^mo e Ex.^mo Sr.—Já relatei a S. Ex.ª o conselheiro governador geral o que se passou na bahia de Tungue até 28 de janeiro do corrente. No dia 29 sahiu a *Quanza* para Moçambique. Achan-

do já longa a demora do hyate *Mello Gouveia*, que partira em 20 para Mucimbua, afim de conduzir o destacamento para Meninguene, lembrei-me de enviar um pratico por terra a Muluri, a saber noticias do mesmo hyate. Não fôra inutil a lembrança, por quanto o hyate havia perdido o panno na ponta Nunda, e a força desembarcára precipitadamente n'uma lancha na bahia de Muluri; d'aqui foi guiada pelo mesmo pratico por terra até Meninguene, aonde chegou no dia 31, já noite, motivo porque a canhoneira *Quanza*, que sahira na manhã d'esse dia, não poude levar esta noticia a S. Ex.ª o conselheiro governador geral.

«No dia 2 de fevereiro pela manhã, avistou-se o *Mello Gouveia*, que com o pouco panno que lhe restava deligenciou entrar na bahia de Tungue, o que conseguiu no dia 3, de manhã.

«Depois de ter dado as ultimas ordens e instrucções ao commandante da força reunida e acampada ao sul do rio Meninguene, desembarquei no lado norte da bahia de Tungue, para me despedir dos arabes. Fui perfeitamente recebido e aproveitei a occasião para dizer-lhes que o limite portuguez não era no rio Meninguene, mas sim na ponta de Cabo Delgado; por isso eu muito estimava os habitantes de Tungue e Meninguene, porque os tinha e considerava como patricios e portuguezes tambem. Estavam como filhos em casa do seu pae, mas este era o proprietario.

«Terminados os protestos de amisade e convencido de que a occupação portugueza está tão segura quanto é para desejar, parti no dia 4 da bahia de Tungue debaixo do temporal que não nos permittiu passar de Muluri. No dia seguinte, abrandando um pouco o tempo, levantámos ferro, e no dia 6, á tarde, fundeava em Ibo.

«Constou-me á sahida da bahia de Tungue que a força arabe marchára a toda a pressa para Lindi, onde tinha chegado a esquadra internacional, mas nada mais me foi possivel indagar depois.

«Assim terminou este serviço, assim desempenhei esta commissão, relatando dia a dia o que se passou, para que se conheça bem que não houve negligencia nem perda de tempo. Agora só me resta pedir a S. Ex.ª o conselheiro governador geral me releve, se por ventura eu não tive a verdadeira comprehensão das suas ordens e instrucções, e se não cumpri cabalmente o seu patriotico pensamento, em que se me sobrava a vontade de bem cumprir, me faltavam, sem duvida, as aptidões necessarias.

«Digne-se V. Ex.ª dar conhecimento do que deixo relatado a S. Ex.ª o conselheiro goverrador geral para os fins convenientes. Deus Guarde, etc...»

O sr. conselheiro Augusto de Castilho, governador geral da provincia de Moçambique, mandou publicar no supplemento ao *Boletim Official* n.º 5, de 3 de fevereiro de 1886, o que se segue com relação áquelle serviço:

TELEGRAMMAS

«Ex.mo ministro da marinha—Lisboa.

«Moçambique, 3 de fevereiro de 1886.

«Bandeira portugueza margem sul Meninguene; toda a costa occupada até ali annuencia sultão; attitude energica governador Palma cooperação intelligente efficaz navios divisão commandante Costa. Navios de guerra inglez allemão francez commissão internacional limites appareceram Tungue, mas retiraram perante attitude navios portuguezes. Grande contentamento povos dominio portuguez. Perfeita segurança.—Governador geral.

*

«Governador geral de Moçambique.

«Lisboa, 3 de fevereiro de 1886.

«Felicito-o; louve quem o coadjuvou.—Ministro da marinha.

—

OFFICIO

«Palacio do governo geral.—Ill.mo e Ex.mo Sr.—Tenho a satisfacção de commmunicar a V. Ex.ª que a 23 de janeiro foi içada a bandeira portugueza na margem direita do rio Meninguene, pelo governador do districto de Cabo Delgado, coronel do exercito de Portugal, José Raymundo de Palma Velho, auxiliado pelas forças da guarnição do districto e appoiado nos navios da divisão naval do digno commando do capitão de mar e guerra Antonio Joaquim da Silva e Costa, que alli haviam ido para o coadjuvar.

«Ao fazer esta communicação a V. Ex.ª folgo de que este acontecimento se haja realisado em perfeita paz e harmonia

com a gente armada que sua alteza o sultão de Zanzibar ainda tem em Tungue, do lado Norte do rio, devendo-se certamente esta attitude á cordeal e estreita amisade que liga ao nosso o governo de sua alteza.

«Não posso deixar de aproveitar esta primeira occasião que se me offerece, para testemunhar o grande reconhecimento que a nação a V. Ex.ª deve pela parte principal que tomou na iniciação e conducção das negociações que levaram a tão satisfactorio resultado.

«Ha mais de quarenta annos que baldadamente se dirigiram os nossos esforços no sentido do que agora obtivemos; e obtivemol-o talvez exactamente na vespera do dia em que teria sido irremediavelmente tardia qualquer nova diligencia.

«Deus guarde a V. Ex.ª.—Palacio do governo geral em Moçambique, 3 de fevereiro de 1886.—Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. consul geral de Portugal em Zanzibar.—O governador geral, *Augusto de Castilho.*

—

PORTARIAS

«N.º 39.—Tendo o governador do districto de Cabo Delgado, o coronel do exercito de Portugal, José Raymundo de Palma Velho, recebido instrucções minhas para occupar militarmente a margem meridional do rio Meninguene na bahia de Tungue, com o fim de firmar e tornar effectiva a occupação portugueza a territorios que ha perto de quarenta annos andavam fóra da acção immediata do governo do districto, e outrosim para evitar quaesquer audaciosas tentativas de estrangeiros, que ambiciosos de fundar estabelecimentos novos em Africa, e tirando da falta da nossa bandeira argumento para a sua acção, viessem por ventura estabelecer-se alli;

«Tendo chegado ao meu conhecimento a maneira como o dito governador se houve no desempenho d'esta difficil commissão até arvorar a bandeira nacional na margem meridional do Meninguene em 23 de janeiro, já usando de toda a prudencia para bem dispôr os diversos elementos que tinha em jogo, já dando mostras da mais energica attitude para manter por todos os modos a dignidade e o prestigio do nosso bom nome, já sabendo inspirar aos indigenas o devido respeito á nossa bandeira, já finalmente conseguindo tornar sympathica a nossa dominação suave, civilisadora e liberal, e inspirando a todos a

necessaria confiança para accentuar a permanencia real d'essa dominação;

«Constando-me mais a coadjuvação que ao dito governador prestaram o thesoureiro almoxarife do districto, João de Barros Carrilho, e o tenente da guarnição da provincia, Antonio da Camara Cylindo, nas diversas diligencias necessarias para se conseguir o fim desejado;

«Hei por conveniente louvar em meu nome o dito governador, coronel do exercito de Portugal, José Raymundo de Palma Velho, pela maneira digna, briosa, intelligente e energica como cumpriu o serviço de que o incumbi, e pedir-lhe que louve os empregados sob suas ordens, o thesoureiro almoxarife, João de Barros Carrilho, e tenente da guarnição, Antonio da Camara Cylindo, ficando eu de dar minuciosa conta do procedimento de todos ao governo de sua magestade.

«As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.—Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 3 de fevereiro de 1886.—O governador geral, *Augusto de Castilho*.

*

«N.º 40.—Tendo eu pedido ao commandante da divisão naval da costa oriental d'Africa e mar da India a cooperação das forcas navaes sob o seu commando no desempenho da commissão de occupação da parte meridional da bahia de Tungue que ao governador do districto de Cabo Delgado foi incumbida, já para serviço de transportes de pessoal e materiaes entre a villa do Ibo e Meninguene, já para policiar aquelles mares durante os trabalhos da occupação, já tambem para com a sua presença e com a demonstração de força que ellas representavam, inspirar ao governador do districto a necessaria confiança para bem cumprir o seu serviço, já finalmente para n'uma eventualidade imprevista poderem frustrar qualquer tentativa de occupação estranha que sem a presença dos navios de guerra portuguezes n'aquellas aguas teria sido possivel;

«Tendo-me constado a maneira sollicita e zelosa como o dito commandante da divisão naval se prestou immediatamente a annuir aos meus desejos mandando sahir logo a canhoneira *Quanza* para a bahia de Tungue, e indo depois elle mesmo na canhoneira *Vouga* do seu commando áquellas aguas, onde permaneceu até ter sido arvorada a nossa bandeira na margem direita do rio Meninguene sem effusão de sangue e a contento dos povos marginaes;

«Constando-me pelos relatorios do governador do districto

e pelo do commandante da divisão o fórte appoio por este prestado áquelle no desempenho da referida commissão;

«Hei por conveniente louvar em meu nome o dito commandante da divisão naval da costa oriental d'Africa e mar da India o capitão de mar e guerra, Antonio Joaquim da Silva e Costa, pela maneira discreta, intelligente, activa e energica como se conduziu em todo este serviço, e pedir-lhe que louve egualmente em meu nome todos os officiaes e praças dos navios sob suas ordens de cuja acção briosa e efficaz vou dar minuciosa conta ao governo de sua magestade.

«As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.—Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 3 de fevereiro de 1886.—O governador geral, *Augusto de Castilho.*

—

RELATORIOS

«Divisão naval da Africa oriental e mar da India.—N.º 5.—Havendo partido de Moçambique na tarde de 14 do corrente, só no dia 15 pelas onze horas da noite logrei dar vista do pharol do Ibo, em consequencia da fórte corrente para o Sul que encontrei.

«Na manhã de 16 fundeei no porto, mandei immediatamente entregar a correspondencia que trazia e requisitei um pratico para o Tungue.

«A's cinco horas da tarde, tendo regressado o escaler a vapor com os refrescos que havia resolvido tomar e com a communicação official de não ser possivel obter-se o pratico requisitado, dispuz-me a largar no dia seguinte para o Tungue afim de me encontrar com o governador do districto de Cabo Delgado, que para alli partira em 13. Deixei effectivamente o Ibo em 17, e na manhã de 18 fundeei a oeste da ilha de Tecamagi, onde encontrei a canhoneira *Quanza.*

«A 19 chegou o hyate *Bocage* conduzindo o governador, a quem entreguei a correspondencia e li o officio que S. Ex.ª o conselheiro governador geral me havia dirigido como instrucções, dando-lhe depois copia d'elle.

«Informou-me de haver mandado dois emissarios ao denominado governador de Tungue para saber se elle havia já recebido quaesquer instrucções do sultão de Zanzibar para não nos ser opposta resistencia á occupação do territorio que de-

mora ao sul da margem direita do Meninguene, e disse-me tambem ter deixado em Mucimbua trinta praças que mandaria buscar logo que a resposta fosse favoravel, para occuparem o ponto julgado mais conveniente.

«No dia 20 communicou-me que a resposta obtida pendia mais para bem do que para mal, e com quanto o referido governador dissesse não haver ainda recebido ordens do sultão, suppunha com bons fundamentos que elle já as tivesse recebido, pois lhe participára estar resolvido a não fazer opposição ao nosso estabelecimento e ficava de mandar retirar d'alli a sua força, afiançando que os anteriores conflictos não foram por elle auctorisados como nenhum seria de futuro.

«O governador, em vista d'isto, foi escolher local proprio na margem direita do Meninguene, a menos de tres milhas da povoação da margem esquerda, e á tarde fundeou alli o hyate *Bocage*, a curta distancia da terra, fazendo largar para Mucimbua o hyate *Mello Gouveia* para conduzir as trinta praças.

«No dia 22 de manhã mandei accender, e tendo vapor prompto fui fundear proximo do hyate *Bocage*, deixando ficar a canhoneira *Quanza* a oeste de Tecamagi, seguindo tambem para aquelle ponto, conduzindo os objectos que estavam em Tecamagi, afim de serem assentes no novo posto, a chalupa *Algarve*.

«A's cinco horas da tarde fundeou a chalupa e atracou a meu bordo o escaler com o governador que tinha ido a Macoloe por lhe constar existir ainda alli içada a bandeira de Zanzibar e alguma gente, que elle mandou retirar fazendo arriar a bandeira, sendo obedecido em tudo sem replica, arvorando-se em seguida a nossa bandeira.

«Na madrugada de 23 a chalupa *Algarve* foi encalhar proximo do sitio onde nos iamos estabelecer, para mais facilmente desembarcar os objectos que conduzia e serem formados os abrigos indispensaveis, firmando-se o pau da bandeira que foi içada já n'essa tarde.

«No dia 24 fundearam ao mar da bahia tres vapores: um francez, outro inglez e o terceiro allemão. Conduziam a commissão internacional que, no dizer do nosso consul em Zanzibar, partira d'alli para a costa para delimitar os territorios sujeitos ao dominio do sultão. Os navios ficaram fundeados a distancia impropria para se lhe poderem mandar fazer os cumprimentos do estylo e por isso não houve n'esse dia communicação com elles, vendo-se porém irem embarcações miudas a Tungue ou Kionya.

«O vapor allemão, que era a canhoneira *Move*, suspendeu na manhã de 26 e veiu ancorar para o fundo da bahia.

«Mandei logo fazer a visita preliminar de cumprimentos, que foi immediatamente retribuida, vindo pouco depois a bordo o commandante capitaine de corvette, Hoffmann, que me disse ter a bordo um officio do commandante do navio inglez para o governador do Ibo, e perguntou se os nossos dominios terminavam no rio Meninguene. Respondi-lhe que a nossa occupação é que terminava actualmente alli, mas que os nossos direitos territoriaes se estendiam até ao parallelo de Cabo Delgado.

«Proximo do meio dia começou a suspender e logo a seguir, approximando-se d'este navio. Foi a bordo o chefe do estado maior pagar a visita ao commandante. O navio parou, o commandante recebeu a visita, apresentou os commissarios e entregou o officio do commandante do *Briton* para o governador do Ibo, continuou depois a navegar deitando fóra da bahia, indo fundear no mesmo sitio onde anteriormente se achava.

«Logo na manhã seguinte largaram os tres navios para o norte.

«Achava-se actualmente arvorada a nossa bandeira na bahia de Tungue, proximo da margem sul de Meninguene e em Macoloe, entre a ponta Afunge e Mucimbua em Mnongi.

«Progridem os abrigos provisorios em Meninguene. O porto de Tecamagi abandonou-se por não ter agua nem importancia depois da occupação de Meninguene.

«A canhoneira *Quanza* vae retirar por ter já poucos mantimentos e poder já ser dispensada.

«Faz escala pelo Ibo para ahi deixar o aspirante da alfandega, Alfredo Machado, e não toca em Mucimbua por o governador do districto ter estado n'este ponto ha pouco tempo.

«Logo que não haja inconveniente em largar d'esta bahia seguirei para Moçambique, onde apresentarei relatorio mais circumstanciado das occorrencias que se tem dado para tornar effectivo o nosso dominio até á margem sul do Meninguene.

«Bordo da canhoneira *Vouga*, surta na bahia do Tungue, 28 de janeiro de 1886.—*Antonio Joaquim da Silva Costa*, commandante.»

Além das demonstrações de apreço dadas no *Boletim Official* pelo sr. governador geral, propoz o mesmo senhor que o coronel Palma Velho fosse agraciado com a commenda da Torre e Espada.

Mais tarde o coronel Palma Velho, no seu relatorio annual publicado no *Boletim Official* n.º 35, de 28 de agosto de 1886, fazia ainda a seguinte referencia áquelle acontecimento:

«E' justo mencionar n'este logar, como occorrencia extraordinaria, a occupação da bahia de Tungue, por ser facto de maior importancia tanto para o districto, como para a provincia, do que póde imaginar quem está longe e quem não conhece a topographia da localidade.

«Proximo e do lado norte do posto fiscal da bahia de Mucimbua, ha um rio que não se póde atravessar senão em barcos, e como falta este meio de communicação, as relações de uma com a outra margem são raras e difficeis.

«A auctoridade de Tungue exercia a sua acção na bahia de Majapa, e por não haver, desde este ponto até á margem esquerda do rio Mucimbua, obstaculos naturaes como rios e montanhas, que impedissem as communicações, era frequente o transito dos soldados arabes por toda esta extensão da costa, que consideravam como pertencente aos dominios de Zanzibar, subjugando os habitantes do paiz.

«Tal era o estado de cousas quando do governo geral dimanou a providencial ordem para pôr cobro a esta invasão, que se tornava perigosissima em presença das intenções dos estrangeiros.

«Logo que chegou o primeiro officio, e emquanto se preparava o pessoal e material necessario para as operações, ordenou-se á auctoridade militar de Mucimbua para immediatamente arvorar a bandeira portugueza nos pontos mais importantes da costa, desde Mucimbua até á bahia de Tungue.

«Quando o governador do districto ancorou em Mucimbua procurou saber como tinham sido cumpridas as ordens, ao que o official relatou, que 400 arabes armados haviam destruido os mastros das bandeiras e que, postados ao longo da costa, impediam o desembarque de qualquer portuguez, sendo tudo isto corroborado por um officio do chefe de Tungue, que terminava por declarar ser toda aquella costa dos dominios de Zanzibar, e que se queriamos guerra, teriamos guerra, e se queriamos paz, que retirassemos.

«N'estas circumstancias tratou o governador de accelerar a viagem para Tungue, e quando chegou, já alli estacionava a canhoneira *Quanza*.

«Foram baldadas todas as razões e argumentos que o governador fez apresentar ao chefe arabe, para mandar retirar a força armada e podermos occupar pacificamente a parte portugueza; as respostas foram as mesmas sempre, ainda que um pouco dissimuladas. Assim era de esperar; os arabes, vendo-se ameaçados de ser compellidos a ceder alguma parte do territorio a estrangeiros, propunham-se a entregar o que era portuguez, e não o que era dominio de Zanzibar.

«Para cumprir a missão que lhe fôra ordenada, tinha o

governador do districto dois partidos a seguir: um, era desembarcar á força; a isto porém se oppunham as instrucções que lhe recommendavam evitar quanto possivel um conflicto com as forças de Zanzibar; — o outro, era retirar; mas a este se oppunha a consciencia do seu dever.

«Entre estes dois extremos tomou um meio termo, que foi expôr unicamente a sua individualidade, do que não podia haver nenhuma responsabilidade para os seus superiores. Resolveu portanto desembarcar só e arvorar por suas mãos a bandeira portugueza na margem sul da bahia de Tungue, em Macoloe, na frente do quartel dos arabes e perante os indigenas.

«A execução seguiu logo o pensamento, e conscio do direito dos portuguezes, conservou o governador a bandeira arvorada por si durante todo o dia até ao sol posto, sem que nem a força armada nem os indigenas tentassem oppôr-se. Assim demonstrou o governador que não cedia ás intimações dos arabes, e que não retirava sem tomar posse da bahia de Tungue como lhe cumpria.

«Por motivos que seria longo enumerar e que o governador julgou conveniente attender; e, tendo de retirar para o Ibo afim de aproveitar o paquete para transmittir ao governo geral o que se passava, transferiu a bandeira para a ilha de Tecamagi, na mesma bahia de Tungue, onde foi arvorada com a devida solemnidade no dia 1 de janeiro de 1886.

«Na ausencia do governador os arabes tentaram arriar a bandeira e fazer-nos retirar, mas foram nobremente repellidos pelas forças de terra e da canhoneira *Quanza*.

«Recebido o officio do governo geral communicando terem sido dadas ordens de Zanzibar ao chefe de Tungue, para mandar retirar a força arabe dos territorios portuguezes, voltou outra vez o governador a Tungue, afim de escolher o local para o quartel do commando militar da bahia, que ficou estabelecido em Meninguene.

«Já lá estava fundeada a canhoneira *Vouga*, pois era forçoso pôr em campo todos os meios para conseguir os mais importantes fins.

«Poderiamos ver retalhar a provincia por estrangeiros, mas não poderiamos lamentar a falta de providencias, que se punham em pratica para combater e afastar irreparaveis desgraças.

«No dia seguinte entraram na bahia de Tungue uma fragata franceza, outra allemã e outra ingleza. Qual seria o destino d'esta parte da provincia se S. Ex.ª o conselheiro governador geral não tem dado providencias e ordens para a occupação?

«Não se sabe como fôra ordem para a força de Zanzibar passar do sul para o norte de Meninguene; é certo que tendo

nos a bandeira n'aquelle ponto, ainda os arabes occupavam Macoloe, d'onde retiraram por intimação pessoal do governador do districto. Depois, quando a esquadra internacional navegou para o norte, toda a força arabe marchou para Quiongo e Mequindani, não voltando mais ao sul de Meninguene.

«Em resumo:

«Quatrocentos homens de tropas de Zanzibar defendiam a costa, impedindo o desembarque dos portuguezes; na sua presença o governador do districto desembarcou, arvorou a bandeira e occupámos;

«Resolvemos uma pendencia que existia ha mais de 40 annos:

«Fixámos um limite, destruindo assim um foco de escravatura que desappareceu com a nossa auctoridade;

«Reconquistámos 70 kilometros de costa, tal é a distancia em linha recta do rio Mucimbua á bahia de Tungue.

«N'uma tal extensão o commercio e os indigenas protegidos pela nossa bandeira e força armada, devem trazer para o districto mais prosperidade e civilisação, como todos desejamos.

«Governo do districto de Cabo Delgado no Ibo, 8 de agosto de 1886.—O governador, *José Raymundo de Palma Velho*, coronel de cavallaria.»

Procurava o coronel Palma Velho desenvolver a nova povoação ao sul do rio Meninguene e tirar todo o partido do recente augmento de territorio, quando foi agraciado com a commenda da Conceição, e com a demissão,—noticia transmittida pelo telegrapho,—a 4 de janeiro de 1887, sem o requerer e sem ter terminado o tempo que a lei marca, pois havia tomado posse em junho de 1885.

Depois fez o seguinte requerimento, visto como a demissão e a condecoração eram o caso de lucros cessantes e damnos emergentes:

«Senhor.—Dignou-se Vossa Magestade, por decreto de 16 de setembro de 1886, agraciar José Raymundo de Palma Velho, coronel de cavallaria, com o grau de commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

«Por mais honroso que seja para o supplicante, a prova da alta e generosa munificencia com que Vossa Magestade quiz premiar serviços que a lealdade e patriotismo do supplicante poderam prestar, é egualmente certo que não cabe nas forças de um official do exercito o encargo que tal graça representa. Assim pois: Pede a Vossa Magestade a graça de permittir que

o supplicante renuncie aquella mercê, o que não obstará para que elle deixe de continuar a bem servir.»

A demissão produziu, como era natural, um profundo e doloroso choque no coronel, não porque o logar tenha importancia, mas pelo desengano por que passava conhecendo que, por mais escrupuloso que fosse o seu procedimento, por maior que fosse o desejo de cumprir os seus deveres, por mais valiosos que fossem os serviços que podesse prestar, nada podia ser tomado em consideração. Assim demittido, não era possivel proseguir uns modestos trabalhos, de que se dará uma idéa, e cuja interrupção, talvez por errado apreço, dava ao coronel o maior desgosto.

Trabalhos extra-officiaes

Felizmente pouco transtorno fizera a exoneração a alguns serviços e trabalhos que o coronel Palma Velho havia emprehendido durante a sua permanencia em Africa; por quanto, sendo a demissão esperada todos os paquetes, apesar das affirmativas em contrario, havia empregado a maior assiduidade possivel e os trabalhos estavam quasi concluidos, ainda que com grande sacrificio. E bem avisado andou o coronel em não tentar estudos e serviços novos, que, pela demissão ficariam incompletos e inuteis.

Ainda assim, a carta geographica, comprehendida entre o parallelo 9°, Oceano Indico, Zambeze, Chire e Niasse, não tinha ainda marcada a viagem dos distinctos exploradores Serpa Pinto e Cardoso.

A planta topographica da villa do Ibo devia abranger a parte habitada, e por falta de tempo foi circumscripta a menor superficie.

Não era certamente perdido o tempo e a despeza feita, para haver conhecimento da temperatura, das moncões, dos ventos, das chuvas tropicaes, da pressão atmospherica e do estado do céu n'aquellas regiões. Portanto o coronel Palma Velho, sem estabelecer observatorio meteorologico, o que era impossivel, registou dia a dia a pressão, a temperatura, a chuva, o vento e o estado do céu; e posto que algumas d'estas

observações fossem feitas em viagem, não alteram sensivelmente a média tirada com as observações feitas no Ibo, por serem em mezes diversos. Convem lembrar que o barometro e o thermometro estavam em Ibo, na casa mais fresca da ilha. Ainda assim, conseguiu-se quarenta e seis mezes de observações meteorologicas, feitas de julho de 1882 a junho de 1884, e de julho de 1885 a abril de 1887, e muito conviria continuar para obter uma média mais rigorosa; posto que já nos dêem conhecimento do que se deseja saber os mappas n.^{os} 2 e 3.

A carta chorographica da costa e ilhas do districto, na escala de 1:100000, na extensão de 320 kilometros, começada tambem da primeira vez que o coronel esteve no Ibo, estava concluida, mas não perdia de certo com o augmento de detalhes mais para o interior, e sobre tudo dos grandes rios que ainda precisavam ser levantados e estudados até onde fosse possivel, como foi o rio Mucimbua, o Quiramacoma e outros.

Tal carta, tendo por base a excellente carta maritima de Owen, foi comtudo augmentada com muitas povoações, rios e outros interessantes e uteis esclarecimentos, e sobre tudo muito reformada em quanto á maneira de escrever os nomes, que são agora escriptos como se pronunciam na localidade. Tencionava o coronel Palma Velho fazer um diccionario dos nomes proprios, e submettel-o á approvação do sr. Augusto de Castilho, para que ao menos nas estações officiaes se escrevesse do mesmo modo. Assim, por exemplo, Meninguene, que é pronunciado d'esta fórma pelos indigenas, quasi sempre se escreve Meningane, como está na carta ingleza, onde, como é natural, para terem o som de *e* escreveram *a*. A demissão não deu tempo a que o coronel Palma Velho estudasse mais este assumpto.

Ainda poude concluir o recenseamento das povoações marcadas na dita carta, de que deu conhecimento ao governo geral pela fórma seguinte:

«Governo do districto de Cabo Delgado. N.º...—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—O recenseamento das populações é assumpto que tem prendido a attenção de muitos homens superiores, não poupando as nações civilisadas meios e pessoal para conseguir em taes trabalhos os melhores resultados.

«Na Africa tem-se calculado a população, mas são tantas as difficuldades, que essas tentativas ficam longe da verdade, como provam as differencas de dois recenseamentos que conheço do districto de Cabo Delgado, de que especialmente trato. Um, diz que a população do districto consta de 6:590 almas; outro afirma que de 30:000. Nenhum marca os limites

territoriaes a que se refere, e portanto não se póde fazer idéa da densidade da população.

«No desejo de bem servir, emprehendi o levantamento da carta chorographica da costa e ilhas de todo o districto: e assim, percorrendo populacões, contando palhotas, não me poupando a trabalhos, averiguando por todos os modos, directa e indirectamente, pude fazer um recenseamento fundado, não em probabilidades, mas em bases seguras, o qual reputo mais exacto do que os publicados até hoje.

«Posto que assumptos d'esta magnitude não costumem ser tratados por curiosidade d'um official, comtudo, foi tal a attenção e preseverança dada a este trabalho, que tomo a liberdade de enviar o seguinte recenséamento, como se eu fôra officialmente encarregado d'este serviço, que, na duvida de ter ou não ter algum valor, submetto ao judicioso criterio de S. Ex.ª o conselheiro governador geral.

«População dos logares marcados na 1.ª folha da carta chorographica do districto de Cabo Delgado..	8:032
«Idem, na 2.ª..................................	6:180
«Idem, na 3.ª..................................	37:236
«Idem, na 4.ª..................................	8:600
«Temos por tanto a população da costa e ilhas do districto, desde Cabo Delgado até á ponta sul da bahia do Lurio................................	60:048

«E' impossivel determinar qual dos sexos seja mais numeroso; tenho porém a convicção que não ha sensivel differença entre o numero dos homens e o das mulheres. Em geral os indigenas ignoram a edade, mas não é raro encontrar alguns que, pelo branco dos cabellos e rugas da pelle, se conhece excederem a cem annos e ainda no uso das suas faculdades.

«Não ha profissões especiaes; cada um trata de prover as necessidades da vida, já pescando, já caçando, já cultivando o que é indispensavel para a sua existencia. Os mais activos e intelligentes constroem barcos, desde o que se faz d'um tronco inteiriço até á lancha que navega á véla. Se não teem meios para comprar todos os apparelhos, fazem vélas de esteira e isto satisfaz as suas exigencias.

«No meio d'esta vida primitiva e simples, é surprehendente ver como os mouros tratam de ensinar a ler e escrever a sua lingua, e por isso se encontram nos pontos mais populosos, escolas dirigidas ordinariamente pelos seus padres e fre-

quentadas por creanças, que passados tres ou quatro annos ficam habilitados a ler e escrever o Sohaile.

«Estas considerações não se pódem applicar aos pontos mais populosos e á villa do Ibo, onde a permanencia das repartições publicas, a concentração dos maiores negociantes, lhe dá vida propria e maneira de ser, completamente diversa do continente. Deus Guarde, etc...»

Com referencia a trabalhos extra-officiaes, vem a proposito citar uma correspondencia que vamos transcrever de um jornal:

«Escrevem-nos de Cabo Delgado:

«O governador d'esta colonia, o sr. Palma Velho, tem sabido merecer a estima e a consideração de todos. Tem melhorado todos os serviços e creado outros. Desejando demonstrar praticamente com se obtem o sal marinho, achou de sua propria experiencia o seguinte resultado, que nos pareceu summamente vantajoso: colhendo convenientemente 3:370 litros de agua do mar, obteve 16 litros de sal, em 23 dias, durante os quaes a pressão atmospherica foi de 762.7: a temperatura 36°.2; o vento N. e NE., media das observações feitas ás tres horas, havendo chovido n'aquelles dias 52 millimetros. O sr. Palma Velho, por lembrança sua e amor da sciencia, levou para o seu governo alguns instrumentos com que tem feito curiosas observações. Mandou collocar aqui duas meridianas, sendo uma proximo do quartel e da egreja, para podermos ter a hora exacta na villa. Julgando, e muito bem, quanto seria para desejar que em algum ponto d'esta provincia se fizessem observações da passagem de Venus pelo sol, no dia 6 de dezembro do anno findo, dispoz-se para este trabalho, que infelizmente não poude levar a effeito, por que o sol n'esse dia se conservou entre nuvens até ás tres horas e d'ahi por deante completamente encoberto, terminando o dia com vento variavel e aguaceiros de trovoada, marcando o thermometro 30° á sombra.

«Foi preso no continente um dos cabeças da ultima sublevação.

«Já vê, pois, meu presado director e amigo, que de rasões temos para estimar o nosso governador, que ainda não ha muito nos salvou de um perigo grande batendo os indigenas. Bom seria para gloria da sciencia e interesse do paiz que todos os chefes de districto fossem como o que actualmente nos governa.»

E' certo que, por maior que fosse a demora do coronel Palma Velho na Africa, elle jamais chegaria a pensar ou a per-

suadir-se de que não havia que fazer. Mas trabalhar na Africa voluntariamente, sem ter incentivo nem apreço dos superiores, que raro dão attenção ou consideram serviços d'esta ordem, n'um clima insalubre, com aquella temperatura, entre selvagens que teem feito tantas victimas, de que dolorosamente nos recordâmos, como foi o capitão Simeão, Queiroz com todos os seus soldados e outros; ou por desertos e florestas impenetraveis, povoadas de animaes incommodos, desde o mosquito e a formiga até ao tigre; soffrendo todas as privações, chegando a sentir a sede e a fóme; ficar á mercê da natureza, quando se é tão facilmente accommettido por doenças graves e perigosas: não é tarefa facil para quem tem o trabalho como um dever. Portanto, o coronel Palma Velho dispunha-se a voltar a Portugal, devendo talvez agradecer a sua demissão. Tinha a consciencia tranquilla e póde affirmar-se que ninguem applicou ainda as suas faculdades para, sem obrigação, fazer mais e melhor a expensas proprias, e só como prova do seu inexcedivel desejo de bem servir.

Ataque e tomada de Meninguene em 23 de fevereiro de 1887

No dia 15 de janeiro de 1887 recebeu o coronel aviso do governo geral para se preparar e estar prompto á primeira ordem, a seguir para a bahia de Tungue e esperar alli o sr. governador geral, que deveria voltar de Zanzibar a bordo da corveta *Affonso d'Albuquerque*, acompanhada da canhoneira *Douro*, afim de se tomar posse da parte norte da bahia de Tungue.

Dias depois mandou o coronel embarcar para aquelle ponto o director da alfandega, o almoxarife e o tenente Pinto com 16 soldados.

No dia 26 de janeiro de 1887 partiu o governador do Ibo com vento fórte pela prôa, que muito contrariava o desejo de chegar brevemente a Tungue. No dia 30, porém, transtorno maior estava destinado. A' uma hora da tarde, nas alturas de Mucimbua, o hyate, quando virava de bordo, bateu n'uma rocha que não estava a descoberto. Momentos depois viu-se que tinha partido duas cavernas e duas taboas: a agua entrava em abundancia e o hyate ia submergir-se. N'estes momentos ha sempre grande confusão, senão ha alguem que tome a inciativa e o commando. O commandante do hyate era um mouro que se conservava agarrado ao leme resignado a morrer com coragem, porque Deus assim o queria. O governador, tomando a inciativa, mandou tirar tudo do porão; põe-se uma vela

em mólho de encontro ao rombo, com pesos por cima, a tentar impedir um pouco a entrada da agua: todos pegam em baldes e caixas para exgotar a que vem entrando: dá-se a pôpa ao vento, fazem-se tiros de peça, arria-se a bandeira amiudadas vezes pedindo soccorro á estação de Mutamba, que nada percebe, e assim se poude suster e levar o hyate, até que ás seis horas da tarde foi arremessado ao ponto sul da bahia de Mucimbua. N'essa noite poude salvar-se e desembarcar todo o pessoal e material.

A impressão natural d'este acontecimento, a idéa de que o coronel Palma Velho poderia não estar no momento preciso em Tungue, o conservar-se molhado por tanto tempo sem tomar alimento, produziu-lhe uma febre de mau caracter que o teve em perigo. Realmente este naufragio e esta febre já lhe não pertenciam, por ter sido demettido.

O hyate considerava-se perdido, mas o governador, que tem obrigação de zelar os interesses da fazenda como proprios, de tal fórma se houve, taes diligencias empregou e taes difficuldades venceu, que passados cinco dias de trabalho insano, o dito hyate estava reparado e o governador seguia no dia 5 de fevereiro a bordo para a bahia de Tungue, onde chegou no dia 8, fundeando quanto possivel proximo do rio Meninguene.

A 14 chegou o sr. conselheiro Augusto de Castilho na corveta *Affonso d'Albuquerque*, acompanhada pela canhoneira *Douro*, ancorando em frente de Tungue. Não se tinha conseguido que o sultão entregasse a parte norte da bahia de Tungue, e o ministerio tinha ordenado áquelle senhor a difficil tarefa de tomar pelas armas aquelles pontos, e para esse fim desejava o mesmo governador geral ouvir a opinião do coronel Palma Velho, assim como as dos commandantes dos navios, os srs. Lopes d'Andrade e Marques da Silva, para se cumprirem aquellas ordens.

O coronel ponderou que já não era governador, que não devia emittir opinião, mas unicamente obedecer ás ordens superiores. A isto respondeu o sr. Augusto de Castilho, que não tinha sido demettido por proposta sua, que era ainda governador de facto, e que contava com o seu patriotismo em assumptos tão graves; ao que o coronel respondeu que contasse com elle como soldado para a guarda avançada. «Não o quero só como soldado, retorquiu o sr. Castilho, quero-o no logar devido.»

N'esta posição ficou o coronel Palma Velho tomando parte nos acontecimentos, auctorisado pelo sr. governador geral, a proceder como entendesse a bem do serviço, caso se visse na crise de operar, sem ter tempo de pedir as ordens.

Atraz dos navios portuguezes entrou o vapor *Kilwa*, de Zanzibar, e o coronel Palma Velho dirigiu ao commandante o seguinte officio:

«O vapor *Kilwa*, de sua alteza o sultão de Zanzibar, presentemente surto na bahia de Tungue, tem permissão para communicar com a terra, descarregar e receber carga, contanto que cumpra perante o posto fiscal da alfandega portugueza as formalidades fiscaes que lhe forem exigidas. E'-lhe comtudo prohibido desembarcar armas ou quaesquer munições de guerra.»

O commandante do *Kilwa* não quiz sujeitar-se, e dias depois, vendo que não podia desembarcar munições de guerra, nem prestar os serviços a que vinha, levantou ferro para sahir a toda a força do vapor, quando foi detido e aprisionado pelos navios portuguezes.

A 15 e 16 tentou ainda o sr. governador geral que o governador de Tungue arriasse a bandeira do sultão. A *Affonso d'Albuquerque* tomou posição em frente de Tungue, a *Douro* em frente de Meninguene, perto do hyate onde estava o coronel Palma Velho, e este fez todos os avisos e communicações possiveis aos negociantes de Meninguene, para retirarem para o lado do sul, afim de evitar algum prejuizo com os acontecimentos futuros.

Alguns d'estes portadores foram aprisionados e maltratados pelos arabes a ponto tal, que difficil era conseguir quem voltasse lá, a não ser com grande segredo e disfarce; ainda assim, d'outros se ficou sempre ignorando a sorte que tiveram.

No dia 17 foi o coronel Palma Velho avisado para se apresentar a bordo da *Affonso d'Albuquerque*. Aproveitou o escaler a vapor para fazer um reconhecimento em frente de Tungue. A' proporção que se approximava vinham os arabes e indigenas correndo á praia, armados todos, com grande alarido, fazendo accionados para que desembarcasse: e tão impacientes estavam por agarrar o coronel, que já se mettiam ao mar com as armas apontadas. Conseguido o fim do reconhecimento, tendo contado uns trezentos arabes, continuou o governador para bordo da *Affonso d'Albuquerque*, sem novidade. Depois, nunca mais vieram á praia e esperavam escondidos no matto para fazerem fogo.

O sr. governador geral, ouvindo todos e ponderando tudo, resolveu, com approvação geral, que o vapor *Kilwa*, já com banbandeira portugueza, fosse a Moçambique com ordem da *Vouga* ir para a bahia de Tungue e toda a força possivel de caçadores n.º 1; determinou mais que a *Affonso d'Albuquerque* e a

Douro bombardeassem cada uma Meninguene e Tungue, segundo as suas respectivas posições.

No dia 18 principiou o bombardeamento que continuou nos dias seguintes. A principio produziu grande terror nas povoações; mas depois, ou porque os tiros não fizessem estragos, attenta a grande distancia a que se estava, ou porque fossem escasseando por falta de munições, é certo que os arabes se familiarisaram com aquelle estado de cousas e não abandonaram as povoações.

A situação ia-se invertendo e tornando altamente perigosa para nós; sabia-se que tinham chegado duzentos homens de Mequindane para reforçar Tungue, e outros duzentos de Lindi para Meninguene. Em Tungue estava o irmão de Loalia e o regulo Maxude de Quionga com a sua gente. Tinha tambem chegado o regulo Mapeta com quatro mil selvagens, que se conservavam acampados a conveniente distancia do rio Meninguene, e o regulo Mossacá dispunha-se a atacar Mucimbua com mais gente do que todos os outros. Este regulo tinha prestado vassalagem a Portugal, depois da tomada de Macoloe em 1886, mas por intrigas do Loalia, mandára entregar a bandeira e declarar que já não queria ser vassallo de Portugal, tornando-se assim nosso inimigo.

A 22 sentiram-se os nossos soldados cançados: sempre em armas de dia e de noite, quasi não tinham tempo para cozinhar. Os indigenas do nosso lado avisavam os soldados para retirar, pois n'aquella noite era certo o ataque da gente de Meninguene com o regulo Mapeta, que já tinha mil pretos collocados a montante do rio, para passar na baixamar da maré da noite. Recebia-se tambem um officio do sargento Romão da Silva, de Mutamba, dizendo que se esperava o ataque de Mossacá; que toda a gente tinha fugido para as ilhas e abandonado o continente; e que elle sargento não podia manter-se com a força que tinha.

Tudo isto era confirmado por espiões e pessoas que mereciam todo o credito.

Os nossos soldados faziam embarcar nas lanchas do estado as suas caixas e pequenos haveres. Este symptoma era mau, porque denunciava desanimo. O governador apresentou-se-lhes, perguntando:

—«Ha alguem que tenha medo e queira fugir?»

—«Nenhum, responderam todos; poremos as bagagens a bordo para ficarmos mais desembaraçados para nos batermos e morrer ao pé do pae!» (Assim chamavam ao governador).

Por mais valentes que fossem officiaes e soldados, a situação havia-se tornado perigosa para nós, como se disse, pois era impossivel que quarenta soldados resistissem a milhares de pre-

tos e arabes n'um ataque nocturno e em terreno mais conhecido do inimigo do que de nós.

Cumpria ao coronel Palma Velho vigiar e prevenir o que podesse. Passou até á meia noite a bordo da canhoneira *Douro*, a pretexto de conversar com os seus camaradas; o resto a bordo do hyate e em terra. Quando rompeu a aurora nasceu no governador a esperança de haver passado o perigo.

Era urgente sahir d'esta situação e evitar uma desgraça imminente. Foi então que o coronel Palma Velho tomou sobre si a immensa responsabilidade de atacar Meninguene a todo o transe, para poupar a provincia e a patria a um dos maiores revezes e desgostos de que ha memoria.

Preferia a morte a ver estrangular os nossos soldados pela gente de Zanzibar, a quem tinhamos declarado guerra. Havia dois dias que não chovia; a maré era a boa hora, e só uma resolução decidida e energica nos deveria salvar. Ás duas horas da tarde do dia 23 de fevereiro de 1887 reuniu toda a força do lado portuguez, guardando segredo do fim a que se ia, e respondendo a todas as perguntas, que era para um reconhecimento sem importancia. Apenas se largou da margem, recebeu-se vivo fogo do inimigo. Tomou então o governador a attitude que devia, declarando que deitava os miolos fóra a quem retirasse, e que, se havia algum cobarde que tivesse medo, tinha licença para desembarcar. Tudo dependia da coragem e da rapidez da investida; mas em abono da verdade, cumpre declarar que não eram precisas estas expressões incitantes. Todos atacavam intrepidos com admiravel coragem. Não era facil resistir a tanto valor, e a victoria foi completa.

Quando se arriou a bandeira do sultão, permanentemente arvorada na povoação de Meninguene, viu-se que a driça estava atada no cimo, mas o mastro foi derribado n'um instante. Tinham os arabes tres peças de artilheria, que disparavam uma vez, carregavam e tornavam a fazer fogo. A maior foi encravada, e duas trazidas pelos vencedores. D'estas, uma de calibre de nove centimetros, e uma outra egual que se tomou em Tungue, foram para o Ibo, afim de se fazerem reparos. A mais pequena, do calibre cinco centimetros, e de um metro de comprimento, que tinha as armas portuguezas, e n'um dos munhões a data de 1578: foi mandada para Moçambique. Não tinham reparos e estavam n'um parapeito que ligava uma casa grande com um forno de cal. D'este ponto fizeram os arabes grande resistencia, que era proporcional á solidez das casas; por quanto em todas havia pequenas seteiras, que mal se viam de fóra, por onde faziam fogo a coberto.

O coronel Palma Velho desembarcou duas vezes e outras tantas embarcou; esteve sempre onde devia estar para obser-

var o procedimento de todos; em pé no bote, onde as balas batiam, voltado para o inimigo para bem vigiar o que se fazia, dar ordens e tomar providencias que o caso requeresse, viu bem qual foi o procedimento de todos e a coragem de cada um. Não eram tantos os homens e escaleres que podessem encobrir-se e escapar-se ás vistas de quem commandava e de quem tinha o peso de tão grande responsabilidade.

Ás cinco horas estava tudo acabado, mas o incendio durou dias. Foi em seguida a bordo da *Affonso d'Albuquerque*, onde chegou ás oito horas da noite, dar parte ao sr. governador geral do que se havia passado. Receberam-no com grande alegria e de modo tão lisongeiro, que se convenceu ficar o sr. Castilho completamente satisfeito com aquella victoria e com o comportamento de todos, accrescentando a outras expressões honrosas, que ia propôr a commenda da Torre e Espada para o coronel. Retirou para bordo do hyate, onde chegou á meia noite, havendo 44 horas que não dormia. No dia immediato dava a seguinte parte por escripto do que se havia passado (*Boletim* de 12 de março de 1887):

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—No dia 22 de fevereiro á noite declararam-me os espiões enviados ao campo inimigo, que Saidi Alibo, governador de Tungue, estava em Meninguene norte, com muitos arabes armados, e que, junto com o regulo Macua Mapeta, ia promptamente tomar a offensiva e atacar as nossas posições. Mais me constou que o mesmo Saidi Alibo aliciara o poderoso regulo Mossacá para fazer guerra aos portuguezes desde Mucimbua até Tungue, afim de revindicar este territorio para o sultão de Zanzibar; e tão grave era esta ameaça, que o commandante de Mucimbua pedia soccorros promptos. Por outro lado estavam esgotados todos os conselhos e avisos para que retirassem do lado norte, todos os que não quizessem fazer a guerra.

«Em presença d'estes factos resolvi atacar Meninguene, a principal povoação do norte na bahia de Tungue.

«No dia seguinte, 23, dei ordem aos tenentes Antonio da Camara Cylindo e João Augusto Pinto, para formarem toda a força de que podiam dispôr, — 35 homens, — ás duas horas da tarde, na ponta da areia, onde deviam tambem collocar a peça rewólver entregue ao director da alfandega, Estanislau Alves Dias, e thesoureiro almoxarife, João de Barros Carrilho, afim de bater o campo inimigo pelo lado de oeste.

«Em seguida dirigi-me a bordo da canhoneira *Douro*, para pedir ao commandante Marques da Silva o seu auxilio para o ataque, o qual immediatamente pôz á minha disposição os escaleres que deviam transportar a força de terra com 30 ho-

mens armados e promptos a desembarcar. Egualmente disse ao mesmo commandante da canhoneira, que durante o ataque bombardeasse o campo inimigo do lado de leste, para impedir soccorros de Tungue.

«A's duas horas effectuou-se o embarque com toda a ordem, indo o commandante da canhoneira a bordo d'um dos escaleres.

«Apenas chegámos a meio rio, recebemos o fogo da direita, centro e esquerda do campo inimigo, que tinha tres peças de artilheria. Mandei fazer fogo e avançar. Logo que chegámos á margem inimiga mandei desembarcar: os officiaes lançaram-se logo á agua, as forças seguiram o exemplo e o desembarque effectuou-se rapidamente.

«Seguiu-se um fogo bem sustentado de parte a parte; a força avançou promptamente para os pontos d'onde partia o fogo inimigo, combatendo em liberdade e fóra do alcance da voz do commando. Um dos pontos mais resistentes, era a casa do chefe da povoação, Momade Salimo, que fugiu para o matto sem que ninguem o visse.

«A energia dos nossos, auxiliados pela metralhadora d'um dos escaleres, fez abalar todo o inimigo, que continuou um fogo menos intenso e sem que podessemos ver os atiradores.

«Tomámos-lhe material, como bandeiras, peças de artilheria, lanchas, etc., etc.

«Seguindo as idéas humanitarias e generosas do povo portuguez, preferindo a destruição da parte material ao derramamento de sangue, mandei destruir a povoação que bem depressa foi arrasada e reduzida a chammas.

«Depois das cinco horas, vendo que tinhamos cumprido o nosso dever, e que nada mais se podia exigir, pois o destroço da principal povoação e a derrota do inimigo, que nos ameaçava que fazia fogo constante e ia tomar a offensiva, era completa, mandei tocar a unir e embarcar.

«Passando revista ás nossas forças soube, com uma satisfação indescriptivel, que dos nossos não faltava ninguem. Das perdas do inimigo nada posso dizer; é de suppôr, porém, que uma população importante onde se achava o governador de Tungue com toda a gente que tinha chamado e armado para fazer a guerra, soffresse baixas consideraveis, em tres horas de vivissimo fogo.

«Tendo assim cumprido rigorosamente o plano que formei do ataque, como V. Ex.ª tinha deixado ao meu arbitrio, dei por terminado o combate em que ficámos completamente victoriosos.

«Eis como eu cumpri as instrucções e ordens que de V. Ex.ª havia recebido.

«Deus Guarde a V. Ex.ª. Quartel na bahia de Tungue, 24 de fevereiro de 1887.»

Tudo correspondeu ás prevenções do coronel. Estava-se na época das chuvas, mas havia dois dias que não chovia; aproveitou-se a opportunidade, pois era de toda a conveniencia que tudo estivesse sêcco para o incendio ser mais facil. A' entrada do rio Meninguene, ha um banco de areia que não se póde passar senão em certas marés e com uma precisa altura de agua; essa observação tinha sido feita pelo coronel, que a soube aproveitar. Fez-se tudo para o inimigo não suspeitar do ataque, retiraram-se as vedetas que estavam na ponta da areia, e a bandeira portugueza conservou-se içada no hyate para indicar que o governador estava a bordo, quando já de lá havia sahido. Assim nada fazia desconfiar dos seus planos nem da hora do ataque.

Prompto tudo para a primeira voz, collocou então o governador a bandeira portugueza na sua lancha e foi arriada a do hyate. Iam atacar e o governador devia e queria indicar onde estava, o que lhe valeu alguns tiros muito bem feitos a distancia da esquerda com armas de grande alcance que quasi lhe acertaram.

O inimigò foi ainda enganado sobre o ponto do desembarque, que não se executou onde elle esperava e onde tinha melhores meios de defeza. Os tiros inesperados da nossa peça rewólver Hotchkiss, collocada na ponta da areia, produziu-lhe grande abalo e desorientou-o completamente, por partirem d'onde elle não esperava e onde não via soldados; e o fogo das metralhadoras, penetrando as moitas do mangal que nos encobriam, lá iam produzir os seus effeitos e convencer o inimigo que atacavamos com numerosos soldados. Por isto Saidi Alibo e outros arabes mandaram dizer para Zanzibar que os portuguezes tinham atacado com quinze mil homens, que era impossivel toda a resistencia, e que, se não fogem, seriam todos victimas.

Lançámos-nos á agua, porque os escaleres não deviam tocar em terra, nem ficar tão longe que fosse preciso alcançal-os a nado. Esta prevenção foi constantemente recommendada e vigiada pelo coronel.

Houve casas d'onde nos faziam fogo, ainda quando lhe chegámos o morrão para incendial-as. Imagine-se a precipitação da fuga, a confusão, a desordem produzida no inimigo. A maior parte das casas ficavam abertas, a força entrava, saqueava e queimava: era a sorte da guerra. Muito contribuiu para a exaltação dos nossos, as ameaças e os preparativos feitos pelo inimigo para tomar a offensiva.

Todos sabiam que no caso da sorte nos ser adversa, nada havia que esperar de generoso, de quem deu sempre provas de selvageria e perversidade. Matavam-se uns aos outros, accumulando-se na celeridade da fuga, enraivecidos de não terem ao menos um dos nossos em que vingassem a sua sorte. Emfim, as cousas passaram-se assim, e não podiam passar-se melhor para os portuguezes.

O coronel conhecia bem a topographia da localidade onde tinha estado em 1886, examinando tudo e pensando na hypothese que se realisava agora. Este conhecimento contribuiu muito para o feliz exito do ataque. Verdade é que em Tungue succedeu o contrario: dos que atacavam nenhum tinha jamais posto os pés n'aquelle ponto, e nem por isso fômos menos felizes. E' porque a honra militar e o amor da patria suppriam bem todas as faltas.

Guardou-se rigoroso segredo das noticias desfavoraveis e inquietadoras que se recebiam nos dias que precederam ao ataque, até mesmo do sr. governador geral; a quem, não podendo dar remedio, iriam unicamente augmentar os cuidados e attribulações não pequenas que já tinha. Demais todos sabem que em tempo de guerra é prohibido espalhar noticias alarmantes e aterradoras.

Ataque e tomada de Tungue em 27 de fevereiro de 1887

Estava tomado Meninguene, mas Tungue não dava indicios de render-se, nem arriava a bandeira do sultão. Ainda nas vesperas tinha sido feito fogo sobre o sr. Augusto de Castilho, quando se approximou n'um escaler para fazer um reconhecimento.

No dia 26, reunidos todos a bordo da *Affonso d'Albuquerque*, determinou o sr. governador geral que se esperasse a *Vouga* e a força de caçadores n.º 1, que deviam chegar brevemente de Moçambique, para se atacar Tungue. Esta resolução, tomada em virtude de ponderosos motivos, a que se devia attender, como era, entre muitos outros, o ninguem ter o menor conhecimento da localidade, por não se conseguir jámais que alguem se atrevesse a approximar-se por terra para obter informações, pareceu, comtudo, que magoava o ardôr e enthusiasmo com que o sr. governador geral desejava terminar tão melindrosa e importante questão. Assim o julgou o coronel Palma Velho, e no dia 27 de fevereiro de 1887, aproveitando o escaler a vapor que da *Affonso d'Albuquerque* fôra a Meninguene, mandou rebocar dois escaleres da *Douro*, onde préviamente tinha feito embarcar os mesmos trinta e cinco soldados de caçadores n.º 1, do ataque de Meninguene.

Tal segredo guardava o coronel Palma Velho da sua resolução, que, ordenando ao patrão do escaler que seguisse o rumo

de Tungue, este lhe ponderou que o sr. governador geral o mandára voltar directamente e sem demora.

—«Rumo de Tungue, sob minha responsabilidade», disse o coronel.

—«Estão-me fazendo signaes», retorquiu o patrão.

—«Pois não olhe para lá. Olhe só para Tungue, e nada de reflexões», terminou o coronel.

Era preciso não perder tempo. A maré era tarde, e se se perdesse aquelle dia, só nas outras marés se poderia desembarcar com vantagem; e a ninguem era dado prever a phase que os acontecimentos tomariam n'aquelles dias.

Ás quatro horas estava-se em frente de Tungue. Mandou o coronel logo atacar, tomando aqui uma peça de artilheria e a bandeira. Ás seis horas a povoação estava em chammas e os portuguezes completamente victoriosos.

Todos se haviam lançado ao mar, com agua pela cintura, como em Meninguene; todos á porfia a ver quem chegaria primeiro: todos intrepidos correndo para os pontos mais perigosos, onde se via o fumo dos tiros que nos faziam: ninguem denunciava temer poder cahir atravessado por uma bala ou ao golpe d'um machado.

Todos queriam ser os primeiros a honrar a patria, que estava longe e não nos via. Que ruidosas exclamações ao ver o logro da drica da bandeira atada no cimo do mastro, e de lá ser tirada por tantos, que nem se sabe quem foi o primeiro a cumprir a ordem que o coronel Palma Velho déra de trepar ao mastro!

Este episodio foi perturbado pelas balas inimigas, que cahiam entre nós. O coronel marchou logo para a frente, seguido de alguns; e outros, que trepavam ao mastro, ficaram preplexos sem saber se deviam tirar a bandeira ou seguir o commandante.

Como foi disputada a esteira da cama, ainda quente, onde habitava e dormia Saidi Alibo e o batuque com que elle déra o signal para a guerra! Todos queriam um bocado para memoria do glorioso dia em que Portugal reconquistava Tungue!

Ninguem pensava em recompensas, mas ninguem pensava tambem em que o merito de serviços d'esta ordem, em que estava empenhada a honra da nação, podesse ser negado. Digam embora o que quizerem: analysem este acontecimento segundo o patriotismo de cada um, mas não poderão negar que os portuguezes tomaram pelas armas gloriosamente a bahia de Tungue, e este acontecimento será sempre uma satisfação indelevel para quem, com as armas na mão, tomou parte n'aquella conquista, expondo a vida aos azares da guerra.

O sr. conselheiro Augusto de Castilho, assim como os offi-

ciaes da *Affonso d'Albuquerque*, e especialmente o seu commandante Lopes de Andrade, ao receber o coronel Palma Velho, que lhe fôra levar a noticia, deram-lhe taes demonstrações de agrado e alegria que muito o commoveram, declarando o sr. governador geral que um tal feito de armas merecia bem a commenda da Torre Espada, que ia propôr. Era a terceira vez que o sr. Augusto de Castilho entendia propôr que o coronel Palma Velho fosse agraciado com aquella distincção.

No dia 28 narrava o coronel ao sr. governrdor geral o ataque de Tungue, no seguinte officio: (*Boletim* de 12 de março de 1887)

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—O exito feliz do ataque do dia 23 do corrente, que eu tive a honra de commandar, deu aos portuguezes a principal povoação ao norte da bahia de Tungue, e foi grande a victoria sobre o inimigo.

«Comtudo Saidi Alibo, governador e commandante das forças militares, poude fugir com uns sessenta arabes armados, indigenas e macuas, que foram convidados para a guerra, e foram refugiar-se no logar de Tungue, como n'um baluarte de tal modo cercado de mato e arvoredo, que não se vê uma casa da bahia. Aqui ondeava altiva a bandeira do sultão, n'um mastro tão alto que excedia muito o arvoredo. Quando fiz um reconhecimento áquella povoação fui recebido a tiro, como V. Ex.^{a} o foi tambem, sem que podessemos ver o inimigo.

«Era urgente repellir esta affronta, derrotar ou desalojar o audacioso chefe da mais forte posição.

«No dia 27 do corrente sollicitei do commandante da corveta *Affonso d'Albuquerque*, Lopes de Andrade, o escaler a vapor com uma metralhadora, e da canhoneira *Douro* dois escaleres, com outra metralhadora, para a conducção de tropa.

«Ao meio dia mandei embarcar os tenentes Camara e Pinto com as mesmas trinta e cinco praças do ataque de Meninguene e os voluntarios Alves Dias e Carrilho.

«Ás quatro horas, meia maré de enchente, chegámos á frente de Tungue. Á distancia conveniente mandei metter os tres escaleres em linha, prôa á terra. Rompeu o fogo das metralhadoras com pequenos intervallos.

«Fazia-se tarde; era forçoso atacar com rapidez. Mandei desembarcar a força; todos saltámos á agua. A distancia a percorrer até á praia era de uns duzentos metros, e n'esta situação recebemos o fogo inimigo, que não fez recuar nenhum dos nossos. Chegados á terra rompemos vivissimo fogo, que fez manter o inimigo em respeito, até que tomou a fuga.

«Arriei e tomei a bandeira do sultão içada em Tungue, como tomei em 23 de fevereiro a de Meninguene e em janeiro

de 1886 a que estava arvorada em Macoloe no quartel dos arabes.

«Da corveta *Affonso d'Albuquerque*, logo que se ouviu o fogo, foi-nos enviado um bom reforço que chegou ainda a tempo para se poder, com mais rapidez, arrasar e queimar a povoação.

«Assim terminou a occupação da bahia de Tungue pelas armas. Felicito a V. Ex.ª por este acontecimento que emprehendeu e levou a fim com tanta gloria.

«Já por outras vezes recommendei a V. Ex.ª o tenente Camara e os mais empregados que me acompanhavam n'este serviço. Resta-me chamar a attenção de V. Ex.ª para o tenente João Augusto Pinto que, nos ataques de Meninguene e Tungue, se portou com coragem merecedora d'uma honrosa distincção. Deus Guarde, etc...»

Em Lisboa fez-se este outro officio em additamento ao antecedente:

«Ill.ᵐᵒ e Ex.ᵐᵒ Sr.—N.º...—Em additamento ao afficio que dirigi a S. Ex.ª o conselheiro governador geral da provincia de Moçambique, com referencia ao ataque de Tungue, que eu tive a honra de commandar, cumpre-me declarar que os dois officiaes que desembarcaram da corveta *Affonso d'Albuquerque*, foi o primeiro tenente D. Alexandre de Lencastre, levando subordinado o segundo tenente Anaya.

«Grande pesar mostraram estes officiaes de não serem nomeados para marchar comigo na vanguarda da força atacante. Chegando depois, poderam ainda dar provas do seu patriotismo e brio, atacando com denodo o inimigo que, se tinha intenção de prolongar a resistencia, a perdeu de todo na presença d'aquelle reforço que mandado a proposito, auxiliou assim tão grandioso feito de armas.»

«Chamo a attenção de V. Ex.ª para estes officiaes tão dignos, que podendo demorar a sua marcha, correram intrepidos a partilhar o perigo dos seus camaradas de terra, na presença do inimigo obstinado que nos fazia frente. Deus Guarde, etc...»

Nunca será de mais repetir ainda qual foi a dedicação, a obediencia e a coragem com que as forças se portaram na revindicação da bahia de Tungue, e sobre tudo debaixo de fogo, nos dois ataques; sendo muito para admirar e louvar o patriotismo dos trinta e cinco soldados pretos de caçadores n.º 1, que não podendo tolerar o dominio do sultão em territorio portuguez, ficaram estimando e respeitando sobre maneira, quem os

levou ao combate e quem lhes deu ordem para avançar e fazer fogo.

Depois chegou a canhoneira *Vouga* e uma força de caçadores n.º 1, de Moçambique. Este navio era commandado pelo capitão de mar e guerra A. J. da Silva Costa, que estivera na bahia de Tungue em 1886, e cuja perda hoje lamentamos.

Dotado com as qualidades d'um excellente official de marinha, possuia mais uma severa educação militar, como não é vulgar encontrar hoje.

Com a força que chegou de Moçambique e com aquella que estava já na bahia, passou-se então a occupar Palma e Tungue, onde ficou emfim tremulando a bandeira portugueza.

As ordens e instrucções dadas ao commandante militar da bahia de Tungue, foram as mesmas que abaixo transcrevemos, cobertas pelo seguinte officio datado de 1 de março de 1887, e que o sr. governador geral dirigiu ao coronel Palma Velho:

«Governo geral da provincia de Moçambique. N.º 18.—Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex.ª as instrucções que me pareceu dever dirigir-lhe para a conclusão dos trabalhos de occupação n'esta bahia. Espero que V. Ex.ª, com a larga experiencia que tem das cousas d'este districto, com o seu reconhecido e provadissimo senso pratico, com o inexcedivel patriotismo que o distingue, e com o brilhante prestigio que a estes povos tem sabido inspirar, conseguirá concluir com honra e aproveitamento para a nação, o que tão audazmente começou. Deus Guarde a V. Ex.ª. Bordo da corveta *Affonso d'Albuquerque*, 1 de março de 1887.—Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Sr. governador do districto de Cabo Delgado.—O governador geral, (a) *Augusto de Castilho*.

—

«*Instrucções para o Ex.^mo^ governador do districto de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho, na questão da occupação da margem esquerda (N.) do rio Meninguene*

«1.ª—Depois de termos affirmado pela força das armas a nossa posse soberana nas povoações de Meninguene e Tungue na margem N. da bahia e em todos os territorios adjacentes torna-se urgente que V. Ex.ª ordene sem demora a installação

da séde do commando militar na margem esquerda do rio Meninguene, e no logar onde estava a antiga povoação ou n'outro que a V. Ex.ª mais apropriado pareça. A' nova povoação portugueza, séde do commando militar da bahia de Tangue, ficar-se-ha chamando *Palma*, em homenagem ao nome de V. Ex.ª que tão corajosa e patrioticamente luctou para a revindicação e reconquista d'esta parte dos dominios da corôa de Portugal.

«2.ª— Deve V. Ex.ª conservar-se aqui emquanto lhe parecer que a sua presença é necessaria para guiar o commandante militar nos primeiros passos que tem a dar para a nova installação do commando, construcção de abrigos, etc., dando-lhe todas as necessarias indicações ácerca da orientação e largura das ruas, arborisação, condições estrategicas, de salubridade e de facilidade de commercio, etc.

«3.ª— N'estes primeiros tempos e até nova ordem ficarão n'esta bahia as canhoneiras *Vouga* e *Douro*, do commando do commandante da divisão naval, para prestarem a V. Ex.ª força moral e material e para coadjuvarem e ao commandante militar em qualquer serviço que d'ellas possa ser exigido.

«4.ª— O commandante da divisão naval tem instrucções minhas para visitar as bahias de Mbwegi, Kianga e Rovuma, comprehendidas entre o Cabo Delgado e o rio Rovuma, com o fim de significar áquellas populações a determinação em que está o governo de considerar como seu limite septentrional n'esta costa d'Africa o dito rio Rovuma, e a deliberação em que está de affirmar pela força das armas, como n'esta bahia acaba de fazer, os seus legitimos e soberanos direitos.

«5.ª— V. Ex.ª ordenará ao commandante militar que busque obter, por informadores de confiança, noticia do paradeiro do ex-Sualia de Tungue e seus soldados arabes, e que diligenceie estar quanto possivel sabedor das intenções e animo das populações que nos não eram affectas por convicção e crença sua, ou simplesmente por obediencia ao poder do sultão de Zanzibar, representado pelo ex-Lualia.

«6.ª— Buscará convencer os negociantes que estavam estabelecidos em Meninguene de que o governo portuguez nenhuma intenção teve de os hostilisar, e de que se algumas perdas padeceram com o bombardeamento e incendio, foi mais isso devido á sua propria desobediencia em virem para o nosso lado do que a um deliberado proposito do governo. Resolvendo-se elles, porém, a reconhecer a soberania portugueza, não serão molestados por fórma alguma e poderão commerciar livremente.

«7.ª— O commandante militar diligenciará obter informações ácerca das qualidades dos diversos artigos do paiz exportados annualmente por esta bahia, e bem assim ácerca do nu-

mero e intervallo das viagens que os vapores de sua alteza o sultão de Zanzibar faziam aqui para levar esses generos e trazerem fazendas. Só depois de eu estar habilitado com estes dados estatisticos e de saber se sua alteza resolve desistir de mandar aqui os seus navios carregar, é que eu poderei propôr ao governo, com alguma segurança, se deve ou não contractar-se com a companhia British India o mandar aqui periodicamente os seus vapores.

«8.ª— Deverá o commandante militar procurar informar-se com toda a minuciosidade ácerca do trafico da escravatura que dava ha longos annos a esta bahia uma sinistra celebridade, e buscará por todos os meios e com a maior energia oppôr-se a que os povos continuem a entregar-se a esse odioso e deshumano trafico. Sobre este ponto chame particularmente V. Ex.ª a attenção do commandante militar, afim de que um regimen de moralidade e humanitario possa ser o mais valioso argumento a favor da nossa occupação politica n'esta bahia.

«9.ª— É muito conveniente que V. Ex.ª faça destacar para aqui o escrivão da alfandega do Ibo, para montar o serviço fiscal de uma fórma conveniente, tendo-se sempre porém muito em vista que se é bom acautelar os interesses do fisco, bom é tambem não afugentar o commercio ainda hesitante com a promulgação de medidas repressivas e vexatorias.

«10.ª— Com a peça rewolver Hotchkiss e com duas peças de bronze que de Moçambique acabam de chegar no vapor *Kilwa*, e bem assim com as que foram tomadas em Meninguene e Tungue, depois de para ellas serem construidos reparos, deverá o commandante militar guarnecer uma obra de fortificação que inspire segurança aos habitantes de Palma e os possa efficazmente proteger no caso imprevisto e improvavel de um ataque.

«11.ª— Nos pontos em que estas instrucções forem omissas ou nos casos imprevistos, deverá V. Ex.ª guiar-se pelo seu muito bom senso, inexcedivel patriotismo e provada valentia, ficando auctorisado a alteral-as n'um ou mais artigos como melhor entender a bem do serviço.

«Bordo da corveta *Affonso d'Albuquerque*, surta na bahia de Tungue, 1 de março de 1887.—O governador geral, *Augusto de Castilho.*»

Estava terminada a guerra e, convém notar, sem dispendio para o cofre do districto, o que é uma gloria para o governador.

Felizmente não se perdeu ninguem nos dois ataques, e póde dizer-se nos desaffrontámos das desgraças da guerra do Bonga, que nos aniquilou tres expedições, sem lhe ferirmos um homem.

depois do paiz ter gasto sommas importantes. A guerra de Tungue foi portanto innegavelmente mais proveitosa, mais economica, mais feliz, e uma satisfação para Portugal de alguns desastres que tem soffrido no ultramar.

Faltou sangue para glorificar a acção, diz-se. Pois os que lá estiveram abraçaram o commandante felicitando-o por não se perder ninguem nos dias 23 e 27, e nenhum desejava augmentar glorias que custassem a vida aos camaradas. Comtudo, para satisfazer os espiritos mais exigentes, deve saber-se que desgraçadamente a conquista de Tungue custou a vida de mais de um soldado, que vieram a fallecer mais tarde em consequencia d'estes trabalhos, fadigas e combates.

Nunca se poude calcular as perdas do inimigo em Meninguene e Tungue. Sabe-se só que foi preciso depois lançar terra e cal sobre as ruinas, onde havia um insupportavel cheiro de corpos em putrefacção; que um immediato de Saidi Alibo apparecêra morto n'uma palhota distante, segundo narrou um escravo fugido quando vendeu o alfange que lhe tirára; e que nunca mais se ouviu fallar nem de Mapeta nem de Mossacá.

As bandeiras do sultão em Tungue e Meninguene foram arriadas e tomadas, arvorando-se a bandeira portugueza quando o coronel Palma Velho julgou a proposito e entendeu conveniente, como se praticou em Macoloe. Só quem não tivesse idéa dos deveres militares, nem noções de disciplina, poderia praticar o contrario. Se qualquer pretendesse invadir as attribuições ou usurpar a auctoridade do commandante, commetteria uma insubordinação ou, pelo menos, mostraria ignorancia dos seus deveres. Tal caso não se deu, e é portanto certo que as bandeiras foram arriadas, quando e por quem, estando junto do commandante, por sua indicação, accudiu primeiro a subir ao mastro.

Sobre os ataques de Meninguene e Tungue publicou o *Boletim Official*, da provincia de Moçambique, n.º 11, de 12 de março de 1887, o seguinte:

TELEGRAMMAS

«Do governador geral de Moçambique a S. Ex.ª o ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e ultramar — 3 março 87.

«Bahia de Tungue toda nossa. Meninguene norte incendiada, destruida por forças de caçadores 1 e canhoneira «Douro» em 23 de fevereiro. Tungue idem caçadores 1 e corveta «Affonso

d'Albuquerque» 27. Palma dirigiu ambos os ataques. Resultado brilhante: duas bandeiras, tres peças tomadas. Ninguem perdemos. Permanecem alli «Vouga» «Douro» coadjuvar installação. Commandante Costa tem ordem vigiar até Rovuma para final submissão. Felicito V. Ex.ª

*

«Dos Ex.mos ministros dos negocios da marinha e ultramar e dos estrangeiros ao governador geral de Moçambique — 3 março 87.

«Governo congratula-se comsigo e forças expedicionarias brilhante exito expedição..........

—

PORTARIAS

«N.º 81. —Tendo-me SS. Ex.as os ministros e secretarios de estado dos negocios da marinha e ultramar e dos estrangeiros, em telegramma de 3 de fevereiro ultimo, auctorisado a tomar militarmente a bahia de Tungue e o Cabo Delgado, visto sua alteza o sultão de Zanzibar se ter recusado a fazer a sua entrega voluntariamente a nós e depois do pedido que lhe fiz; e

«Tendo sido indispensavel empregar todos os meios de força ao meu alcance para se realisar o cumprimento das ordens superiores e entrarmos assim novamente na posse do territorio que ha longos annos andava fóra da nossa jurisdição; e

«Sendo de toda a justiça assegurar aos militares que tomaram parte em todas estas operações o beneficio do § 2.º do artigo 3.º do decreto de 22 de setembro de 1838 e do artigo 3.º da carta de lei de 8 de junho de 1863; e

«Em harmonia com o disposto na régia portaria de 6 de outubro de 1864;

«Hei por conveniente declarar que o estado de guerra resultante do procedimento de sua alteza o sultão e determinado por SS. Ex.as os ministros e secretarios de estado dos negocios da marinha e ultramar e dos estrangeiros comece, para os effeitos da lei, com o voto affirmativo e unanime do conselho do governo, a ser contado desde 12 de fevereiro ultimo, data em que foram interrompidas as nossas relações com sua alteza o sultão.

«As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento

d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.—Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 12 de março de 1887.—O governador geral, *Augusto de Castilho*.

«N.º 82.—Tendo-me o governo de Sua Magestade determinado que tomasse posse da parte N. da bahia de Tungue incluindo o Cabo Delgado, usando para isso dos meios de força, visto não ter sua alteza o sultão de Zanzibar condescendido em entregar-nol'a de bom grado, como por tantas vezes d'elle havia sido reclamada em harmonia com o que se estipula na convenção addicional ao tratado entre Portugal e a Grã-Bretanha de 22 de janeiro de 1815, assignada em Londres no dia 28 de julho, e com o que tambem está consignado no artigo VIII do tratado ajustado, mas não ratificado entre sua alteza Imamo de Mascate, pae do actual soberano de Zanzibar, e o governador e capitão general de Moçambique Sebastião Xavier Botelho, em 28 de março de 1828;

«Tendo para isto sido empregadas na dita bahia de Tungue a corveta *Affonso d'Albuquerque*, onde eu tinha o meu quartel general, e a canhoneira *Douro*, bem como um destacamento de caçadores n.º 1 da guarnição d'esta provincia, sob as ordens do governador do districto de Cabo Delgado alli tambem presente;

«Considerando que á cooperação e boa vontade dos elementos de força alli reunidos, e aos sinceros esforços de todos se deveu o bom exito que teve a empresa, não obstante se ter espalhado o boato de que as guarnições arabes de Tungue e Meninguene haviam sido reforçadas por contingentes vindos de Mikindane e Lindi, e seriam auxiliadas pelos guerreiros do regulo indigena Mapeta;

«Considerando que a attitude insolente do vali de Tungue, chegou ao ponto de não responder ao *ultimatum* que lhe mandei, intimando-o a que arriasse a bandeira e nos evitasse o emprego dos meios violentos, sempre desagradavel;

«Considerando que em vez d'isto o dito vali se não queria limitar a conservar-se na defensiva, e tencionava até atacar as nossas posições na margem direita do rio Meninguene, querendo assim mostrar que tinha forças superiores ás nossas e nos não temia;

«Tendo eu tido conhecimento do ataque, tomada e destruição da povoação arabe de Meninguene, na margem esquerda do rio d'aquelle nome, levada a effeito em 23 de fevereiro, sob a direcção do coronel governador do districto, pelas praças de marinhagem da canhoneira *Douro*, e pelas de caçadores

n.º 1, depois do activo bombardeamento que teve logar de bordo da dita canhoneira n'aquelle e nos precedentes dias, e do vivissimo fogo do inimigo, especialmente na occasião do desembarque;

«Tendo eu presenciado mais o ataque, tomada e destruição da povoação arabe de Tungue, realisada em 27 de fevereiro, tambem sob a direcção do dito coronel governador do districto, pelas praças de marinhagem da corveta *Affonso d'Albuquerque* e pelo mesmo destacamento de caçadores n.º 1, depois do bombardeamento executado por aquelle navio nos anteriores dias, e do tiroteio feito de terra n'aquelle dia e em alguns dos anteriores em reconhecimentos feitos junto á praia pelos nossos escaleres;

«Tendo estes satisfactorios acontecimentos trazido como natural e legitima consequencia a definição da nossa fronteira como nós a desejavamos, e como o citado diploma europeu nol-a reconhecia, o que foi devido á coadjuvação unanime das forças de mar e terra que n'ella collaboraram;

«Hei por conveniente louvar em meu nome todos os officiaes inferiores, marinheiros das guarnições dos navios *Affonso d'Albuquerque* e *Douro*, e soldados da guarnição do districto de Cabo Delgado e em especial:

«O coronel de cavallaria do exercito de Portugal, governador do districto, José Raymundo de Palma Velho, pela intelligencia, serenidade e denodo com que planeou, dirigiu e executou os dois ataques de Meninguene e Tungue, sendo assim por si só o principal obreiro de tão brilhante feito;

«O capitão de fragata Augusto Marques da Silva, commandante da canhoneira *Douro*, pela pericia com que levou o seu navio a fundear mesmo junto aos baixios que se estendem em frente de Meninguene, e á menor distancia possivel d'esta povoação, e pela parte que tomou auxiliando pessoalmente e com praças da sua guarnição o governador do districto na tomada de Meninguene;

«O capitão tenente Cypriano Lopes d'Andrade, commandante da corveta *Affonso d'Albuquerque*, pela maneira habil como conduziu o seu navio até á menor distancia possivel em frente de Tungue, e pelo auxilio que prestou com embarcações armadas e gente para o ataque e tomada d'aquella povoação;

«O 2.º tenente Aristides Paes de Faria, da guarnição da canhoneira *Douro*, commandante da força de desembarque do dito navio em Meninguene, pelo acerto com que dirigiu a sua gente sob as ordens do coronel Palma Velho;

«O tenente João Augusto Pinto, commandante do destacamento de caçadores n.º 1 no Ibo, então ás ordens do governador do districto, pela muita dedicação e coragem que mani-

festou em todas as occasiões, e especialmente no mencionado ataque e tomada de Meninguene;

«O director da alfandega do Ibo, Estanislau Alves Dias, e o thesoureiro almoxarife do districto, João de Barros Carrilho, pela maneira prompta e espontanea como voluntariamente se offereceram a servir a peça rewólver Hotchkiss na ponta E. da entrada do rio Meninguene, quando esta bombardeava a povoação, protegendo a passagem do mesmo rio pelas nossas tropas;

«O sargento Albino Leandro, da canhoneira *Douro*, pela maneira distincta como se houve;

«O cabo marinheiro Alfredo de Lima que arriou a bandeira de sua alteza o sultão em Meninguene; e

«O cabo marinheiro João Rainaud, patrão do escaler a vapor da corveta *Affonso d'Albuquerque*, pelo seu muito denodo e especialmente por ter sido quem arriou a bandeira de sua alteza o sultão de Zanzibar em Tungue.

«As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.—Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 12 de março de 1887.—O governador geral, *Augusto de Castilho.*

*

«N.º 83.—Tendo sido occupada pela força das armas a parte norte do rio Meninguene e da bahia de Tungue, incluindo o Cabo Delgado, e sendo necessario remover para logar mais proprio a séde do commando militar e o posto fiscal que provisoriamente se achavam na margem direita do mesmo rio, obedecendo assim a considerações de facilidade de commercio e de estrategia que mais vantajosas se apresentam no logar da destruida povoação de Meninguene;

«Hei por conveniente determinar que a séde do dito commando militar e o posto fiscal sejam estabelecidos na margem esquerda do rio, devendo a nova povoação denominar-se *Palma*, em homenagem ao nome do governador d'aquelle districto, que tanto contribuiu para esta satisfactoria occupação.

«As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.—Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 12 de março de 1887.—O governador geral, *Augusto de Castilho.*»

O sr. conselheiro Augusto de Castilho, governador geral da provincia de Moçambique, a quem se deve a iniciativa

d'aquella revindicação, occulta-se modestamente e só louva quem executou as suas ordens.

Ao espirito de justiça e nobreza de caracter do sr. Castilho, se deve o não ficarem aquelles serviços occultos e esquecidos, como outros muitos, além dos mencionados nos seguintes boletins.

Outros serviços

O *Boletim Official* da provincia de Moçambique, n.º 42, de 16 de outubro de 1886, refere-se a um facto condemnado por todas as leis. Foi aprisionada uma lancha com contrabando que, conduzida ao posto fiscal de Meninguene sul, foi d'alli mandada para o Ibo, escoltada por tres soldados e um guarda da alfandega. Nas alturas de Pangane e ilha de Macoloe, são atacados pelo contrabandista, que com tres barcos tripulados por muitos pretos armados, se apoderaram da lancha e do contrabando, prendendo os soldados e o guarda. Conhecido o facto, tomou o coronel Palma Velho taes providencias, que passadas duas horas partiu do Ibo uma força acompanhada de auctoridades que conseguiram pelas armas tomar a lancha e contrabando, e castigar aquella audacia, pelo que o sr. governador geral mandou publicar a seguinte:

PORTARIA

«N.º 442.—Tendo chegado ao meu conhecimento as rapidas e acertadas providencias adoptadas pelo governador de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho, com o fim de auxiliarem o director da alfandega do mesmo districto, Esta-

nislau Alves Dias, bem como o commandante do destacamento junto áquelle districto, João Augusto Pinto, na occasião d'uma diligencia de recaptura d'uma lancha com contrabando que tinha sido apprehendida em Pangane, arrebatada em Macoloe pelo contrabandista Mussá Sufo:

«Tendo-me sido presente o relatorio do mesmo director do districto, pelo qual se vê o modo persistente e diligenciador como se houveram estes funccionarios, bem como a maneira perfeitamente desinteressada como prestou todos os auxilios o guarda aposentado da alfandega, Francisco José Romero:

«Hei por conveniente louvar os tres mencionados funccionarios, bem como o guarda aposentado da alfandega, pelo importante serviço que acabam de prestar apoderando-se novamente da lancha e fazendas, e castigando com verdadeiro rigôr o contrabandista Mussá Sufo e toda a sua gente.

«As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.—Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 12 de outubro de 1886.—O governador geral, (a) *Augusto de Castilho.*»

O *Boletim Official* da provincia de Moçambique, n.º 8, de 20 de fevereiro de 1886, faz referencia a uma grave sublevação. Os pretos do Ibo, do continente e de Querimba, estes ultimos tentando assassinar o seu capitão-mór que se salvou fugindo precipitadamente para a ilha de Quisiva, guardando o maior sigillo, atacaram na noite de 26 de janeiro de 1883 a villa do Ibo, pondo em grave perigo os haveres e a vida dos habitantes. O governador tomou immediatamente providencias, repellindo e batendo os revoltosos que retiraram perdendo uns cem homens entre mortos e feridos: assim o governador, auxiliado por alguns officiaes e com treze soldados, poude salvar a povoação d'aquelle ataque, cujas fataes consequencias são incalculaveis. Por este serviço foi publicada a seguinte:

PORTARIA

«N.º 78.—Tendo-me sido presentes os officios n.os 4 e 5, de 30 de janeiro e 1 de fevereiro de 1883, do governador do districto de Cabo Delgado, e bem assim o seu officio numero extra, de 10 de fevereiro corrente, com relação á sublevação occorrida na villa do Ibo na noite de 26 de janeiro d'aquelle anno, acompanhado de copias de actas das sessões da camara municipal d'aquella villa, em que se reconhecem os importan-

tes serviços pelo mesmo governador prestados em tão apertada conjunctura;

«Tendo visto o despacho que sobre o mesmo assumpto lavrou o meu predecessor Ex.mo conselheiro Agostinho Coelho, com o qual plenamente me conformo;

«Hei por conveniente louvar em meu nome a attitude energica e resoluta adoptada n'aquella grave crise pelo governador do districto de Cabo Delgado, coronel de cavallaria do exercito de Portugal, José Raymundo de Palma Velho, pedindo-lhe que louve tambem pela efficaz coadjuvação que lhe prestaram, o capitão Claudio Augusto da Rocha Campos e Fronteira, o tenente graduado em commissão André Corsino Teixeira Osorio e o alferes Paulino Raphael Nogueira.

«As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.—Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 18 de fevereiro de 1886.—O governador geral, (a) *Augusto de Castilho.*

—

OFFICIOS

«Districto de Cabo Delgado.—Aos quinze de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e tres, n'esta villa do Ibo e paços do concelho, pelas onze horas da manhã, sendo presente o presidente José Leonardo de Moraes Callado, e vereadores Alarico Carlos Vespasiano Gomes, João Lopes de Barros Coelho, Vicente Salvador de Sousa e Antonio Baptista Carrilho; o presidente declarou aberta a sessão. Seguidamente o vice-presidente pediu a palavra, e disse que tendo sido alterada a ordem publica na villa, na noite de vinte e seis de janeiro findo, pela sublevação armada de numerosos pretos, com intenções malvadas de atacarem as casas a alta hora da noite, em que todos estivessem no seu melhor repouso, e estabelecendo anarchia, assassinarem os principaes moradores com intuito de saquearem as casas e procederem á pilhagem, do que tudo havia graves apprehensões e fundadas suspeitas; porém achando-se suffocada a rebellião e completamente restabelecida a tranquillidade publica, devida á boa vontade e energia da auctoridade superior do districto e força armada, não havendo perdas a lamentar da nossa parte, e da dos insurgentes alguns mortos e feridos, propunha se consignasse na acta que esta camara tem a satisfação de por si e em nome dos seus municipes, congratular-se com a auctoridade superior do districto, o sr. José Raymundo

de Palma Velho, pelo restabelecimento do socego publico, garantia imprescindivel do bem estar e prosperidades dos povos; e outrosim que d'esta resolução se désse conhecimento ao referido governador, propostas que foram unanimemente approvadas por expressarem o verdadeiro sentir de todos os habitantes da localidade. E por não haver nada mais a tratar foi encerrada a sessão, de que tudo se lavrou esta acta em que assignaram os mesmos, presidente, vereadores e comigo Joaquim José Dias, escrivão da camara, que a escrevi.—*José Leonardo de Moraes Callado—Alarico Carlos Vespasiano Gomes—João Lopes de Barros Coelho—Vicente Salvador de Sousa—Antonio Baptista Carrilho—Joaquim José Dias*. Está confórme. Secretaria da camara municipal no Ibo, dezeseis de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e tres.—O escrivão da camara, (a) *Joaquim José Dias*. Está confórme. Secretaria do governo de Cabo Delgado no Ibo, 9 de fevereiro de 1886.—O secretario do governo, *André Corsino Teixeira Osorio*, tenente graduado.

*

«ACTA NUMERO TREZE.—Sessão do dia trinta de maio de mil oitocentos e oitenta e quatro.—N'esta villa do Ibo e nos paços do concelho, pelo meio dia, sendo presente o vice-presidente Alarico Carlos Vespasiano Gomes, e vereadores João Lopes de Barros Coelho, Vicente Salvador de Sousa e Antonio Baptista Carrilho, o vice-presidente declarou aberta a sessão. Lida a acta antecedente, foi approvada. O vice-presidente disse que tendo hontem deixado a administração d'este districto o tenente coronel de cavallaria do exercito de Portugal, José Raymundo de Palma Velho, por estar transferido para Quilimane, e que durante os dois annos da sua dedicada administração coadjuvou sempre de boa vontade a este municipio em tudo o que estivesse dentro da esphera das suas attribuições, para que os negocios a cargo da camara corressem á medida dos desejos dos seus municipes, dedicação que muito principalmente manifestou na occasião da sublevação dos pretos n'esta villa, na noite de vinte e seis de janeiro de mil oitocentos e oitenta e tres, prestando-se de boa vontade para que fosse suffocada sem occorrencia a lamentar, dispensando por essa occasião os poucos recursos de que dispunha o districto da sua administração; n'estas circumstancias a camara e os seus municipes muito gratos propunham um voto da mais subida consideração e estima a este funccionario, sentindo que a sua permanencia não fosse mais duradoura n'esta villa. Caso esta proposta fosse approvada, propunha que se enviasse ao interessado o extracto d'esta acta. O que os mais vogaes, tendo achado sensata esta proposta,

approvaram por unanimidade de votos. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, de que tudo se lavrou esta acta em que assignaram o vice-presidente, vereadores e comigo Joaquim José Dias, escrivão da camara, que a escrevi. —(aa) *Alarico C. V. Gomes—João Lopes de Barros Coelho—Vicente Salvador de Sousa—Antonio Baptista Carrilho—Joaquim José Dias*. Está confórme. Secretaria da camara municipal no Ibo, trinta e um de maio de mil oitocentos e oitenta e quatro.—O escrivão da camara, (a) *Joaquim José Dias*. Está confórme. Secretaria do governo de Cabo Delgado no Ibo, 9 de fevereiro de 1886.—O secretario do governo, *André Corsino Teixeira Osorio*, tenente graduado.

*

«Capitania-mór de Bringano e Fumbo.—Serie de mil oitocentos e oitenta e tres.—Numero extra.—Illustrissimo Senhor.—Respondendo ao officio de Vossa Senhoria, de hontem, em que me pergunta quantos mortos e feridos houve no combate que teve logar n'essa villa na noite de vinte e seis de janeiro proximo findo, entre pretos com a força militar e os moradores, tenho a honra de dizer que pelas informações que colhi, ficaram mortos e feridos mais de cem pretos. Incluso achará Vossa Senhoria a copia do officio que me dirigiu o sargento-mór d'esta capitania, que tambem se refere ao assumpto do officio a que respondo.—Deus Guarde a Vossa Senhoria.—Capitania-mór de Bringano e Fumbo, primeiro de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e tres.—Illustrissimo Senhor governador do districto de Cabo Delgado.—*Constantino Antonio Rezende*, capitão-mór de Bringano e Fumbo. Está confórme. Secretaria do governo de Cabo Delgado no Ibo, 9 de fevereiro de 1886.—O secretario do governo, *André Corsino Teixeira Osorio*, tenente graduado.

*

«Capitania-mór de Bringano e Fumbo.—Serie de mil oitocentos e oitenta e tres.—Numero um.—Illustrissimo Senhor.—Chegaram para aqui fugidos uma porção de pretos, e indagando eu a rasão da fuga, constou-me que tinham sido convidados pelos pretos do Ibo para deitar guerra á villa, com intuito de matar todos os brancos e roubar tudo; mas que logo no começo appareceu a força militar e moradores que sustentaram fogo, chegando a morrer mais de oitenta pessoas e muitos feridos. Perguntando quantos brancos tinham morrido, disseram-me que nenhum, não obstante haver fogo activo de parte a parte quasi tres horas de tempo, desde as seis e meia da tarde ás nove da

noite. Passando a fazer indagações minuciosas vim a saber ser veridico o que acabo de dizer. Soube mais que quando fugiam morreram alguns pretos afogados, por causa da maré cheia na occasião de atravessarem rios que separam a villa do continente; egualmente morreram muitos nos mangaes, que vinham feridos da villa.—Deus Guarde a Vossa Senhoria.—Capitania-mór de Bringano e Fumbo, vinte e oito de janeiro de mil oitocentos e oitenta e tres.—Illustrissimo Senhor capitão-mór de Bringano e Fumbo.—(a) *Francisco Diogo Baptista*, sargento-mór de Bringano e Fumbo. Está confórme. Secretaria do governo de Cabo Delgado no Ibo, 9 de fevereiro de 1886.—O secretario do governo, *André Corsino Teixeira Osorio*, tenente graduado.

*

«Capitania-mór das Terras Firmes.—Serie de mil oitocentos e oitenta e tres.—Numero...—Illustrissimo Senhor.—Accusando a recepção do officio de Vossa Senhoria, que tive a honra de receber, tenho a dizer que, pelas averiguações minuciosas a que procedi, tive a certeza de que no combate que teve logar na noite de vinte e seis de janeiro findo, houve entre mortos e feridos, por parte dos pretos, mais de cem pessoas, e foi esta a rasão porque elles se dispersaram depois de duas horas de fogo, como Vossa Senhoria não ignora.—Deus Guarde a Vossa Senhoria.—Capitania-mór das Terras Firmes, dois de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e tres.—Illustrissimo Senhor governador do districto de Cabo Delgado.—*Joaquim Monteiro Baptista*, capitão-mór das Terras Firmes. Está confórme. Secretaria do governo de Cabo Delgado no Ibo, 9 de fevereiro de 1886.—O secretario do governo, *André Corsino Teixeira Osorio*, tenente graduado.

*

«Capitania-mór da ilha de Querixoba.—Serie de mil oitocentos e oitenta e tres.—Numero...—Illustrissimo Senhor.—Cabe-me a honra de responder ao officio de Vossa Senhoria, de vinte e nove do mez proximo passado, que entre mortos e feridos na guerra dos pretos que houve na noite de vinte e seis de janeiro ultimo, n'esta villa do Ibo, foram mais de noventa e oito, não havendo felizmente nenhuma victima da nossa parte. Cumpre-me mais informar a Vossa Senhoria que nos dias vinte e seis e vinte e sete sahiram d'aqui muitos pretos, para se juntarem com os d'essa villa, a convite d'estes; felizmente logo na embocadura do Blok-haus a força militar fazendo fogo matou

tres e fugiram uns poucos, podendo assim conseguir que uma parte voltasse para cá, na enchente, a nado.—Deus Guarde a Vossa Senhoria.—Capitania-mór de Querimba, tres de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e tres.—Illustrissimo Senhor governador do districto de Cabo Delgado.—*Manuel Justiniano Baptista*. Está conforme. Secretaria do governo de Cabo Delgado no Ibo, 9 de fevereiro de 1886.—O secretario, *André Corsino Teixeira Osorio*, tenente graduado.»

O alferes Paulino Raphael Nogueira, a quem se refere tambem a portaria antecedente, falleceu depois no Ibo, tendo o governador feito tudo quanto foi possivel para lhe suavisar os ultimos momentos.

Tres officiaes citados aqui, camaradas e companheiros, que tomaram parte n'estes serviços, tenente Sousa, alferes Paulino e capitão de mar e guerra Silva e Costa, jazem sepultados na provincia de Moçambique, assim como quatro facultativos que nos trataram de doenças graves no Ibo, resultantes de incommodos e privações inherentes áquelles serviços, os srs. Dias, Aristides, Pinto e Claudino. Quasi todos na flôr da vida deixaram nos seus amigos verdadeira mágua. O coronel Palma Velho triumphava das balas do inimigo e das perigosissimas febres do paiz. Nada mais tinha que esperar.

Muitos jornaes fallaram d'esta sublevação, mas nem sempre bem informados, como era natural; pois só depois de se receberem os officios acima transcriptos, é que houve exacto conhecimento das perdas do inimigo.

O *Economista*, de 30 de março de 1883, publicava a seguinte correspondencia:

«Os ACONTECIMENTOS DO IBO.—E' muito provavel que ahi tenham chegado, por alguns telegrammas, noticias dos acontecimentos que aqui se déram nos dias 26 e seguintes de janeiro.

«E digo isto porque sei que as primeiras noticias mandadas para Moçambique por alguns negociantes estrangeiros eram aterradoras. A verdade é porém que os acontecimentos que se déram, trouxeram verdadeiramente assustada e cheia de panico a gente d'esta villa, durante varios dias. Vou contar-lhe o que se passou.

«No dia 22 de janeiro o destacamento sahiu de madrugada para o campo a fazer exercicio, e encontrou á sahida da povoação e perto do forte chamado Santo Antonio, toda a população de pretos, armados de zagaias e algumas espingardas. O capitão surprehendido perguntou-lhes para que era aquella reunião, e os pretos responderam que não queriam ser presos

para soldados. Assegurando-lhes o capitão que os haviam enganado, elles retiraram pacificamente. Comtudo a população do Ibo ficou assustada.

«Na noite de 26 os pretos deram effectivamente o assalto. O governador mandou formar os soldados, destacou alguns para irem soccorrer o forte de Santo Antonio, onde está o deposito da polvora e que os pretos atacavam, e mandou gente ao forte de S. José para trazer a artilheria que lá está, e que são quatro peças. Os pretos depois de tiroteio retiraram para o matto, não ficando ferido nem morto nenhum dos nossos.

«Passou-se o resto da noite debaixo de armas. Toda a populacão tinha vindo para a rua, armada e prompta para coadjuvar a força e para defender-se de qualquer ataque.

«Não obstante ser costume dos pretos levarem os mortos e feridos, foram encontrados cinco mortos e varios feridos. Estes foram mandados para o hospital.

«No dia 27 conservaram-se ainda todos de prevenção: a artilheria carregada e de morrões accesos. Os pretos atacaram um block-haus que ha no extremo da ilha. Foram para alli mandados de reforço alguns soldados. Os pretos tiveram n'este ataque um homem morto e dois feridos.

«Mandaram-se fortes patrulhas bater o matto. Uma das patrulhas prendeu quatro dos revoltosos e outros dois, armados com boas espingardas. Soube-se que todos os mais tinham retirado, ficando aquelles como espias para levar noticias do que houvesse.

«O governador, a força e os homens validos houveram-se com energia, e deve-se inquestionavelmente ao tino com que se portaram as auctoridades o não terem estes factos sido mais serios.

«Comtudo a lição deve ter sido boa, a julgar pelos feridos e mortos que ainda cahiram em nosso poder, e não é provavel que tenham desejo de tentar nova refrega.

«Aqui felizmente tudo fica em socego, e póde dizer-se que renasceu a confiança.

«Dos pretos feridos só um ainda está vivo no hospital, mas tão gravemente que não póde escapar.»

O *Diario de Noticias*, de 19 de abril de 1883, dizia o seguinte:

«Questão do Ibo.—As noticias vindas pelo transporte de guerra *India* confirmam as que ulteriormente haviam sido enviadas directamente pelo governador de Cabo Delgado.

«Os pretos mafitas intentaram assaltar a villa para, como de costume, se entregarem ao roubo e assassinio.

«Não conseguiram, porém, d'esta vez, o seu intento, porque se oppoz a energia do governador, o sr. tenente coronel José Raymundo de Palma Velho, coadjuvado pelos moradores e pela pequenissima força de que dispunha.

«Uma e outra se houveram com denodo.

«Os officiaes, um capitão e dois subalternos que commandavam o poderoso exercito de... treze soldados, portaram-se com valentia.

«O nosso amigo, o sr. Palma Velho, armou-se como se fôra um soldado, e até teve de servir de artilheiro, visto que ha alli quatro peças, mas não quem as sirva!

«E' digno de maior louvor o procedimento do brioso official que governa aquelle porto. Conseguiu repellir os mafitas com perdas graves para elles, sem que os nossos tivessem que soffrer.

«Felicitamos, pois, o dignissimo official, que bem mereceu da patria pelo acertado das suas providencias e pelo seu sangue frio.

«D'isto dá testemunho toda a colonia.

«Parece-nos, porém, dever pedir ao sr. governador geral e ao governo, que augmente a força que alli está de serviço.»

No *Boletim Official* da provincia de Moçambique, n.º 35, de 19 de agosto de 1882, lê-se mais a seguinte declaração:

«Que por officio da 2.ª repartição do governo geral, de 10, foi louvado o governador de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho, pelo zêlo e promptidão com que se houve na balisagem do porto do Ibo que encontrou desbalisado.

«O secretario geral, *Joaquim d'Almeida da Cunha*. Está confórme. O chefe interino da repartição militar, *José Ayres Vieira*, major.»

Tendo assim esboçado estes acontecimentos e collocado pela ordem chronologica a correspondencia publicada nas camaras e fóra, indispensavel para provar, que o coronel Palma Velho expôz por cinco vezes a vida na frente do inimigo, triumphando sempre, e tambem, para tornar mais perceptivel e claro o que interessa aos portuguezes, vamos agora transcrever o que se disse no parlamento e parte do que se disse na imprensa, sobre a revindicação do lado norte das possessões portuguezas na costa oriental da Africa.

NO PARLAMENTO

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

Sessão de 27 de junho de 1887

O sr. Dantas Baracho: — Disse que o coronel Palma Velho tinha acabado o seu tempo de serviço e estava para regressar á Europa, quando se déra a necessidade de organisar a expedição de Tungue.

Offerecêra-se como voluntario e fôra nomeado commandante d'aquella expedição: mas, apesar d'esse e de outros feitos que praticou, o governo não lhe déra recompensa alguma.

E, sendo de lei conceder aos officiaes, que acabam o tempo de serviço nas colonias, passagem para a Europa, taes difficuldades se levantaram, que aquelle official preferiu vir á sua custa.

Chamava para este assumpto a attenção do sr. ministro da marinha. Não era assim que se recompensava quem prestava taes serviços.

O sr. Ministro das Obras Publicas *(Emygdio Navarro)*: — O sr. Baracho foi muito injusto na referencia que acabou de fazer ao sr. ministro da marinha, porque a verdade é que S. Ex.ª tem no mais alto apreço os serviços d'esse valente militar.

Havendo ainda negociações pendentes ácerca do assumpto a que S. Ex.ª se referiu, o governo aguarda a occasião opportuna para dar áquelle official uma manifestação de apreço, que signifique o testemunho de gratidão nacional, e de que é digno pelo grande feito de armas que praticou.

O illustre deputado sabe perfeitamente quanto é defeituosa a machina ultramarina, e por isso não é para admirar que com officiaes como o sr. Palma Velho se dêem certos attritos que não dependem da acção do governo, mas de circumstancias bem alheias á sua vontade.

CAMARA DOS DIGNOS PARES

Sessão de 8 de junho de 1887

O sr. Coelho de Carvalho: — Sr. presidente, todos devem estar lembrados dos acontecimentos que se deram em Zanzibar, não ha muito; e dos actos de valor praticados pelos nossos soldados por occasião da tomada da bahia de Tungue.

As primeiras noticias sobresaltaram o espirito publico e chamaram a attenção do nosso paiz, que em patriotismo e brios não cede a palma a nenhuma outra nação.

Desde logo correu o boato de que, para assegurar o nosso direito de soberania, o governo pensava em mandar áquella longinqua região uma expedição, e todos sabem qual foi o sentimento unico, espontaneo e desinteressado, que achou no exercito do continente e principalmente nos regimentos da guarnição de Lisboa, d'onde se suppunha que seria tirada a primeira expedição.

Sabe V. Ex.ª quaes eram os sentimentos que animavam os nossos briosos militares?

Eram os sentimentos de verdadeiro patriotismo.

Todos queriam a preferencia na marcha: todos queriam ser os primeiros na vanguarda.

E' consolador registar estes factos, que são um protesto vivo e positivo contra as opiniões dos pessimistas, que prégam por esse mundo que ha falta de disciplina e de sentimentos patrioticos no nosso exercito, pretendendo-se, posto que erradamente, escurecer os brios e os serviços d'esta instituição com as faltas, com os erros de um ou outro dos seus membros.

Pois é licito que as responsabilidades, perfeitamente individuaes, dos erros e até de crimes de um ou outro membro de

qualquer collectividade alcancem em todos os seus effeitos reaes e moraes a collectividade inteira? Não é certamente.

O que é fóra de duvida, é que em qualquer circumstancia afflictiva, ou não, os poderes publicos encontram sempre no exercito, o rigoroso cumprimento dos seus deveres ao par das mais expontaneas dedicações, pelas instituições e pela honra nacional.

Mas, sr. presidente, ao passo que o governo da metropole pensava em dispôr os elementos para uma expedição, e exactamente quando nos regimentos do continente se manifestavam os sentimentos, a que estou alludindo, um punhado de bravos de caçadores n.º 1, de Moçambique, em movimento uniforme com as valentes tripulações dos nossos vasos de guerra, então estacionados nas aguas d'aquella provincia, desaffrontavam a nossa bandeira, atacavam e destruiam as povoações arabes de Meninguene e Tungue, e pelas armas, tomavam posse da parte norte da bahia de Tungue, como lhe fôra ordenado; e assim affirmavam o nosso direito e o nosso dominio.

Eu tenho aqui um documento official que falla mais alto, e certamente com mais auctoridade, do que todas as considerações que eu podesse apresentar para exaltar este acto grandioso.

E' uma portaria do governador geral da provincia de Moçambique. E sabe V. Ex.ª o que diz, em phrases levantadas e patrioticas, o governador geral d'aquella provincia no diploma official a que me estou referindo?

Diz que á *cooperação unanime* das forças de caçadores n.º 1 e das tripulações dos nossos vasos de guerra se deve o *brilhante feito* da tomada e posse da parte norte da bahia de Tungue, depois da tomada e destruição das povoações arabes de Meninguene e Tungue, em dois ataques vivissimos, que tiveram logar nos dias 23 e 27 de fevereiro. Affirma e louva o valor das forças de terra e mar; louva em especial oito valentes, e principalmente o coronel de cavallaria do exercito de Portugal, José Raymundo de Palma Velho, *que por si só foi o principal obreiro de tão brilhante feito* planeado, dirigido e executado pelo mesmo coronel com muita intelligencia, serenidade e denodo.

Peço licença para lêr á camara uma parte, pelo menos, d'este importante documento. Reservo-me para a inserir integralmente no *Diario* das nossas sessões, quando se publicarem as phrases que estou agora proferindo.

(Leu.)

Ora, em vista d'este documento, de caracter official, que de certo o sr. ministro da marinha não póde deixar de confirmar, diga-me V. Ex.ª, diga-me a camara se é justo que no dis-

curso da corôa se mencionem com merecido louvor os feitos praticados pela nossa marinha de guerra, mas se esqueçam totalmente os que praticaram as forças do exercito de terra que, segundo acabei de ler, concorreram por egual, com o seu valor e brilhantes feitos para a affirmação do nosso direito?

A hora já deu; vou, portanto, terminar, porque não devo abusar da benevolencia da camara, nem desejo levar a palavra para casa, nem mesmo é necessario alargar mais as minhas considerações, porquanto mais do que ellas, falla o importantissimo documento official, que já li á camara.

Louvar as valentes tripulações dos nossos vasos de guerra, parece-me de toda a justiça; mas excluir d'esse louvor as forças de terra, que tomaram parte n'aquelle brilhante feito, é uma exclusão injusta na partilha de gloria que por egual a todos pertenceu.

N'estas circumstancias, a camara tomará a minha proposta na consideração que merecer; hei de acatar, como me cumpre, as suas resoluções, porém, em todas as hypotheses, fico bem com a minha consciencia por ter cumprido um dever de reparação, que tive e tenho por indeclinavel.

Permitta-me V. Ex.ª que eu me dirija ao governo, e principalmente ao sr. ministro da marinha. Duas palavras apenas.

Na portaria do governador geral são especialmente louvados oito valentes servidores do estado, e principalmente o coronel Palma Velho.

Eu bem sei que o patriotismo e os brios d'estes bravos não precisam de ser estimulados; mas a nação não perde nunca em reconhecer e recompensar serviços tão assignalados.

Chamo para este ponto a attenção do governo.

Tenho concluido.

Leu-se na mesa a seguinte moção:

ADDITAMENTO AO § 6.º

«Proponho que o louvor consignado para as valentes tripulações dos nossos vasos de guerra se amplie, por egual, ás forças do exercito de terra, no brilhante feito da tomada e posse da parte norte da bahia de Tungue. = *Joaquim Coelho de Carvalho* = *D. Luiz da Camara Leme.*»

Foi admittida á discussão.

O sr. MINISTRO DA MARINHA *(Barros Gomes)*: — Tenho simplesmente a dizer ao digno par que acabou de fallar, que não houve omissão no projecto de resposta ao discurso da corôa.

Os factos que S. Ex.ª narrou, eram mais ou menos conhe-

cidos, mas não em todos os seus pormenores; mas as informações officiaes só chegaram ha pouco tempo e já posteriormente á redacção do mesmo projecto.

O digno par relator da commissão, que pediu agora a palavra, vae responder talvez ácerca da conveniencia de inserir ou não inserir uma ampliação no projecto, de maneira a abranger tambem as forças de terra.

Estou convencido de que a camara se associará a este pensamento. *(Appoiados.)*

Emquanto ás recompensas a distribuir por aquelles que mais se distinguiram nos feitos militares em Tungue, creia V. Ex.ª e a camara que o governo, que de muito longe encaminhou os acontecimentos para chegarmos á revindicação, pelas armas, d'essa bahia, que d'aqui dirigiu uma campanha, que não foi só militar, tem esses serviços na maior attenção; não deixarão de ser devidamente remunerados e reconhecidos por aquella fórma official por que se pódem reconhecer, quando se trata de pessoas de brio, como são os valentes officiaes das nossas forças de mar e terra; para este effeito, convem todavia aguardar o movimento opportuno.

*

* *

Sessão de 10 de junho de 1887

O sr. Marquez de Rio Maior: — Quando na ultima sessão pedi a palavra, estava quasi a dar a hora, e tencionava dar apenas uma ligeira explicação á camara a respeito da proposta, mandada para a mesa pelo digno par o sr. Coelho de Carvalho, acceitando-a ao mesmo tempo.

Tenho a declarar, por parte da commissão, que acceito a proposta do digno par o sr. Coelho de Carvalho. A commissão de bom grado ampliará o louvor, sobre a acção da bahia de Tungue, ás forças do exercito de terra que tomaram parte no desembarque.

Devo, porém, dizer que a omissão, notada pelo digno par, na resposta ao discurso da corôa, teve por unica causa o não serem ainda conhecidos os relatorios d'aquelle feito glorioso, quando foi redigido o projecto de resposta. Comtudo, fallando-se nas forças de marinha, comprehendiam-se todos, que estavam embarcados nos nossos vasos de guerra. Não houve a menor idéa de exclusão. *(Appoiados.)* Ao contrario, devia-se tambem entender que o elogio era para as forças do exercito de terra, que fizeram parte d'essa expedição maritima. Tanto

não podia haver pensamento de menos louvor para as forças do exercito, que desembarcaram, quanto é certo ser eu, relator do projecto, amigo pessoal do illustre official que as commandava, o sr. Palma Velho. *(Appoiados.)*

VOZES: — Muito bem.

*

* *

Sessão de 27 de junho de 1887

O SR. VAZ PRETO: — Sr. presidente, eu pedi a palavra porque, como está presente o sr. ministro da marinha e dos negocios estrangeiros, desejo aproveitar esta occasião para ouvir de S. Ex.ª algumas explicações, e chamar a attenção dos poderes publicos sobre assumptos importantes.

Na occasião em que se discutiu a resposta ao discurso da corôa, o sr. Coelho de Carvalho, meu particular amigo e correligionario, notou que a falla do throno, referindo-se á tomada de Meninguene e de Tungue, elogiava só a nossa marinha pela parte que tinha tomado n'esses gloriosos feitos, esquecendo outros, entre elles o governador de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho, principal obreiro d'aquella brilhante acção. Para evitar, pois, que a camara dos dignos pares cahisse tambem em similhante falta e praticasse uma grave e flagrante injustiça, mandou para a mesa aquelle digno par uma moção que foi acceite pela camara, na qual propunha que fossem louvados todos aquelles que concorreram para a tomada de Meninguene e de Tungue, e principalmente o ex-governador de Cabo Delgado, a quem se deve a parte mais importante d'aquelle acontecimento, de verdadeiro arrojo e bravura. Aquelle digno par prestou homenagem, e a camara acceitando a sua proposta, ao valor e lealdade de portuguezes, que em paragens longinquas arriscaram a sua vida para sustentarem os direitos e o brio da nação portugueza. Não basta porém isto. E' mister galardoar tão brilhantes e assignalados serviços.

Não me consta porém, sr. presidente, que até hoje fosse recompensado o merito, a lealdade e valor do ex-governador de Cabo Delgado, que tanto se assignalou durante o seu governo como depois de demittido, dirigindo ainda os ataques a Meninguene e Tungue, que elle tomou á frente de um punhado de valentes.

Sr. presidente, os feitos gloriosos dos nossos antepassados enthusiasmaram-me sempre, e quando hoje, n'esta época de rebaixamento moral, encontro ainda portuguezes que os imi-

tam, o meu enthusiasmo sóbe de ponto; por isso n'aquella occasião em que o meu amigo fazia a sua proposta para lembrar os valentes, os benemeritos, que tinham sido esquecidos, eu desejei unir os meus esforços aos seus, e levantar a minha humilde voz para prestar homenagem a tão relevantes e assignalados serviços.

Não pude, porém, realisar os meus desejos e cumprir um dever, porque ainda estavam inscriptos vinte dignos pares, e a questão que de preferencia se discutia era a da concordata. N'esta conjunctura era impossivel caber-me a palavra, e por isso resolvi discutir este importantissimo assumpto n'uma sessão especial, e aproveitar a occasião em que estivesse presente o sr. ministro da marinha, para chamar a attenção de S. Ex.ª para os acontecimentss que eu vou narrar á camara. Para que a camara possa dar verdadeiro valor á minha narrativa, e avaliar a responsabilidade do governo pelo seu esquecimento e falta de zêlo, antes de começar vou dirigir duas perguntas ao sr. ministro, cujas respostas lançarão bastante luz na discussão, e por ellas poderá a camara conhecer qual tem sido o procedimento do governo.

Eis as perguntas:

1.ª Eu desejava saber se o ex-governador de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho, e outros militares, que se distinguiram na tomada de Meninguene e de Tungue já foram recompensados e premiados por tão relevantes e assignalados serviços?

2.ª Desejava tambem saber se, depois d'estes brilhantes feitos de armas, os indigenas teem respeitado o nosso dominio e posse, e se o sultão de Zanzibar tem reconhecido o nosso direito?

Interrompo aqui o meu discurso para dar ensejo a que o sr. ministro da marinha responda ás minhas perguntas, e dê todos os esclarecimentos com que se possa elucidar a questão. O sr. ministro pediu a palavra, e eu imponho-me silencio para o ouvir, pedindo a V. Ex.ª, que, logo que o sr. ministro conclua, me dê de novo a palavra, para continuar com as reflexões que interrompi, e que tenho a fazer sobre o assumpto.

O sr. Ministro da Marinha *(Barros Gomes)*: — Eu não tenho duvida, sr. presidente, em responder desde já ao digno par, habilitando-o assim a poder continuar no uso da palavra para dirigir ao governo quaesquer reflexões que entenda por convenientes sobre o assumpto de que se trata, ainda que o governo seja o competente para escolher a occasião em que deve fallar; mas o meu desejo de ser agradavel ao digno par, e a muita consideração que tenho por S. Ex.ª, leva-me a satisfazer desde já aos desejos de S. Ex.ª.

Posto isto, devo dizer ao digno par que o governo, quando se levantou aqui pela primeira vez esta questão, por occasião da resposta ao discurso da corôa, declarou que não esquecia nem podia esquecer os serviços prestados na tomada das povoações de Tungue e Meninguene, por ser, não só um brilhante feito das nossas armas, como tambem porque eram a final revindicação de direitos disputados por mais de trinta annos, revindicação em que estava empenhada a honra nacional.

N'estas condições o governo não podia nem quereria deixar de ter para com estes leaes servidores da nação, que tanto se distinguiram por occasião d'aquelle feito, as demonstrações de reconhecimento que são de justiça n'estas circumstancias, tendo aguardado apenas para o fazer a melhor opportunidade do momento, e a mais completa informação dos factos.

Ora essa opportunidade posso eu hoje asseverar ao digno par que já existe, podendo assim dentro em breve serem satisfeitos os justos desejos de S. Ex.ª.

Emquanto á segunda parte da pergunta de S. Ex.ª, devo dizer-lhe o seguinte: que os documentos de todas as negociações que precederam, acompanharam e seguiram a tomada da bahia de Tungue, virão em tempo competente á camara, a qual apreciará o procedimento do governo nas circumstancias muito difficeis em que se encontrou.

Devo tambem dizer a S. Ex.ª que o sultão de Zanzibar, quando ainda não estava tomada a bahia de Tungue, dirigindo-se ás duas potencias, Inglaterra e Allemanha, se offereceu para dar uma satisfação condigna ao rei de Portugal, promptificando-se a cumprir o que promettêra, isto é, a nomear um commissario que procedesse com o nosso á demarcação definitiva dos limites, e n'estas circumstancias esperava que por nossa parte se suspendesse todo e qualquer movimento de hostilidade contra territorios seus, e, além d'isso, que se lhe restituisse a presa de guerra que fizeramos, se assim se póde chamar, do vapor *Kilwa*, visto que elle, sultão, se achava disposto a acceder aos justos desejos do governo portuguez.

N'estas circumstancias, o governo portuguez, mas já depois de tomadas Tungue e Meninguene, resolveu por seu lado acceder ás instancias amigavelmente expressas pelas duas potencias, visto que o sultão ja tinha nomeado um commissario, e o governo mantinha a occupação já realisada de toda a bahia de Tungue até Cabo Delgado.

Esta occupação foi respeitada pelo sultão.

E' certo que por mais de uma vez houve algumas incursões capitaneadas, segundo parece, pelo ex-walli de Tungue; mas esse movimento que poderia parecer suspeito de obedecer

á ordem do governo de Zanzibar, não tinha essa origem, protestando o sultão ter sido inteiramente alheio a elle.

Effectivamente a circumstancia de terem terminado immediatamente essas correrias indicou desde logo que foram um simples movimento espontaneo dos arabes, e não um plano, que seria grave se tivesse sido inspirado pelo governo de Zanzibar.

D'aquelle movimento, que não teve importancia, resultou apenas por nosso lado a perda de um homem.

Não me consta que contra Tungue tenha havido nova tentativa.

Pergunta o digno par se o sultão reconheceu já os nossos direitos?

A esse respeito posso dizer a S. Ex.ª que o governo nomeou um commissario, o sr. Brito Capello, para proceder definitivamente á demarcação dos territorios.

Esse commissario, tendo chegado a Moçambique, foi informado de que não era a occasião mais propria para encetar essa negociação, por isso que o sultão tinha entrado no Ramadan, periodo de jejum que é rigorosamente observado por todos os mussulmanos, e durante elle não podia tratar negociações.

Em virtude d'isto, o sr. Brito Capello permaneceu em Moçambique, partindo apenas ha poucos dias para Zanzibar o sr. visconde de Castilho, nosso consul n'aquella localidade, para reatar as relações officiaes, deixando por isso de ficar a cargo do consul da Allemanha a protecção dos interesses de Portugal, que lhe estavam confiados.

Restabelecidas assim as relações officiaes, logo que cesse a causa que já mencionei, o sr. Brito Capello partirá de Moçambique na corveta *Bartholomeu Dias*, que será acompanhada pela *Affonso d'Albuquerque*, para proceder ás negociações diplomaticas e assignar o tratado de limites para que vae auctorisado.

Com estas explicações creio ter respondido ás interrogações do digno par. Todavia, se S. Ex.ª entender que ellas não foram completas, usarei novamente da palavra para ver se posso lograr satisfazer o digno par.

O sr. Vaz Preto: — Agradeço ao sr. ministro da marinha e dos negocios estrangeiros as explicações que S. Ex.ª acaba de me dar, e á camara.

Emquanto á primeira pergunta que eu fiz, respondeu S. Ex.ª que o ex-governador de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho, havia de ser premiado a seu tempo; e que o não tinha sido já porque até agora não tinha recebido informações officiaes ácerca dos feitos praticados por S. Ex.ª, e pelas forças do seu commando!!!

Não teve até hoje informações officiaes ácerca da tomada de Meninguene e de Tungue! Não se acredita.

E' admiravel este descuido, e não menos admiravel a sua resposta, embora inacreditavel!

Pelo que respeita á segunda pergunta, com relação ao reconhecimento do nosso dominio e posse n'aquelle territorio. onde, apesar do nosso direito, não tremulavam as quinas de Portugal ha mais de quarenta annos, respondeu S. Ex.ª que teem havido algumas excursões da parte dos indigenas, que suppõe não terem a approvação nem o consentimento do sultão, mas que o governo ia entrar em negociações com o sultão de Zanzibar, com o fim de se fazer um tratado que ponha termo áquelle estado pouco regular.

Esta resposta não é menos admiravel e extraordinaria! S. Ex.ª não sabe o que vae pelas nossas possessões de Zanzibar; suppõe apenas!

Por esta resposta vê-se e reconhece-se o descuido e desmazêlo com que este governo trata as cousas de Africa.

O sr. ministro não sabe o que se passa n'aquellas regiões, ignora completamente tudo o que devia saber!!

Sr. presidente, deixarei por agora as varias e sérias considerações que poderia fazer sobre este assumpto tão importante, e só pedirei ao sr. ministro que não esqueça e que não falte com mantimentos e munições aos valentes soldados que na Africa tão heroicamente continuam a arriscar a vida, para sustentar os direitos de Portugal. Sr. presidente, o meu fim hoje, chamando a attenção da camara e do governo para os feitos de Meninguene e de Tungue, é reparar a falta indesculpavel de não terem até hoje sido galardoados aquelles relevantes serviços.

Eu admiro, e a camara deve estar surprehendida, que se praticasse um feito tão ousado, feito tão importante e tão valioso para Portugal, e que até agora esse acto não fosse recompensado por qualquer fórma pelo nosso governo! Feitos d'esta ordem, de bravura e de coragem, pouco vulgar, premeiam-se immediatamente no campo da batalha. ou logo em seguida.

V. Ex.ª, sr. presidente, que é militar, e um general distincto, sabe perfeitamente que, quando ha uma guerra, e qualquer official do exercito se distingue no campo da batalha, por qualquer acto de coragem, por qualquer feito assignalado, é immediatamente recompensado. E' para estes casos, e n'estes casos que se dão os postos por distincção. E' arriscando a vida e praticando actos de verdadeiro arrojo e de valor incontestavel, que se ganham os postos por distincção. Sr. presidente, não premiar logo, não ter ainda participações officiaes, ignorar o que se passou na Africa, tendo declarado guerra ao sultão de

Zanzibar, guardar para as kalendas gregas as recompensas aos valentes, aos bravos que o governador de Moçambique elogiou nos boletins officiaes, é caso novo e unico, que imprime caracter a este governo progressista. Como querem que as nossas colonias prosperem e se desenvolvam, como querem que o exercito de Africa seja disciplinado e aguerrido, quando o governo da metropole, pela bocca do actual sr. ministro, declara que não sabe o que lá se passa e que nem tem relatorios officiaes de acontecimentos importantissimos, que são já perfeitamente conhecidos de França, da Inglaterra e Allemanha! Estas tres nações sabem melhor o que se passa em Zanzibar do que nós, que lhe declarámos guerra, e lhe tomámos em dois reencontros tres peças de artilheria e algumas bandeiras! Sr. presidente, isto é assombroso, mas é verdadeiro! Como, porem, o sr. ministro parece ignorar as circumstancias que se referem aos altos feitos a que alludo, e carece ainda de informações officiaes para commemorar, e premiar os bravos que os praticaram, eu vou narral-as e expôl-as á camara com toda a singeleza.

Para que a camara possa aprecial-as devidamente e todas as circumstancias que os acompanharam, começarei a minha narrativa do seu começo.

A historia e a exposição de factos um pouco mais remotos é necessaria e conveniente, a fim de que a camara e o publico fique conhecendo os assignalados serviços feitos pelo ex-governador de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho, a cuja intelligencia, denodo e lealdade, deve a posse e dominio de toda a bahia de Tungue até á bahia de Mucimbua. Passemos á narração dos factos, para melhor se conhecerem os serviços d'este distincto official. O sultão de Zanzibar, recusando sempre a demarcação de limites, não reconhecia os direitos incontestaveis que nós tinhamos de longa data ao territorio de que hoje estamos de posse pela iniciativa audaz do ex-governador de Cabo Delgado. Havia mais de quarenta annos que a bandeira portugueza não fluctuava n'aquellas paragens, e que o nosso dominio não se tornava effectivo. Os adiamentos e as delongas eram o resultado de diplomacia e influencias estrangeiras junto do sultão. Não era possivel trazel-o a uma solução definitiva. O caso para nós tornava-se mais serio e urgente depois da conferencia de Berlim. Estavamos collocados n'este duro dilemma: ou renunciar completamente aos nossos direitos, ou pela força tornar effectiva a occupação.

Optámos, pois, por este ultimo alvitre, e declarámos guerra ao sultão de Zanzibar.

O governo portuguez tinha empregado todos os esforços para que se fizesse um tratado e se marcassem definitivamente

os limites do que pertencia a Portugal e a Zanzibar, mas não o poude conseguir.

Ha mais de quarenta annos que as cousas estavam n'este pe, porque ha mais de quarenta annos que os nossos esforços tinham sido inuteis e infructiferos.

Não sei se este estado de cousas era effectivamente devido á pertinacia e teimosia do sultão de Zanzibar, se ao desmazêlo e incuria dos nossos governos; o que sei é que as cousas achavam-se n'este estado e que as nações principaes, na conferencia de Berlim, lançavam já os seus olhos cubiçosos para aquellas remotas regiões.

O que sei é que a França, a Inglaterra e a Allemanha espiavam os nossos passos e aconselhavam, ou, pelo menos, mostravam parcialidade a favor do sultão, parcialidade que fazia com que elle não cedesse e se recusasse ao reconhecimento do nosso direito.

N'esta conjunctura e difficil situação não havia outro meio senão realisar immediatamente a occupação, embora fosse necessario o emprego da força.

Foi, pois, usando da força e occupando militarmente o territorio que nos pertencia de direito, que o ex-governador de Cabo Delgado prestou, pela sua firmeza, prudencia e denodo, um dos mais valiosos serviços a Portugal.

A conferencia de Berlim estabeleceu certas regras e principios para o reconhecimento dos direitos a possessões no ultramar.

Era necessario, pois, que Portugal, para poder allegar os direitos que tinha áquelle territorio, tratasse de o occupar.

Vejamos, pois, como as cousas correram até que se tornou effectiva a nossa occupação, e os relevantes serviços do coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho, ex-governador de Cabo Delgado.

Em 1886 o ministro da marinha regenerador, que então estava no poder, deu ordem ao governador geral de Moçambique que occupasse a parte meridional do rio Meninguene; mas conjunctamente com essa ordem determinava-lhe que evitasse todo e qualquer conflicto com as forças do sultão.

O governador geral de Moçambique transmittiu esta ordem ao governador de Cabo Delgado, deu-lhe as instrucções que tinha recebido do governo e encarregou-o de ir hastear a bandeira portugueza na margem sul do rio Meninguene.

O governador de Cabo Delgado encarregou o official que estava de guarnição em Mucimbua, de executar a ordem.

Sabe V. Ex.ª como foi acolhido pelos arabes e pelos indigenas aquelle official, que apenas levava comsigo dezeseis soldados?

Foi acolhido a tiro, ameaçado e repellido.

O governador de Cabo Delgado foi immediatamente prevenido d'este acontecimento, que presagiava sinistros resultados, e, apesar de ser grave e difficil a conjunctura, logo se apresentou ali em pessoa, firme e resolvido a cumprir a commissão de que estava encarregado.

Depois de ter esgotado todos os meios de prudencia e de cordura procurou, pelos seus intermediarios, convencer o sultão em consentir que alli fosse arvorada a bandeira portugueza; e nada tendo podido obter resolveu, custasse o que custasse, cumprir as ordens superiores que tinha recebido, embora perdesse a vida.

Sr. presidente, é conveniente que o publico e a camara saibam como este valente official cumpriu rigorosamente as ordens superiores que tinha recebido, tendo ao mesmo tempo a recommendação de evitar todo e qualquer conflicto com as forças do sultão de Zanzibar.

O arrojo e a firmeza que desenvolveu em circumstancias tão difficeis, mostra bem o que vale aquelle valente e distincto official portuguez, que para se desempenhar da difficil e escabrosa commissão de que estava encarregado, correu grande perigo, arriscando, com a maior indifferença e sangue frio, a propria vida.

A attitude dos arabes era hostil e a dos indigenas não menos hostil. O official que tentou o desembarque para arvorar a bandeira portugueza foi recebido a tiro. Que fazer, pois, para levar a effeito o fim desejado? Ardua era a tarefa, difficil o caso, e precaria a situação do governador do Cabo Delgado. Precaria era a situação d'aquelle official, porque ao mesmo tempo que lhe mandavam executar uma ordem difficil, tiravam-lhe os meios de a tornar effectiva. Era mister arvorar a bandeira portugueza na margem meridional do rio Meninguene, mas era necessario ao mesmo tempo evitar conflicto com as forças do sultão. O animo dos arabes e dos indigenas era effectivamente hostil e começava a tornar-se impaciente e irrequieto. Como, pois, arvorar a bandeira e defendel-a sem o emprego da força? N'estas condições o problema parecia irresoluvel, tornava-se quasi impossivel. N'esta conjunctura o brioso governador de Cabo Delgado, vendo que o prestigio do seu poder e do seu nome ficaria aniquilado se retirasse diante da attitude ameaçadora dos arabes e dos indigenas, e vendo ao mesmo tempo que as ordens superiores eram difficeis de cumprir, desde que não podia empregar a força, tentou um esforço supremo e de um arrojo inaudito, arriscou temerariamente a sua vida para desempenhar a commissão plenamente, sem deslisar um apice da recommendação que se lhe tinha feito, de evitar qualquer conflicto com as forças do sultão.

Sr. presidente, eu comprehendo perfeitamente aquella situação inquietadora para um official cheio de brio e de valor, a quem prendem os braços e tolhem os meios de acção. Sr. presidente, eu comprehendo a situ.ção afflictiva d'aquelle official, pontualissimo no desempenho dos seus deveres, diante de uma ordem absurda e impossivel. Elle não hesitou pois, em arriscar a sua vida, tornando-se escravo das instrucções que recebêra. Preferiu regar com o seu sangue o solo da Africa a que se dissesse que o governador de Cabo Delgado, vendo arvorada a bandeira de Zanzibar em territorio que pertence de direito a Portugal, se retirou sem castigar a ousadia. Sr. presidente, similhante procedimento exalta-me, enthusiasma-me e enleia-me.

É por isso que tudo o que eu diga é pouco para o que elle merece. Eis o caso como se passou.

A bandeira do sultão de Zanzibar estava arvorada em Macoloe, na casa do destacamento arabe.

O governador de Cabo Delgado, não lhe consentindo o animo um similhante desacato, um tão grande insulto na sua presença, metteu-se no bote do hyate, e mandou remar para a praia, onde desembarcou acompanhado só de um interprete, e dirigiu-se immediatamente para o sitio onde estava o destacamento arabe, e na sua presença elle proprio arriou a bandeira do sultão, substituindo-a pela bandeira de Portugal.

E a nossa bandeira foi respeitada, conservou-se arvorada, e os arabes não a arriaram, não lhe tocaram sequer! Tal foi o respeito e temor que o governador lhes incutiu pelo seu sangue frio, coragem e denodo.

Sr. presidente, este despreso pela vida, este acto de verdadeira temeridade, ao qual poucos se abalançariam, foi o argumento mais poderoso e efficaz para conter em respeito os espiritos irriquietos dos arabes. Eu, sr. presidente, não cesso de admirar, e de pedir galardão para tão nobre e elevado feito.

Este official é tão modesto quanto brioso. Nos seus relatorios só elogia os outros, guardando reserva e procurando até disfarçar o valor dos proprios feitos; nunca falla de si.

Eu tenho aqui o seu relatorio, onde se encontra a narração do feito que acabo de mencionar, e a camara vae ver com que simplicidade elle o narra, procurando occultar até a coragem do seu proceder.

Para nós é incontestavel, e fica-se sabendo, que para elle a vida vale pouco ou nada quando se trata de cumprir e executar ordens superiores no serviço da patria.

Sr. presidente, estes factos que estou narrando passaram-se um anno antes da tomada de Meninguene e de Tungue; são o preludio dos outros factos gloriosos que eu quero narrar. Estes serviços, posto que fossem feitos ha mais de anno

e meio e constem dos boletins officiaes, não me consta que até este momento fossem devidamente galardeados. Este acontecimento ousado de que acabei de fallar passou-se em janeiro de 1886, e para que a camara possa avaliar bem o valor d'elle, e a modestia do valente official que o praticou, vou lêr-lhe a parte do relatorio singela e simples em que elle é narrado:

«No dia 22, logo de manhã, dirigi-me para aquelle ponto, só, acompanhado pelo interprete no bote do hyate, a ver o que se passava e tirar as devidas conclusões d'este facto inesperado.

«Fiquei surprehendido por encontrar, não só a força armada, mas até a bandeira de Zanzibar arvorada na casa que servia de quartel áquella força.

«Intimei o sargento arabe a arriar immediatamente aquella bandeira, que não podia ser arvorada em territorio portuguez, e egualmente que todos se retirassem para Tungue. Tudo se executou sem difficuldade, nem murmurio, e sem que eu tivesse qualquer cousa para os intimidar, de onde conclui que aquelle facto foi mais devido á ignorancia do sargento do que ao fim de se oppôr á nossa occupação.»

Vejam V. Ex.ª e a camara como elle tira todo o valor que teve este glorioso feito!

Todas as informações extra-officiaes são concordes em affirmar que o acto é da maior temeridade, e que elle, governador, foi só porque ninguem o quiz acompanhar, por julgarem que iria ser victima do seu arrojo. Arrancou a bandeira de Zanzibar, plantou em seu logar a das quinas, e na presença do destacamento arabe conservou-se desde manhã ate ás seis da tarde na guarda d'aquelle precioso penhor, até que o director da alfandega e o almoxarife, presagiande uma grande desgraça e receiando que aquella audaz provocação aos arabes tivesse immediatas e funestas consequencias, desembarcaram e vieram arrancal-o d'aquelle altivo enleio a que o patriotismo o tinha levado.

Todos estes promenores elle occulta, posto qne verdadeiros.

A sua modestia levou-o a desfigurar os factos e a dizer que os arabes se retiraram de boa vontade, quando a reluctancia era manifesta e a attitude hostil e ameaçadora: por isso tanto mais custou a arrancal-o de ao pé da bandeira que estava confiada á sua defeza.

Foi este pundonoroso official, sr. presidente, que por um acto de desusada bravura fez tremular a nossa bandeira, as

quinas altivas de Portugal, n'aquellas paragens longinquas onde não tremulavam havia já mais de quarenta annos. E', pois, a elle que se deve mais este relevante serviço.

Em Africa, não só de agora, como de longa data, muitos outros serviços pela coragem e bravura tem elle prestado, sem sequer receber dos poderes publicos uma palavra de reconhecimento, sem sequer se fazer menção d'elles! Os nossos governos são assim. Falla-se muito de Africa, das nossas colonias, e não conhecem nem sabem o que se passa no ultramar; por isso tudo alli corre á revelia e com a maxima incuria.

Visto que o governo não sabe nem conhece o que devia saber e conhecer, visto que ignora os serviços relevantes feitos durante a sua administração pelo coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho, vou eu agora mencionar tambem os serviços scientificos feitos por esse distincto official a fim de, se quizer premial-os, não allegar ignorancia.

E provavel que o sr. ministro da marinha tenha conhecimento d'estes trabalhos importantes. Se o não tem, ficará conhecendo-os pela minha narração.

Eu, já que não posso galardoar tão importantes serviços por outra fórma, presto-lhe ao menos aqui a minha sincera homenagem e consideração, tornando-os conhecidos da camara e do publico. Levantou a planta topographica da villa do Ibo. Fez o mappa geographico, para conhecimento de limites, comprehendendo: do lado norte o parallelo 9°, a leste o oceano indico, a oeste o lago Niassa e o rio Chire, ao sul o Zambeze. Fez a carta chorographica da costa e ilhas do districto, desde Cabo Delgado até á bahia de Lurio, na extensão de 320 kilometros.

Fez o recenseamento de todas as povoações marcadas na dita carta, e alem d'estes trabalhos importantes fez durante quatro annos observações meteorologicas n'aquellas paragens. Todos estes trabalhos scientificos são de grande valor não só para o governo, mas para a sociedade de geographia.

E qual foi o premio conferido áquelle activo e solicito governador?

Nenhum.

Até agora os seus relevantes serviços e trabalhos scientificos não têem merecido a menor prova de apreço da parte dos governos, serviços que, como já disse, não são de agora sómente, mas de ha muito, não fallando já no acto heroico de hastear a bandeira de Portugal em Macoloe, em janeiro de 1886, arrancando ao destacamento arabe a do sultão que tremulava alli na casa do quartel. Tudo isto parece ainda ignorado do governo, pois não consta que o mais pequeno premio lhe tenha sido conferido.

Ignora porventura ainda o sr. ministro da marinha estes serviços?

Não tem S. Ex.ª ainda conhecimento d'aquelles trabalhos scientificos na Africa, que está ainda pouco explorada, civilisada, e deficientemente conhecida?

D'aquella região apenas me consta que ha uma carta geographica allemã, muito imperfeita, o que deixa ver bem o valor que deve ter o trabalho voluntario e espontaneo do nosso compatriota, o sr. Palma Velho.

Parece incrivel que o governo ignore todos estes factos, que são notorios, do dominio publico e authenticados por documentos officiaes.

A modestia d'aquelle illustre official tem-lhe feito occultar na sombra o que deve estar patente á luz do sol.

Se tão grande modestia procura attenuar e esconder tão brilhantes feitos, era ao governo que competia engrandecel-os, conferindo-lhe o premio condigno e devido.

Se o governo tem tido a incuria e a negligencia de ignorar ainda os trabalhos scientificos d'aquelle illustre governador, é conveniente ao menos que os fique conhecendo por minha intervenção, no que tenho muito prazer e orgulho.

Sr. presidente, S. Ex.ª o sr. ministro da marinha deve saber quão deficientes e inexactas são em geral as cartas de Africa e portanto quanta importancia deve ter um trabalho d'este genero.

Sr. presidente como eu sou avaro em elogios, tudo o que estou dizendo deve ter algum merecimento para o sr. Palma Velho, porque é o tributo de homenagem que presto aos seus gloriosos serviços altamente patrioticos. Se os governos do paiz têem praticado a indesculpavel falta de os não commemorar, sirvam ao menos estas sinceras e convictas palavras para os fazer conhecer da camara e do publico, que lhe fará a justiça devida.

Sr. presidente, quer V. Ex.ª saber e a camara qual foi o galardão que teve aquelle valente e brioso official por tão relevantes serviços? Foi uma demissão secca! No decreto que o demittiu nem sequer vinham as palavras do estylo «serviu a meu contento!»

Sr. presidente, a compensação dada áquelle illustre militar pelos relevantes serviços que tem prestado, foi demittil-o a 4 de janeiro de 1887, transmittindo-se pelo telegrapho essa demissão ao governador de Moçambique, o qual immediatamente a communicou áquelle official. Nem uma palavra de louvor, nem uma palavra de consideração, nem a justiça que lhe era devida acompanhou aquelle decreto de demissão secco, e inconveniente.

E' muito, é demais, custa acreditar similhante proceder, mas é a verdade!!! A demissão foi-lhe pois communicada, mas o governador de Moçambique, que tinha recebido ordem para tomar Meninguene e Tungue, entendeu não dever para esse fim prescindir da cooperação d'este valente, corajoso e intelligente militar, que era tambem homem de conselho, e mandou-lhe pedir para se encarregar d'aquella difficil e arriscada empreza, e fazer immediatamente os preparativos para ser levada a cabo.

O sr. Palma Velho, que tinha sido gravemente desconsiderado ante o serviço da patria, esqueceu o seu resentimento, e prestou-se como soldado a fázer parte da força expedicionaria. Não o consentiu o governador geral da provincia de Moçambique; confiou plenamente n'elle, e entregou-lhe a direcção e o commando das forças.

Sr. presidente, elle já não era governador e por consequencia escusava de arriscar a vida em favor de um paiz que não sabia reconhecer os seus serviços. Mas apesar de ter deixado de ser governador, e ter sido tão desconsiderado, quiz confundir o governo que não lhe soube fazer justiça e apreciar o merecimento, e por isso, elle proprio em pessoa, pòz-se á frente das forças que tomaram Meninguene e Tungue.

Sr. presidente, tão sollicito foi sempre este official, que apenas foi chamado para executar aquelle espinhoso emprego partiu a toda a pressa no hyate, que recebeu em viagem um rombo tão forte, que naufragou. Felizmente, poderam salvar-se todos, porque a maré desceu e o barco ficou em secco. Era mister tomar pelas armas Meninguene e Tungue, para revindicarmos as possessões a que tinhamos direito. Difficilima e arriscada era a empreza, mas o animo guerreiro e brioso d'aquelle militar, perigo algum o entibiava.

Sabia e conhecia bem as difficuldades, e o risco que corria, tendo á sua disposição tão poucas e limitadas forças para desalojar de posições fortes e defendidas quatrocentos arabes aguerridos, e as forças do regulo macua Mapeta, que auxiliava o wali de Tungue, que estava já disposto a tomar a iniciativa do ataque. Além d'estas noticias aterradoras e graves, o commandante de Mucimbua participou-lhe que o poderoso regulo de Mossacá estava combinando com Saidi Alibo, governador de Tungue, a fazer ao mesmo tempo a guerra em todo o territorio, desde a bahia de Mucimbua até á de Meninguene. Aqui está a situação em que se achava o coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho, que tinha ordem de tomar Meninguene e depois Tungue.

S. Ex.ª entendeu que, n'esta difficilima conjunctura, só um acto de grande arrojo e de verdadeiro heroismo podia dar resultado

proficuo: entendeu que no momento em que os arabes estavam ousados e provocadores, era mister responder-lhes immediatamente com a maxima energia e denodo, e atacar, antes que elles o fizessem. Resolveu, pois, e por si só, tomar a responsabilidade toda, dar o assalto á aldeia de Meninguene, defendida por muitos arabes e tres peças de artilheria. Preparou tudo com a maior pericia, zêlo e prudencia, combinou a hora de desembarque com as horas da maré, para os barcos não ficarem em secco, prevenindo assim qualquer desastre na occasião do reembarque. Embarcou nos escaleres da canhoneira *Douro* o destacamento de caçadores n.º 1, composto de trinta e cinco praças, e uma força da canhoneira *Douro*, de trinta homens, e foi com este punhado de valentes que mandou remar para Meninguene. Os soldados iam desconfiados, porque o fogo era vivissimo e eram poucos para tão arriscada e importante empreza. O commandante, porém, que não contava o numero, mas sabia qual a sua responsabilidade, e o que mandava o dever, disse-lhes que aquelle que voltasse para a retaguarda lhe deitaria os miolos fóra. Animados todos com o exemplo do bravo commandante, que se lançou á agua, todos se lançaram, e com maior ardor responderam ao fogo vivissimo, avançando sempre a marche-marche para Meninguene. O valor e coragem foi de tal ordem, que em pouco tempo os arabes foram desalojados, fugindo para o matto, deixando em poder dos nossos a aldeia de Meninguene, que breve foi pasto das chammas, tres peças de artilheria e duas bandeiras. Esta aldeia ficou tendo o nome de *Palma*, para relembrar o feito heroico do ex-governador de Cabo Delgado, José Raymundo de Palma Velho. A principio o governador atacou o posto das tropas, e depois de tomada a aldeia, veiu para o escaler dirigir o reembarque, de fórma que não houvesse alguma surpreza ou cilada.

Com todo o sangue frio dirigiu a acção, tanto no ataque como no reembarque, não esquecendo providencia alguma. Deu sempre a tempo as ordens mais acertadas. Depois de reduzida a cinzas Meninguene, e dos arabes e indigenas se terem retirado para o matto com grandes perdas, e depois de hastear n'aquelle territorio quasi perdido a bandeira das quinas, mandou retirar todas as forças, e foi elle proprio levar a noticia ao governador geral, que estava a muita distancia, e que ficou verdadeiramente surprehendido com este tão ousado e arriscado feito. E não era de esperar outra cousa.

Sinto, sr. presidente, não ter imaginação, nem talento, para dar a este bello feito o relevo que elle merece. Tenho, porém, um coração portuguez, que palpita e estremece com tudo que recorda as tradições gloriosas dos nossos antepassados.

Simples e singela é a minha narração, mas nem por isso tira o valor e a importancia ao acontecimento que acabo de fazer conhecer á camara. Sem duvida os meus collegas hão de aprecial-o em toda a sua grandeza.

Sr. presidente, parte do programma militar estava já executado e póde-se dizer com a mesma celeridade com que foi concebido.

O governador geral da provincia de Moçambique, voltando a si da surpreza, reuniu em seguida conselho de officiaes para apreciar as vantagens e resultados de feito tão brilhantemente praticado e resolver o que mais convinha fazer-se.

Concluido o conselho, e ponderadas as difficuldades, o governador disse-lhe que era necessario concluir e pôr remate á obra tomando Tungue, mas que para esse fim era mister mandar vir o batalhão de caçadores n.º 1, que estava em Moçambique.

O governador geral, que conhecia a posição de Tungue, forte e bem defendida, pareceu-lhe que as fotças não eram sufficientes, e que não convinha arriscal-as a qualquer revez ou desastre, e portanto o mais conveniente era mandar vir de Moçambique o batalhão de caçadores n.º 1. O heroe de Meningnene ouviu o conselho e o governador e partiu, mas no outro dia preparou a mesma força de 35 praças de caçadores n.º 1, e com ellas se dirigiu para Tungue, e da *Affonso d'Albuquerque* foram-lhe mandados 30 marinheiros. A 200 metros de distancia da praia atirou-se ao mar com a força de 35 soldados e 30 marinheiros, tanto era o enthusiasmo e o ardor do combate ao ouvir sybillar as ballas que batiam nos escaleres.

O fogo de Tungue, abrigado por traz do matto, era bem sustentado e entretido, o que incitava mais os nossos soldados que com todo o denodo e bravura escalaram a forte e bem defendida posição. O governador, sempre incansavel, e dando exemplo, marchava á frente, e foi o primeiro que chegou ao alteroso alcaçar onde estava a bandeira do sultão de Zanzibar, que fez arriar, para hastear a bandeira de Portugal que sempre gloriosa durante seculos tremulou n'aquellas regiões longinquas, onde levou a fé e o imperio.

Desde esse momento ficámos senhores de todo o districto de Cabo Delgado, desde a bahia de Tungue até á bahia de Mucimbua. Por aquelles assignalados feitos revindicámos todo o territorio a que tinhamos direito, e de que estamos hoje de posse.

A bandeira de Portugal tremula altiva, respeitada e temida em todo o districto do Cabo Delgado, do nascente ao poente, do norte ao sul, onde ha mais de quarenta annos não era hasteada.

Aqui tem V. Ex.ª e a camara, como aquelle nobre caracter, aquelle valente militar deu uma lição dura, e confundiu um governo, que não soubera apreciar os seus serviços, e o desconsiderára. Aqui tem V. Ex.ª a nobre isenção de um portuguez, que arriscou com todo o sangue frio a sua vida para servir o seu paiz, e fazer respeitar o nome de Portugal.

Aqui tem V. Ex.ª os feitos levantados praticados em paragens um pouco selvagens por aquelle valente militar, de mais a mais quando não era obrigado a entrar em campanha, por isso mesmo que já estava exonerado da sua commissão!

Sr. presidente, se ao governo fizesse tanta impressão estes actos de valor praticados em terras que foram regadas com o sangue dos nossos antepassados, não teria o coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho sido desconsiderado. Teria sido reconhecido o seu alto merecimento, e ter-lhe-ia sido immediatamente offerecido um governo geral. Homens d'estes, que teem dado provas da sua aptidão, e que convem na Africa. Mas infelizmente é por isso mesmo que elle foi demittido e não serviu.

Sabe V. Ex.ª e a camara qual foi o premio que teve em seguida a todos estes feitos? Foi vir para Portugal sem que ao menos o governo lhe pagasse a passagem!!! E' por isso que eu venho chamar a attenção dos poderes publicos e do governo para ser premiado este militar e todos os outros que se distinguiram, mas este principalmente, porque a elle se deve a tomada de Meninguene e Tungue. Elle foi o principal obreiro, como o proprio governador geral affirma.

Quer V. Ex.ª saber como o governador de Moçambique aprecía o procedimento d'este official?

«Tendo eu tido conhecimento do ataque, tomada e destruição da povoação de Meninguene na margem esquerda do rio d'aquelle nome, levado a effeito em 23 de fevereiro, sob a direcção do coronel governador do districto, pelas praças de marinhagem da canhoneira *Douro*, e pelas de caçadores n.º 1 depois do activo bombardeamento, que teve logar a bordo da dita canhoneira n'aquelle e nos precedentes dias e do vivissimo fogo do inimigo, especialmente na occasião do desembarque;

«Tendo eu presenceado tambem o ataque, tomada e destruição da povoação arabe de Tungue, realisado em 27 de fevereiro, tambem sob a direcção do dito coronel governador do districto, pelas praças da marinhagem da corveta *Affonso d'Albuquerque*, e pelo mesmo destacamento de caçadores n.º 1, depois do bombardeamento executado por aquelle navio nos anteriores dias, e do tiroteio feito de terra n'aquelle dia, e em al-

guns dos anteriores em reconhecimentos feitos junto á praia pelos nossos escaleres;

«Tendo estes satisfactorios acontecimentos trazido como natural e legitima consequencia a definição da nossa fronteira como nós a desejavamos e como o citado diploma europeu nol-o reconhecia, o que foi devido á coadjuvação unanime das forças de mar e terra que n'elle collaboravam:

«Hei por conveniente louvar em meu nome todos os officiaes, officiaes inferiores, marinheiros das guarnições dos navios *Affonso d'Albuquerque* e *Douro*, e soldados da guarnição do districto de Cabo Delgado, e em especial:

«O coronel de cavallaria do exercito de Portugal, governador do districto, José Raymundo de Palma Velho, pela intelligencia, serenidade e denodo com que planeou, dirigiu e executou os dois ataques de Meninguene e Tungue, sendo assim por si só o principal obreiro de tão brilhante feito...

«Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 12 de março de 1887.—O governador geral, *Augusto de Castilho.*»

São expressivas e levantadas as palavras do governador geral, quando relembra e commemora os factos brilhantes de Meninguene e de Tungue. Valha-nos ao menos isso. Este reconhece a importancia do feito, e faz a justiça devida ao merecimento e coragem do principal obreiro.

Não sou eu que o digo, é o governador que affirma que o auctor de similhantes façanhas é o coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho.

Sirva ao menos a tanta ingratidão de lenitivo estes rasgados e merecidos louvores feitos por uma testemunha occular d'aquelle commettimento. Esta justiça prestada pelo governador geral põe bem em relevo a injustiça revoltante do governo. Sr. presidente, é uma vergonha que serviços d'esta ordem fossem esquecidos pelos poderes publicos. E' uma vergonha que seja necessario lembral-os ao governo. Os postos por distincção são para se premiarem aquelles que se distinguem no campo da batalha, são para os casos que eu acabo de narrar e referir. Se galardoassem aquelles importantes serviços com o posto de distincção não faziam nada de mais do que merece o ex-governador de Cabo Delgado.

Os governos das provincias do ultramar deviam ser para aquelles que os merecessem pelos seus serviços e aptidões no ultramar.

Sr. presidente, a rasão por que vão tão mal as cousas no ultramar é porque os governadores geraes são despachados por empenhos e influencias poderosas em geral pouco competentes e quasi sempre despotas.

Parece que deviam ser collocados n'aquelles governos os homens que se distinguissem pelo seu talento, e competencia pelo seu saber, pelo sua bravura e pela sua aptidão, e conhecimento do ultramar. Não succede porém assim. Aos homens que dão provas da sua aptidão succede-lhe o mesmo que succedeu ao sr. Palma Velho, regressar a Portugal á sua custa!

Parece-me que o sr. Palma Velho tinha dado provas de sobejo para poder e dever occupar um logar elevado no ultramar, um logar de governador geral.

N'outro paiz assim succederia, no nosso a recompensa que obteve, foi uma demissão secca, sem elogio algum, e nem ao menos lhe pagarem a passagem para Portugal!

Não cesso de tornar bem patente o procedimento pouco digno e decoroso do governo, para ver se elle com brevidade resgata por um nobre galardão a sua falta altamente censuravel.

Custa a crer que, quando ha homens que praticam relevantes serviços, derramam o seu sangue e arriscam a sua vida para fazer respeitar o nome portuguez, sejam assim esquecidos e se diga: «não é agora occasião; mais tarde lhes daremos o galardão!!!» E diz-se isto, quando vemos todos os dias a folha official cheia de condecorações para estrangeiros e portuguezes, condecorações que não premeiam nem um unico serviço, e em geral agraciam insignificantes especuladores, e muitos que deviam talvez passear pela Africa com a grilheta aos pés! Não são estas condecorações achincalhadas que eu peço para o heroe de Meninguene e Tungue, pois não desejo vel-o confundido n'essa turba de insignificantes, especuladores, e de *parvenus*. Se fallo, pois, n'essas condecorações, é para censurar o governo, que é tão prodigo em premiar injustos e falsos serviços e em esquecer os que são dignos de louvor e relevantes.

Sr. presidente, custa bastante, causa uma impressão dolorosa, ver e sentir que descemos a tamanho abatimento moral e a humilhação tão grande; confrange-se o coração por ver que n'este paiz de glorias e de tradições, se pavoneiam hoje os *parvenus*, os espertalhões e os traficantes, emquanto os homens de bem, de merecimento e de serviços passam ignorados e ficam esquecidos.

Sr. presidente, um paiz onde se adora o *bezerro de oiro*, onde a honra, a virtude e a dignidade são chimeras, é um paiz perdido. Oxalá que eu seja falsa Cassandra. Ao sr. coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho, ex-governador de Cabo Delgado dir-lhe hei, porém, que o não entristeça nem magôe a injustica e o esquecimento dos poderes publicos, porque os boletins officiaes do governo geral de Moçambique e o padrão immorredouro collocado em Meninguene, onde está gra-

vado o glorioso nome de Palma, atravessará os seculos e attestará aos vindouros os feitos assignalados de mais um bravo, de mais um illustre portuguez.

O sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros: — Sr. presidente, em breves palavras vou responder ás observações apresentadas pelo digno par, o sr. Vaz Preto.

Não é a este governo que cabe a censura que S. Ex.ª acaba de fazer, porque elle segue com attenção, respeita e procura premiar os serviços prestados ao paiz, e estes a que o digno par se referiu não hão de ficar sem premio. E folgo de que já tivesse tido occasião de fazer esta mesma declaração muito antes do digno par o sr. Vaz Preto chamar a attenção do governo para este assumpto, pois que já a fiz quando respondia a um membro d'esta camara, o sr. Coelho de Carvalho, ao discutir-se a resposta ao discurso da corôa.

Quando ha pouco, no decurso da minha oração, me referi a opportunidade, alludindo tambem á conveniencia de se tornar diplomatica, não expremi talvez de modo bastante claro o pensamento do governo e d'ahi nasceriam os reparos do digno par.

E' dever do governo premiar todos os servicos prestados ao paiz, mas cumpre-lhe tambem informar-se cabalmente dos factos para poder apreciar, ajustar a elles quaesquer remunecões, premiando aquelles que tiverem exposto a vida e derramado o seu sangue pela patria, revindicando assim a gloria do nome portuguez.

E se esta informacão conscienciosa é sempre um dever, de mais rigoroso cumprimento se torna esse dever, quando, hypothese que se verifica no caso citado, os feitos chamaram a attenção do estrangeiro.

. . . .

Emquanto a servicos passados prestados pelo governador Palma Velho, por occasião de ser occupada a margem sul do Meninguene, e á recompensa que lhes deveria ter sido attribuida, nada quero affirmar definitivo n'este momento porque a minha memoria é fraca, mas tenho idéa de já ter na interinidade de ministro da marinha apresentado á assignatura do soberano o decreto que lhe conferia uma commenda como recompensa aos serviços a que o digno par alludiu. Creio que o sr. coronel Palma Velho recusou a commenda por circumstancias attendiveis, pois todos nós sabemos o onus pesado que anda ligado á acceitação d'aquellas distincções; mas o governo fez o que devia fazer, dando a esse bravo militar a manifestação mais completa do reconhecimento aos serviços por elle praticados. A distincção não foi acceita, mas a manifestação de apreço por parte do governo verificou-se.

O sr. Vaz Preto: — Foi a commenda da Torre e Espada com que o quizeram agraciar?

O Orador: — Não affirmo, mas creio que era a commenda da Conceição.

O governo, conhecedor das circumstancias que tinham acompanhado os factos, julgou, se bem me recordo, dever acceitar a proposta do proprio governador de Moçambique, no qual depositava confiança.

Quanto a dizer-se que o coronel Palma Velho, ao elogio do qual me associo intimamente, e com quem tive a satisfação de estar ha pouco tempo, aproveitando a occasião para lhe mostrar a intenção em que o governo estava de o distinguir: emquanto a dizer-se, repito, que elle, havia sido injusta e seccamente demittido, responderei que, havendo-lhe cabido no exercito do reino e por effeito da vaga a promoção a coronel, a sua continuação no ultramar tel-o-ia elevado a general; este posto não estava de accordo com a sua conservação á frente de um governo secundario como o do Ibo, e foi esta a rasão unica que actuou no animo do meu antecessor o sr. Henrique de Macedo, para o exonerar d'esse governo.

O gabinete tem pois manifestado de uma forma clara e positiva o modo por que aprecia os serviços que aquelle prestimoso funccionario tem prestado ao paiz no desempenho do cargo que lhe foi confiado, e creia o digno par, o governo procederá de accordo com a proposta official que lhe foi formulada pelo sr. governador de Moçambique, e não regateará o galardão que compete áquelle bravo militar.

O governo não descura o assumpto, e a verdade é que só ha pouco tempo é que se adquiriu o conhecimento official, completo, dos factos occorridos; e a camara comprehende bem quanto seria inopportuno tomar qualquer resolução a este respeito antes de terem chegado á metropole aquellas noticias officiaes, e de as haver confirmado e completado com todas as investigações a que julgou dever proceder sobre o assumpto.

Tanto n'esta como na outra casa do parlamento, o governo associou-se já e com muito agrado ás palavras de louvor em que se registaram os brilhantes feitos dos nossos soldados, de mar e terra, e, conservando-se na intenção de galardoar devidamente e por outra fórma esses feitos, crê que cumpre um dever e que satisfaz assim as aspirações geraes.

*

* *

Sessão de 28 de junho de 1887

O sr. D. Luiz da Camara Leme: — Sr. presidente, quando pedi a palavra foi especialmente para perguntar ao sr. ministro da marinha se tinha algum fundamento a noticia dada por um jornal ácerca do atrazo de pagamento de quatro mezes ás praças de pret de terra que estavam em Tungue, e que, segundo se dizia, estavam n'uma situação precaria.

Ora, sr. presidente, depois d'esta camara ter votado a moção do meu amigo o digno par o sr. Coelho de Carvalho, com respeito áquelles bravos militares, não me parece regular que ao mesmo tempo os deixemos morrer á fome.

Sr. presidente, hontem pedi a palavra a V. Ex.ª na occasião em que o meu illustre amigo o sr. Manuel Vaz Preto levantou aqui a questão a respeito da bahia de Tungue e dos serviços relevantes prestados alli por alguns militares, os quaes ainda não foram recompensados.

. . . .

Eu sei pelas explicações que o sr. ministro da marinha tem dado no parlamento, que a noticia é inteiramente falsa.

O que eu sinto, sr. presidente, e n'esta parte associo-me ao digno par o sr. Vaz Preto, é que não se recompensem condignamente os servicos prestados á nação por aquelle illustre coronel, por aquelle bravo militar.

Segundo disse o sr. ministro da marinha creio que ha idéa de lhe dar a commenda da Conceição.

Ora, sr. presidente, a commmenda da Conceição dá-se a qualquer sujeito que vem rico do Brazil, e não me parece que seja o bastante para remunerar quem vae arriscar a vida pela sua patria.

V. Ex.ª sabe muito bem que nós temos uma lei que dá um posto de accesso aos militares que praticam acções da natureza d'aquellas que praticou aquelle brioso militar.

Parece-me que esse posto de accesso é a recompensa condigna com que elle deve ser contemplado.

Sobre este ponto nada mais direi, visto não estar presente o sr. ministro da marinha.

. . . .

O sr. Ministro da Fazenda *(Marianno de Carvalho)*: — Affirmou que o governo está empenhado em recompensar os

serviços prestados pelos nossos soldados na defeza e tomada da bahia de Tungue, se bem que reconheça que os militares portuguezes não carecem de incentivo para o cumprimento dos seus deveres.

. . . .

O sr. Vaz Preto: — Vou em breves palavras, sr. presidente, expôr as observações que tencionava fazer ainda hontem em resposta ao sr. ministro da marinha e estrangeiros, que nas suas considerações não se justificou de ter esquecido os valentes de Meninguene e de Tungue, que até este momento ainda não foram galardoados por tão relevantes serviços. Serei breve, e resumirei o que tenho a dizer, por duas rasões: a primeira, porque não desejo impedir a camara de entrar na ordem do dia, visto a pressa que tem o governo de discutir alguns projectos importantes; a segunda, porque não estando presente o sr. ministro da marinha, não teriam cabimento algumas das observações que eu desejo fazer, pois são até certo modo uma censura ao seu esquecimento e negligencia. Não obstante, ao que vou dizer, póde o sr. ministro da fazenda prestar attenção e participal-o áquelle seu collega.

Hontem estranhei eu, em phrases amargas, sr. presidente, que não tivessem sido ainda premiados os bravos que ultimamente se distinguiram na tomada de Meninguene e Tungue, e estranhei verdadeiramente admirado, que, sendo o principal obreiro d'aquelles gloriosos feitos o coronel de cavallaria e ex-governador de Cabo Delgado, o sr. Palma Velho, não tivesse merecido uma phrase de louvor dos poderes publicos da metropole, nem o justo premio dos seus grandes e assignalados serviços em Africa, serviços que eu narrei miuda e circumstanciadamente á camara em phrase simples e singela, não esquecendo de me referir ás epocas em que elles foram prestados, para tornar mais frisante o esquecimento altamente censuravel do governo.

Sr. presidente, os serviços militares e scientificos prestados ao paiz pelo sr. Palma Velho foram feitos ainda como governador de Cabo Delgado, e os outros mais notaveis depois de já estar demittido.

Durante o seu governo, além dos serviços scientificos que já mencionei na ultima sessão, desempenhou-se o mais satisfactoriamente possivel da commissão melindrosa de que tinha sido incumbido, de occupar a margem meridional do rio Meninguene, evitando conflicto com as tropas do sultão de Zanzibar.

Apesar da turbulencia e animo irrequieto dos arabes, e da má vontade dos indigenas, o respeito e o terror que elle lhes incutia era de tal ordem, e tão grande o seu prestigio, que foi

elle proprio desacompanhado de forças que arvorou pacificamente a bandeira portugueza em Macoloe, onde estava hasteada e defendida por um destacamento de arabes a do sultão de Zanzibar!!

Estes serviços, que são de mais remota data, pois ha mais de dezoito mezes que o governo devia ter conhecimento d'elles pelos relatorios e boletins officiaes, estão ainda por galardoar!!! E', pois, contra tanta incuria, contra tão grande desmazêlo, contra tanta falta de patriotismo, que eu protesto. É contra este esquecimento inaudito que eu ergo a minha voz livre, patriotica e imparcial, para deixar lavrado um solemne protesto contra aquelles que esquecem e não respeitam as tradições gloriosas dos nossos maiores n'aquellas longinquas e inhospitas paragens.

Sr. presidente, a occupação da margem meridional do rio Meninguene, realisada pacificamente, era de tanta e tão grande importancia, que o governador geral de Moçambique, cheio de regosijo, enviou ao governo da metropole o seguinte telegramma:

«Ex.mo ministro marinha.—Lisboa.—Moçambique 3 de fevereiro de 1886.—Bandeira portugueza margem sul Meninguene toda a costa occupada até alli annuencia sultão: attitude energica governador Palma, cooperação intelligente, efficaz navios divisão commandante Costa. Navios de guerra inglez allemão francez commissão internacional limites appareceram Tungue; mas retiraram perante attitude navios portuguezes. Perfeita segurança.—*Governador geral.*»

A este telegramma respondeu o sr. ministro da marinha de então com o telegramma do teor seguinte:

«Governador geral de Moçambique.—Lisboa 3 de fevereiro de 1886.—Felicito-o, louve quem o coadjuvou.—*Ministro da marinha.*»

Ao menos o sr. Pinheiro Chagas, que era ministro da marinha, respondeu logo mandando louvar aquelles que tinham concorrido tão dignamente para o desempenho d'aquella melindrosissima empreza. O ministro da marinha d'aquella epoca procedeu como devia, não tinha outra cousa a fazer n'aquelle momento, senão mandar louvar e esperar em seguida pelos relatorios para premiar devidamente a cada um segundo os seus serviços. Seguiu-se o ministerio progressista, e era a este que competia concluir o que o seu antecessor não tinha tido tempo de fazer. Era a elle que competia dar os merecidos premios.

E sabe V. Ex.ª e a camara qual o galardão que teve o sr. Palma Velho, repito-o para vergonha do governo que alli está? Os serviços prestados pelo sr. Palma Velho, ex-governador de Cabo Delgado, foram remunerados com o decreto da sua demissão, lavrado a 4 de janeiro, um anno depois d'elle ter revindicado para a corôa de Portugal territorio que ha mais de quarenta annos estava fóra do seu dominio.

Um anno depois d'estes distinctissimos e relevantes serviços é demittido seccamente por um decreto onde nem sequer se liam as palavras habituaes «serviu a meu contento».

Este procedimento imprime caracter, e revela que ao governo progressista só merecem verdadeira attenção os casos frivolos ou de interesse proprio.

Este symptoma é mau, muito mau, porque deixa transparecer a baixeza de sentimentos que invadiu a sociedade portugueza.

Sr. presidente, é necessario já que os serviços do ex-governador de Cabo Delgado não foram recompensados e provavelmente não o serão, que fiquem ao menos aqui bem reconhecidos e patentes ao publico. Para esse fim vou lêr á camara o *Boletim Official*, em que elles são apreciados pelo governador geral de Moçambique, que, cumprindo as ordens do sr. Pinheiro Chagas, elogia aquelles que se tornaram dignos de louvor:

. . . .

«Tendo chegado ao meu conhecimento a maneira como o dito governador se houve no desempenho d'esta difficil commissão até arvorar a bandeira nacional na margem meridional de Meninguene, em 23 de janeiro, já usando de toda a prudencia para bem dispôr os diversos elementos que tinha em jogo, já dando mostras da mais energica attitude para manter por todos os modos a dignidade, o prestigio do nosso bom nome, já sabendo inspirar nos Cheques o devido respeito a nossa bandeira, já finalmente conseguindo tornar sympathica a nossa dominação suave, civilisadora e liberal, e inspirando a todos a necessaria confiança para accentuar a permanencia real d'essa dominação.

. . . .

«Hei por conveniente louvar em meu nome o dito governador coronel do exercito de Portugal, José Raymundo de Palma Velho, pela maneira digna, briosa, intelligente e energica como cumpriu o serviço de que o incumbi, e pedir-lhe que louve os empregados sob suas ordens, o thesoureiro almoxarife João de Barros Carrilho e o tenente da guarnição Antonio da

Camara Cylindo, ficando em lhe dar minuciosa conta do procedimento de todos ao governo de Sua Magestade.

. . . .

«Palacio do governo geral da provincia de Moçambique, 3 de fevereiro de 1886.—O governador geral, *Augusto de Castilho.*»

Aqui tem V. Ex.ª como eram apreciados pelo governador geral de Moçambique os serviços prestados por aquelle distincto official, tão bravo quanto prudente.

Das palavras levantadas e encomiasticas do governador se reconhece o grande apreço e conceito em que era tido aquelle distincto, brioso e modesto official.

Merito, valor, lealdade, prudencia, dignidade, firmeza, energia e prestigio, todas estas qualidades o governador geral de Moçambique reconheceu ao sr. Palma Velho; custa, porém, a acreditar que o actual governo, apesar d'ellas terem sido tão altamente apregoadas, até agora não mostrasse por obras que lhe reconhecia, pelo menos algumas.

Tenho fallado dos serviços militares do sr. Palma, que deveriam estar premiados por serem de longa data, e para que não esqueçam os scientificos relembrei-os outra vez.

Eu já hontem disse aqui, e repito agora, que elle fizera durante quatro annos as observações meteorologicas no districto de Cabo Delgado, assim como elaborára a carta chorographica da costa e ilhas do districto, desde Cabo Delgado até á bahia de Lurio, na extensão de 320 kilometros, que fizera o recenseamento de todas as povoações marcadas na dita carta, trabalho este que n'um paiz onde se apreciassem os homens de merito bastaria para o tornar merecedor de um premio condigno pela importancia do serviço que prestou, attenta a deficiencia dos trabalhos que existem d'aquella natureza.

Mas não fez só isto, levantou a planta da villa do Ibo, e fez um mappa geographico para conhecimento de limites, comprehendendo do lado norte o parallelo 9°, a leste o oceano indico, a oeste o lago Niassa e o rio Chire, ao sul o Zambeze.

Sr. presidente, estes estudos, estes trabalhos scientificos que deviam ser do conhecimento do governo e do dominio da sociedade geographica, já ha muito que deviam ter sido premiados.

Saberá V. Ex.ª e a camara que o governo apreciou-os já; e qual foi a opinião e a resolução que tomou? Foi demittir o sr. Palma Velho do insignificante governo que elle exercia, não para o mandar para um governo geral importante, mas para o

mandar para Portugal á sua custa, sem lhe pagar a passagem!!! E não cesso de repetir estes factos, que revelam verdadeira ingratidão, para ver se por esta forma levo o governo a recordar-se da injustica que fez aquelle benemerito. Disse aqui o sr. ministro que quizeram agracial-o com a commenda da Conceição, o que elle recusára.

Sr. presidente, será porventura remuneração condigna, premio proprio a commenda de Aviz ou da Conceição, para recompensar o merito, o valor e a lealdade?

Para este fim ha condecoração especial, a da Torre e Espada, e foi essa que o governador geral de Moçambique propoz.

Pois, sr. presidente, o governo que tem achincalhado todas as graças, incluindo a da Torre e Espada, pondo-a ao peito de insignificantes e covardes, regateou ao sr. Palma Velho aquella homenagem a que tinha direito pela sua bravura.

Queriam agracial-o com a commenda da Conceição, dando-lhe o que não tinha valor, e que não obstante o obrigava ainda a despezas fortes!

Queriam agracial-o com a commenda da Conceição, confundindo-o com essa turba-multa de insignificantes, de cavalheiros de industria, de zangãos da sociedade, que nada possuem de valor e importancia e nada são capazes de fazer. Não, isso não, contra tamanha affronta protesto eu.

S. Ex.ª recusou com toda a dignidade a graça, que n'este caso, em logar de uma honra, seria uma nodoa lançada sobre a farda de um valente militar.

Sr. presidente, eu acho baixo e ridiculo todo este procedimento do governo, acho nobre e levantada a lição que o brioso official lhe deu, recusando a graça insultante.

Sr. presidente, talvez pareça que eu tenha sido demasiado severo na apreciação do esbanjamento e rebaixamento que este governo tem feito de todas as graças e condecorações; pois não o tenho sido: talvez tenha dito pouco, para o que podia e devia dizer, o *que ficará* para outra sessão. Os governos teem achincalhado tanto estas graças, que eu tenho por ellas um profundo desprêzo, e por isso me revolto e indigno quando vejo querer pagar em moeda falsa serviços reaes e effectivos, com moeda que nada vale e que costumam dar a traficantes que enriquecem sem se saber onde nem como. Todos os dias a folha official vem carregada com o peso enorme de graças, que nem ao menos teem a vantagem de trazerem uma verba para o thesouro. Supponho que os direitos de mercês dadas e não pagos ascendem a mais de 1.000:000$000 réis.

Espero, pois, que o sr. ministro da fazenda chame a attenção do seu collega da marinha e de todo o governo, a fim de que sejam contemplados com premio condigno to-

dos os que se distinguiram na tomada de Meninguene e de Tungue.

E' necessario que não fiquem esquecidos estes brilhantes feitos do sr. Palma Velho, e bem assim outros serviços já prestados de longa data, e que eu tive a honra de já submetter á apreciação da camara.

Sr. presidente, vou concluir, asseverando em termos bem precisos, que acima de todos os galardões, acima de todos os premios, está a consciencia pura do homem modesto, que para conservar a honra, o prestigio e a dignidade do seu paiz, arriscou a vida. Acima de todos esses premios insignificantes e ephemeros está esse padrão de gloria immorredoura, collocado em Meninguene, onde se lê Palma, padrão que atravessando os seculos, attestará aos nossos vindouros que o coronel de cavallaria, José Raymundo de Palma Velho, foi o bravo que hasteou e manteve alli a bandeira das quinas.

E este o premio mais subido, é este o galardão mais significativo, que cabe a um benemerito da patria. Sr. presidente, o nome de Palma, que o governador de Moçambique mandou gravar na lapide collocada na aldeia de Meninguene, resoará por aquellas praias longinquas e attestará aos arabes e indigenas que os verdadeiros portuguezes, aquelles que ainda não degeneraram, sabem fazer respeitar em toda a parte do mundo o nome de Portugal.

Contra tanta ingratidão d'este paiz, terá ao menos o sr. Palma a consolação de saber que, nas paragens longinquas, nas regiões remotas de Africa, cuja descoberta tanto sangue e sacrificios custou aos portuguezes, existe uma lapide onde está escripto o nome glorioso de Palma, e que será esse padrão immoredouro que relembrará os seus altos feitos áquelles que por alli passarem.

Sr. presidente, antes de concluir, recommendo ao governo que a esses infelizes soldados, que tanto merecem, e que tão pouco lhes tem sido dado, e que estão de guarnição em Meninguene e Tungue se lhes pague em dia, e se lhe dê mantimentos com abundancia, e todas as munições necessarias para que não lhes falte os meios de defeza, como succedeu na tomada de Meninguene e de Tungue.

Sr. presidente, eu estou certo que a não ser a valentia e bravura do sr. Palma Velho, que commandou os dois ataques, a valentia e bravura dos officiaes e soldados que n'elles entraram, aquelles dominios estariam ainda hoje na posse do sultão de Zanzibar. Visto, pois, que os não premeiam, não lhe faltem ao menos com os meios de viver e de se defenderem.

. . . .

Sr. presidente, eu não quero por forma alguma impedir que

se discuta o projecto que está dado para ordem do dia, e por isso poucas palavras direi. Eu concordo com o sr. ministro da fazenda, o que é difficil, na parte em que S. Ex.ª affirma que os serviços prestados pelo governador de Cabo Delgado, sr. Palma Velho, e pelos officiaes e soldados que o acompanharam n'aquella arriscada empreza foram desinteressadamente feitos e sem o intuito de recompensa. Concordo que todos elles se sentem ufanos por terem digna e briosamente cumprido o seu dever; concordo que a consciencia e o sentimento intimo de que bem mereceram da patria é uma satisfação para todos elles. Se isto assim é, não é menos verdade que á patria pertence e compete o dever sagrado de premiar aquelles que por factos assignalados se tornaram merecedores das recompensas.

Se isto é assim, e se estes valentes não fallam dos seus serviços e não pedem recompensas, aos poderes publicos assiste o imperioso dever de lhes fazer justiça, dando-lhes o que lhes é devido, e a que têem direito. Esta doutrina, estes principios, estão consignados no nosso codigo fundamental na carta constitucional.

E, sr. presidente, por ver em desuso esta doutrina e postergados estes salutares principios, que levantei a minha voz para lavrar um protesto solemne contra similhante systema.

E' por esse motivo que eu noto e lamento, sr. presidente, que todos os dias venham as columnas do *Diario do Governo* repletas de graças e condecorações, premiando pertendidos e falsos serviços, e jámais os grandes, os gloriosos feitos d'aquelles que enobrecem não só os que os praticam mas o paiz a que pertencem.

E' raro, sr. presidente, lêr na folha official a concessão de uma graça recahindo sobre verdadeiros e reaes serviços. E' raro, rarissimo, encontrar na folha official uma condecoração no grau mais elevado, galardoando serviços relevantes prestados por portuguezes não degenerados, que honrando a memoria dos seus antepassados, vão arriscar a sua vida a derramar o seu sangue em longinquas paragens, e em defeza da patria.

Os serviços prestados pelo sr. Palma Velho são d'esta ordem. Se não foram até agora ainda premiados, não queira o governo fazel-o mais tarde, e por uma fórma indecorosa. Os srs. ministros devem lembrar-se que ao arrojo temerario d'aquelle bravo militar devemos o estarmos hoje de posse do territorio onde ha mais de quarenta annos não eramos recebidos.

Os srs. ministros devem comprehender e avaliar a alta importancia e a nobreza que teve este acto arrojado e temerario do sr. Palma Velho, de desembarcar na praia inimiga, desacompanhado de forças, e arrancar a bandeira do sultão de Zanzibar e substituil-a pela nossa, arriscando a sua vida e sa-

crificando-se, só para cumprir rigorosamente as ordens que o governador lhe tinha transmittido, de que evitasse qualquer conflicto com as forças do sultão de Zanzibar.

O governo deve comprehender sem duvida o alcance e o resultado de um acto que poucos ousariam praticar. D'elle resultou para nós a posse de territorio que de facto não era nosso e de direito nos era contestado; d'elle resultou tremular livre e altiva a bandeira das quinas em Macoloe; d'elle resultou o respeito e o temor que o governador incutiu aos arabes e indigenas, respeito e temor que contribuiu immenso para a tomada de Meninguene e de Tungue.

Este acto de coragem e de bravura é de tal ordem e de tão grande valor, que parece impossivel que haja um governo que até hoje ainda o não tenha premiado. E' por isso que eu chamo e chamarei a attenção dos poderes publicos para este assumpto, cujo esquecimento é uma vergonha para o governo.

Sr. presidente, este esquecimento indesculpavel, revela que o governo ignora e não sabe o que se passa na Africa, ou que não lê os relatorios e os documentos officiaes. Eu peço ao sr. ministro que leia com attenção todos esses documentos, que examine minuciosamente todos esses feitos que eu narrei singelamente, que se compenetre bem da questão, e tenho a certeza que, cheio de enthusiasmo, como eu, reconhecerá o alcance verdadeiro d'estes feitos gloriosos, e proporá para elles premio condigno.

As rasões que o sr. ministro da fazenda apresentou, com relação ao sr. Palma Velho, para desculpar o procedimento do seu collega de o demittir, não são reaes nem verdadeiras. Diz o sr. Marianno que lhe tinha pertencido a promocão a coronel, e portanto, que para ficar n'aquelle governo tinha de se lhe dar o posto de general, que não era compativel com aquella situação subalterna. Isto não é exacto, porque este cavalheiro não tinha ainda concluido o tempo quando foi demittido, e nem requerido o posto de general. As rasões que dá o sr. Marianno de Carvalho teriam rasão de ser, se porventura o sr. Palma tivesse pedido o posto de general. Mas supponhâmos que todas estas rasões colhiam. O que o sr. ministro não encontra, são rasões que justifiquem o governo de não ter galardoado serviços reconhecidos e de alto valor. O que o sr. ministro não encontra, são rasões que justifiquem o procedimento do sr. ministro da marinha, que, tendo recebido do governador geral a proposta da commenda da Torre e Espada para galardoar os actos de bravura d'aquelle official, lhe recusou a recompensa e deu-lhe a demissão, por um decreto o mais secco que é possivel, e sem que houvesse referencia, a mais leve, aos importantes serviços por elle prestados ao paiz.

E' contra este acto injusto e inaudito do governo que eu não posso deixar de levantar a minha voz para que o paiz tenha conhecimento d'elle, e veja, e reconheça como são tratados os benemeritos, que derramam o sangue, e arriscam a vida para sustentar o bom nome de Portugal.

O sr. ministro da fazenda confirma o que eu tenho dito, pois reconhece a bravura do sr. Palma Velho, e os seus relevantes serviços do que dá testemunho, e promette a devida recompensa.

Sendo sinceras as palavras de S. Ex.ª, o que eu desejaria era que não ficassem em palavras e fossem com a maxima brevidade traduzidas em obras.

Estou cansado de ouvir promessas que nunca se cumprem, e que desauctorisam os ministros, que deviam ser mais cautelosos para não faltarem. Acabemos por uma vez com isto, sr. presidente. Fica mal ao governo que eu lhe esteja lembrando o seu dever a cada momento.

E' necessario que sejam immediatamente recompensados os actos heroicos a que me tenho referido.

Este assumpto, para o qual chamo a attenção do governo, tem mais importancia e valor do que parece.

E' mister que os poderes publicos sejam os primeiros a reconhecer e a premiar serviços que são tanto mais elevados quanto são feitos em regiões longinquas, onde faltam geralmente os meios de acção.

E' necessario que os governos se compenetrem que um paiz que tem um passado illustre, e uma historia gloriosa não póde deixar no esquecimeuto factos que lhe trazem á memoria as tradições nobres e honradas dos Gamas, dos Almeidas e dos Albuquerques.

Espero que as minhas palavras d'esta vez sejam ouvidas e não sejam de voz clamando no deserto.

*

*   *

Sessão de 9 de julho de 1887

O sr. Marquez de Rio Maior: — Pedia a palavra porque, tencionando retirar-me para fóra de Lisboa muito breve, quiz antes d'isso participal-o á camara, informando-a que o motivo de eu faltar ao cumprimento dos meus deveres parlamentares provém da necessidade de tratar da minha saude. A camara, na sua benevolencia, me desculpará.

Aproveito o ensejo de ter a palavra para unir o meu voto ao d'aquelles que instam com o governo para que se não demore a recompensa official devida aos relevantes serviços prestados na bahia de Tungue, pelo valente coronel de cavallaria, Palma Velho. Este benemerito official e as forças do seu commando já foram louvados por esta camara na resposta ao discurso da corôa; porém é necessario não parar aqui. N'uma das sessões passadas já o meu bom amigo e collega, o digno par Vaz Preto, chamou a attenção do governo para este ponto; eu pedi tambem a palavra, não usando d'ella por ter dado a hora de se entrar na ordem do dia. Senti não ter tido o ensejo de prestar a homenagem do meu respeito e consideração ao illustre soldado; mas faço-o hoje.

E certo, sr. presidente, que á actividade do sr. Palma Velho, á pressa com que elle desembarcou em Tungue e tomou posse d'esta parte da costa africana, muito se deve. O sr. ministro sabe, melhor que ninguem, que se tivesse havido demora, talvez a occupação se não tivesse effectuado; quando outras potencias interessadas reclamaram era tarde, e o facto consummado argumentava a nosso favor. Muito podia dizer sobre o ossumpto; faltam-me, todavia, os documentos, que não trouxe, e n'este momento, infelizmente, não os tenho presentes.

Não foi ferido o commandante da expedição, dizem, mas esta rasão em nada colhe; generaes distinctissimos teem havido, que tendo arriscado a vida em muitos combates e batalhas, tão bem fadados foram que as balas sempre os respeitaram. Não é pelo numero dos feridos e dos mortos que se avaliam sempre os resultados de uma campanha; ás consequencias moraes cumpre primeiro attender; á rapidez da estrategia e dos movimentos das forças belligerantes se devem muitas vezes importantissimas victorias, muito embora as vidas fossem poupadas, e o sangue não chegasse a ser derramado. O arrojo, a decisão prompta do commando, triumpharam por esta fórma das meticulosas conspirações diplomaticas!

O sr. Palma Velho conseguiu tudo isto, e o sr. ministro bem o sabe. Comtudo faz ámanhã um mez que elle chegou a Lisboa, e até hoje não foi favorecido pela graça real. Quando alguem encontra este illustre cavalheiro, pergunta-lhe: — «*Que faz o governo?*» Infelizmente elle vê-se obrigado a responder: — «*Até agora nada!*»

Isto não póde continuar. O sr. ministro sabe que eu sou seu amigo particular e politico, não tenho a menor idéa de o aggredir. as armas offensivas contra o ministerio não as empregarei eu, por certo; mas nem por isso faltarei ao dever de lembrar o que é justo, e recordar ao poder executivo os assignalados serviços d'aquelle que honrou o nome portuguez.

Tomaram-se bandeiras ao sultão de Zanzibar, e alguns canhões, conquistaram-se 70 kilometros, creio eu, de costa, e isto, quando os nossos direitos historicos nos eram contestados. Julga alguem que foi pouca cousa? Era com ancia que o governo esperava as noticias da tomada da posse da bahia de Tungue, e felizmente o telegrapho trouxe-nos a grata novidade, que os soldados portuguezes mais uma vez tinham honrado as cinzas dos seus maiores.

O sr. Palma Velho foi proposto, segundo me consta, pelo sr. Castilho, governador de Moçambique, para commendador da Torre e Espada, e o ministro apenas o condecorou com a commenda da Conceição. O motivo d'esta substituição na graça proposta ignoro-o eu; provavelmente houve rasão grave para isto, mas custa a admittil-a e percebel-a; depois foi tambem exonerado do governo de Cabo Delgado, e hoje o sr. Palma Velho está em Lisboa sem as responsabilidades do seu governo, collocado na disponibilidade. Não pergunto os motivos, só peço que este valente official seja considerado com as distincções que muito bem merece.

O sr. Palma Velho é meu particular amigo e antigo conhecido; sei avaliar as suas altas qualidades, bem como as avaliava o benemerito general Folque, que o tinha como um dos seus melhores collaboradores na commissão geodesica, onde elle durante vinte e dois annos prestou excellentes serviços.

Nada mais digo. Concluo, fazendo votos para que o estado encontre sempre servidores tão honestos e zelosos.

O sr. Ministro da Fazenda *(Marianno de Carvalho)*: — Pedi a palavra, sr. presidente, para affirmar ao digno par que o governo tem no maior apreço os serviços prestados pelo official a quem S. Ex.ª se referiu, e que, se ainda o não galardoou devidamente, é porque na verdade o excesso do serviço publico lhe tolhem o tempo e o tem inhibido de o fazer.

De dia, as sessões parlamentares, e á noite, as reuniões das commissões, não dão ensejo ao governo para mais que o estrictamente necessario, vendo-se por isso forçado a deixar para mais tarde negocios que hão-de comtudo ser resolvidos. E' este um d'elles.

Agora, quanto á allusão feita pelo digno par relativamente á substituição da mercê proposta para aquelle official, eu julgo poder affirmar a S. Ex.ª que a commenda da Conceição, com que o sr. Palma Velho foi agraciado, é justamente a que o governador de Moçambique propôz se lhe désse.

(S. Ex.ª não reviu.)

O sr. Marquez de Rio Maior: — Agradeço ao nobre ministro as explicações que acaba de dar-me, e fico certo que o

governo não deixará sem premio condigno os feitos do official a quem me referi.

*

* *

Sessão de 22 de julho de 1887

O sr. Vaz Preto: — A camara deseja votar este projecto, e eu não quero obstar á sua approvação. Desejo unicamente manifestar o meu sentimento por o governo não premiar tambem serviços mais importantes do que este, e o meu fito todo tem sido ver se obrigo o governo a ser justo e a pagar a quem deve.

....

Sr. presidente, o sr. ministro não respondeu ás minhas perguntas, e fez bem, porque não podia responder satisfactoriamente. Leu relatorios, contou-nos o que se passou em Matibane, d'onde se conclue que houve uma desordem, uma arruaça que foi necessario serenar, e que deu aquelles resultados e aquelles ferimentos. Isto comtudo não impede que a força publica, que foi mandada, e que cumpriu o seu dever, seja devidamente recompensada pelo sangue que derramou. Comtudo este sangue derramado nem firmou o dominio de Portugal n'aquellas remotas regiões, nem lhe conquistou o prestigio, antes pelo contrario. Os indigenas fizeram a desordem com rasão, ou sem ella, não foram punidos, feriram os nossos soldados, e por fim concederam a paz!

Houve apenas uma desordem em que perdemos prestigio e mostrámos fraqueza.

Se o sr. ministro entende, e entende bem, que aquelles que se portaram dignamente e foram feridos devem ser premiados, embora d'esta desordem não resultassem vantagens nenhumas para Portugal, premeie-os.

Mas o que eu não quero, o que eu não desejo é que os serviços prestantes, os feitos heroicos, aquelles dos quaes resultaram vantagens importantes e immediatas, que ainda não foram galardoados, não deixem de o ser. As minhas considerações tendem a obrigar o sr. ministro a fazer o que já devia ter feito ha muito.

Se um guarda marinha tem direito a um posto por distincção porque teve a infelicidade de ser ferido n'uma desordem, a que distincção terá direito aquelle que commanda uma expedição, desembarca sob um fogo vivissimo, e toma duas

posições defendidas com artilheria? É verdade que esse commandante teve a felicidade de não ser ferido, e por isso, apesar do acto heroico, ainda não foi recompensado. Se este militar, que praticou estes feitos gloriosos, tivesse a infelicidade de ser ferido ao desembarque, e se visse obrigado a retirar sem vencer, e nada conseguir para Portugal, então sim, segundo a theoria do sr. ministro é que elle se tinha tornado benemerito, é que elle merecia um posto por distincção.

Sr. presidente, refiro-me aos serviços prestados no ultramar pelo sr. Palma Velho, serviços prestantes, serviços dos quaes resultaram vantagens importantissimas para o paiz, e de que o sr. ministro póde dar testemunho.

. . . .

Pondo de parte esta questão, voto o projecto, porque me associo á manifestação da camara, mas empraso o sr. ministro da marinha para vir aqui ámanhã antes da ordem do dia a fim de liquidarmos a questão do sr. Palma Velho, e n'essa occasião mostrar-lhe-hei que a commenda, que já devia ter sido dada ha um anno áquelle official, hoje o prejudica, porque não póde requerer a medalha de ouro que lhe compete pelos feitos de Meninguene e de Tungue.

O sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros e interino da Marinha: — Eu não declino nunca a responsabilidade dos meus actos como ministro, nem fujo nunca ao cumprimento dos meus deveres; sei perfeitamente que o meu dever é comparecer em qualquer das casas do parlamento quando qualquer sr. deputado ou digno par desejem ser esclarecidos sobre negocios que digam respeito ao ministerio a meu cargo.

E' por isso mesmo que sou incapaz de faltar ao cumprimento d'esse meu dever; confesso a V. Ex.ª que a palavra *emprazo*, que acaba de dirigir-me o digno par, me pareceu exaggerada para ser dirigida a quem...

O sr. Vaz Preto: — Foi força de expressão, de que peço desculpa. E' claro que a minha idéa não era emprazar o nobre ministro, mas simplesmente convidal-o a vir responder sobre o assumpto.

O Orador: — Agradeço muito ao digno par. Com relação ao assumpto eu respeito muito as opiniões do digno par, o que me não impede de poder ter opiniões differentes.

Sr. presidente, ninguem approva mais o valor e os serviços prestados por qualquer official do que eu, por consequencia custa-me ouvir dizer que o governo esquece os serviços prestados por qualquer militar.

Não sei se ámanhã poderei aqui vir antes da ordem do dia, mas se isso me fôr impossivel, em qualquer outro dia estou

prompto a tratar esta questão com o digno par. para o que estou habilitado.

*

* *

Sessão de 25 de julho de 1887

O sr. Vaz Preto: — Sr. presidente, eu agradeço ao sr. ministro dos negocios estrangeiros, que egualmente tem a seu cargo agora a pasta da marinha e ultramar, a pontualidade com que S. Ex.ª compareceu n'esta camara para liquidarmos esta questão importantissima do ex-governador de Cabo Delgado, o sr. Palma Velho.

Sr. presidente, já na sessão passada, quando eu usei da palavra a proposito do projecto que tinha por fim promover por distincção dois valorosos militares, um guarda-marinha e um marinheiro, não tinha por fórma alguma o intuito de contestar o premio que o governo, muito bem, entendeu dever conceder-lhes em galardão do seu brilhante comportamento debaixo de fogo; mas sim lembrar o que se deveria ter feito e ha mais tempo a um outro militar, que não tendo a infelicidade de ser ferido soube avançar, vencer e prestar á frente de valentes e briosos soldados no ultramar serviços assignalados e arriscadissimos, cujo exito tem sido incomparavelmente mais proveitoso para a nação debaixo de todos os pontos de vista.

Eu acho muito bem entendido que os poderes publicos, e é dever seu, sejam sollicitos em premiar os serviços relevantes, por isso folguei muito com a manifestação e enthusiasmo da camara, votando o posto de distincção ao guarda-marinha e marinheiro que foram feridos em Matibane.

Mas se a camara entendeu que se devia galardoar a coragem, e o sangue derramado por aquelles valentes, embora do combate em que se empenharam não resultasse o exito desejado, que era fazer respeitar o nome portuguez, e conservar-lhe o prestigio, não devia esquecer-se de serviços mais prestantes.

Aqui não se tratava de uma guerra, nem de uma questão de dominio, tratava-se de socegar uma desordem, que só mais tarde poude ser apasiguada, e de uma fórma pouco airosa para Portugal.

Se, pois, o governo, entende que deve galardoar a coragem d'aquelles que tiveram ordem de socegar uma arruaça, que occasionalmente se levantou, com muita mais rasão tem

obrigação de reconhecer serviços reaes e positivos, e de reconhecer quanto seria justo dar-se recompensa condigna a quem tem prestado esses serviços de resultados tão immediatos e proveitosos para a nação.

Já que esses factos gloriosos prestados pelo sr. Palma Velho, ex-governador de Cabo Delgado, não foram ainda galardoados, e é provavel que não o venham a ser, apesar de eu ter por differentes vezes erguido a minha voz humilde, mas verdadeiramente portugueza e patriotica, relembral-os-hei para que os eccos d'esta sala os façam ressoar por todo o paiz.

Eu vou, em poucas mas expressivas palavras, e baseado em documentos officiaes, tornar bem publicos esses actos heroicos, e mostrar quaes foram os serviços prestados pelo bravo a quem me refiro, longe da patria, em regiões remotas, e onde não tremulava ha quasi meio seculo a bandeira das quinas.

Sr. presidente, V. Ex.ª e a camara conhecem sem duvida as difficuldades constantes e invenciveis, que encontrámos no reconhecimento do nosso direito e dominio do sultão de Zanzibar.

VV. Ex.ªs não ignoram que apesar do nosso direito existir de tempos remotos o sultão não tem chegado a fazer um tratado em que se definissem os respectivos limites das duas nações,

VV. Ex.ªs sabem, e não ignoram, que se não temos chegado a um resultado satisfactorio é porque a Inglaterra, sempre cubiçosa e interesseira, tem impedido o sultão de concluir esse tratado.

Sr. presidente, esse tratado de limites, que de longa data devia estar firmado, ainda se não encetou, porque algumas potencias européas, principalmente a Inglaterra, teem levantado duvidas, e promovido difficuldades ao reconhecimento do nosso dominio sobre aquelle ponto da Africa oriental, difficuldades e duvidas que trouxeram a guerra ao sultão de Zanzibar, para obter uma solução favoravel para Portugal, que os seus direitos e interesses exigiam.

Até á conferencia de Berlim não tinhamos podido chegar a accordo algum com o sultão de Zanzibar.

O nosso direito punha-se em duvida, e o nosso dominio não estava effectivo n'uma parte do territorio.

Tal era a nossa situação antes da conferencia de Berlim, que estabeleceu principios e regras para o reconhecimento e validade de direitos.

D'alli para o futuro a occupação tornava-se condição essencial para tornar effectivo o dominio, e com elle o direito.

N'estas circumstancias, a perda d'aquellas regiões, que ha quarenta annos não estavamos de posse, era inevitavel, se á boa paz, ou pela força as não occupassemos de novo.

Estavam as cousas n'este estado, quando o governo de Portugal, compenetrado d'aquelle perigo eminente, pelo seu ministro da marinha, mandou ordem ao governador geral de Moçambique para que elle fizesse arvorar a nossa bandeira na bahia de Tungue, na margem meridional do rio Meninguene, e ao mesmo tempo que tratasse de conseguir esse resultado evitando todo e qualquer conflicto com as tropas do sultão de Zanzibar.

S. Ex.ª o sr. ministro da marinha sabe perfeitamente como as cousas se passaram, e como as ordens do governador de Moçambique foram cumpridas pelo ex-governador de Cabo Delgado o sr. Palma Velho. Agora pergunto eu a S. Ex.ª se é ou não verdade que o governador de Cabo Delgado, em cumprimento das ordens que recebêra, arvorou a bandeira portugueza na margem meridional do rio Meninguene?

Pergunto ainda se é ou não verdade estar a bandeira do sultão de Zanzibar hasteada em Macoloe, territorio que de direito pertence a Portugal, na casa onde estava aquartelado o destacamento arabe que a guardava? E é ou não verdade que o ex-governador de Cabo Delgado, o sr. Palma Velho, desembarcou só, e desacompanhado de gente a fim de arriar a bandeira de Zanzibar e de arvorar a bandeira portugueza? Se é ou não verdade que o governador de Moçambique mandou um telegramma ao governo de Portugal, felicitando-o pela occupação meridional de Meninguene, devida ao acto heroico praticado por aquelle valente militar que se tinha digna e cabalmente desempenhado da sua commissão? Se é ou não verdade que o ex-governador de Cabo Delgado foi elogiado por haver desempenhado aquella commissão pelo governador geral de Moçambique no *Boletim Official*, onde se dizia que, á sua bravura, á sua coragem, á sua serenidade de animo, e ao seu bom senso e prestigio se devia o estar arvorada a bandeira portugueza na margem sul do rio Meninguene?

Tudo isto deve naturalmente constar dos relatorios que foram enviados ao sr. ministro, e effectivamente todos estes serviços bem assignalados constam dos documentos officiaes.

Pois, sr. presidente, apesar de attestados pela auctoridade competente, o governador de Moçambique, até hoje ainda não foram galardoados.

O governador de Moçambique, que reconhecia a alta importancia d'aquelles relevantes serviços, e as vantagens immediatas que d'alli vinham para Portugal, entendeu que aquelle illustre official devia ser galardoado condignamente e indicou ao governo ou antes propoz que se lhe désse a commenda da Torre e Espada.

O governo, não só lhe não concedeu o premio proposto,

mas quer V. Ex.ª saber e a camara, qual foi a recompensa que este official recebeu?

Um anno depois, e ainda não tinha acabado o sem tempo, foi demittido, sem uma palavra de louvor, e o que e mais, sem que ao menos no decreto se empregassem as palavras tabelliòas que é uso empregar, «serviu a meu contento»!! Disse-se que a rasão por que elle foi demittido, foi porque tendo sido promovido a coronel, lhe pertencia o posto de general, se continuasse a desempenhar aquella commissão, á qual não pertencia aquelle posto. Mas isto não é assim, porque o posto de accesso, só lhe pertencia se elle requeresse para ficar no ultramar; de contrario não, e por isso a rasão que se allega, não colhe.

Sr. presidente, os serviços d'este digno official dividem-se em duas epocas, os que elle prestou como governador de Cabo Delgado, e os que prestou depois de demittido.

Sr. presidente, estes que acabei de narrar referem-se á primeira epocha. São estes serviços prestados pelo governador de Cabo Delgado durante o seu governo.

Por decreto de 4 de janeiro de 1887, concebido nos termos que acabei de expôr á camara, foi demittido aquelle brioso e intelligente militar; mas o que é mais curioso é que, tendo o sr. Henrique de Macedo, o antecessor do actual sr. ministro da marinha, dado ordem para a tomada da bahia de Tungue e Meninguene, e havendo já dois mezes que o sr. Palma Velho tinha sido demittido do cargo de governador de Cabo Delgado, o sr. governador geral de Moçambique entendeu que não tinha outro official mais competente do que aquelle illustre militar para desempenhar tão difficil missão, e mandou-lhe pedir para tomar o commando das forças.

O papel que desempenhou o sr. Palma Velho competia ao seu successor; não obstante, o governador geral de Moçambique não o deixou tomar posse do governo, nem o encarregou da difficil missão de tomar Meninguene e Tungue. Este acto do governador de Moçambique é altamente significativo, é o reconhecimento da injustiça feita pelo sr. ministro da marinha, e a maior demonstração de apreço e de consideração dada ao sr. Palma Velho.

Valham ao menos ao sr. Palma Velho, no meio de tanta ingratidão e injustiça, estas valiosas demonstrações que, firmadas em documentos officiaes, ficam archivadas de modo que possam attestar aos vindouros os serviços prestados em paragens remotas e longinquas, por portuguezes não degenerados, que sabem arriscar a vida e derramar o sangue na defeza da patria, e em honra de Portugal.

O bravo official immediatamente correu ao chamamento

do governador de Moçambique, e tanto foi a pressa que se deu, que o hyate em que ia soffreu um rombo e naufragou. O tempo estava borrascoso, e por isso as difficuldades tornaram-se maiores.

Como a maré descesse, o hyate encalhou e poderam todos salvar-se e a pequena embarcação, e assim continuaram a viagem até chegarem ao seu destino.

Foi então encarregado da difficil missão de tomar Meninguene e Tungue. Elle, sempre tão modesto como valente, offereceu-se para tomar parte na expedição como simples soldado. O governador de Moçambique, que tinha n'elle plena confiança, não consentiu, e encarregou-o do commando de todas as forças, dando-lhe a direcção plena.

Foi, pois, encarregado da missão de tomar Tungue e Meninguene, e, para bem avaliar a importancia do encargo, é necessario notar as circumstancias em que se encontravam estes dois pontos.

Meninguene estava defendida por um numero importante de arabes e indigenas, fornecidos pelo walli de Tungue, e sabia-se, por communicação do governador do forte de Mucimbua, que o regulo de Mossacá estava combinado com o walli de Tungue para fazer a guerra aos portuguezes em toda a costa, desde Mucimbua até Tungue.

N'estas circumstancias, era preciso operar rapidamente, porque tanto arabes como indigenas queriam atacar e era mister desnorteal-os com uma medida prompta e arrojada.

No desempenho da commissão que lhe estava commettida, começou pois o governador de Cabo Delgado por fazer bombardear Meninguene a fim de preparar o desembarque, o qual effectuou com agua até ao peito; e, á frente de 35 soldados de caçadores n.º 1, de Moçambique, e de 30 marinheiros da guarnição da canhoneira *Douro*, atacou e tomou a povoação, que estava defendida por tres peças e muita gente, que fazia um fogo vivo pelas seteiras das casas.

Effectuado este primeiro feito de armas, cujo exito se deve em grande parte á intelligente direcção que ao ataque deu o ex-governador de Cabo Delgado, posta em chammas a povoação, e reembarcadas as tropas foi elle proprio levar a noticia ao governador de Moçambique, que ficou muito surprehendido e admirado, pois não contava que com tanta presteza e rapidez aquelle territorio passasse outra vez ao dominio de Portugal. Felicitou e elogiou o valente official de cujos feitos eu me tenho occupado, e reuniu immediatamente conselho de officiaes, que decidiram o ataque a Tungue.

Comtudo entendiam que as forças eram em pequeno numero para empreza tão arrojada, e julgaram necessario mandar

vir de Moçambique o batalhão de caçadores n.º 1. O commandante da expedição, que tem o instincto da guerra e dos officiaes bravos, e que comprehendia bem que na guerra a arte principal é saber tirar todas as vantagens do desanimo que as derrotas causam, entendeu que era necessario atacar immediatamente Tungue com quaesquer forças que tivessem disponiveis. Assim o fez, pondo-se á frente dos 35 caçadores. Com este punhado de homens mandou remar para Tungue e para que os barcos não ficassem em secco, o que é perigosissimo em qualquer retirada, saltou a 200 metros de distancia da praia ao mar com agua pelo peito, sob um fogo vivo e bem entretido, e avançou a marcha para Tungue, onde entrou e arriou a bandeira do sultão, substituindo-a pela portugueza. Foi então soccorrido por um destacamento de 30 soldados da *Affonso d'Albuquerque*, que acabou o resto, pondo Tungue completamente em poder de Portugal. Aqui tem V. Ex.ª e a camara como foi tomada Meninguene e Tungue, e como do norte ao sul, do nascente ao poente, tremula hoje em todo o territorio de Cabo Delgado, desde Tungue até Mucimbua, a bandeira das quinas.

O sr. Palma Velho n'esta empreza deu uma grande prova do seu tino militar, pois escolheu a occasião mais proficua para o ataque, e dispoz tudo para que o desembarque se fizesse com marés favoraveis para evitar qualquer desastre ou revez. Tudo foi o melhor combinado.

Sr. presidente, estes feitos gloriosos foram devidamente apreciados pelo governador de Moçambique, que reconheceu e elogiou o valor, a pericia, o arrojo, e ao mesmo tempo a prudencia e o tino militar d'este official.

Eu pergunto ao sr. ministro, todos estes acontecimentos que acabei de narrar são ou não verdadeiros?

Constam ou não de documentos officiaes, enviados ao governo da metropole pelas estações competentes?

É ou não verdade que estavamos desapossados d'aquelle territorio ha perto de meio seculo, e que as quinas de Portugal durante todo este tempo nunca mais tremularam alli?

E' ou não verdade que não podemos chegar a uma resolução pacifica com o sultão por causa de outras potencias, que lançavam já olhos cubiçosos para aquellas nossas possessões?

E' ou não verdade que o governo portuguez estava n'uma critica situação, de que o salvou o arrojo do sr. Palma Velho, tomando immediatamente Meninguene e Tungue?

Eu appello para a consciencia e lealdade do sr. ministro, e espero que com toda a franqueza declare se a exposição que eu fiz e que se resume n'estas perguntas é ou não verdadeira?

Sendo estes acontecimentos verdadeiros e reaes, taes quaes eu os narrei, e representando elles valiosos e relevantes serviços, pergunto eu ao sr. ministro qual a rasão por que não foram até hoje devida e condignamente remunerados?

Sr. presidente, eu sei que o sr. ministro da marinha me vae dizer que na folha official já veiu publicada a graça com que o sr. Palma Velho foi galardoado.

É verdade que na folha official veiu publicada a noticia do sr. Palma Velho ter sido agraciado com a commenda da Torre e Espada, sem se referir aquella folha aos gloriosos feitos sobre que recahiu aquella graça. Mas eu entendo que não é recompensa bastante; entende-o commigo o governador de Moçambique, que julgou que essa graça lhe devia ter sido concedida em 1886, quando elle arvorou a bandeira portugueza na margem sul do rio Meninguene. Eu entendo que esta graça não é bastante porque ella vae impedir aquelle valente militar de requerer a medalha de ouro, que elle conquistou em campo de batalha. Eu entendo que aquella graça não podia ser dada ao sr. Palma Velho premiando serviços, quando ainda ha bem pouco tempo foi dada a quem os não tem prestado.

Sr. presidente, se se désse um posto de accesso sem prejuizo dos mais antigos ao sr. Palma Velho e conjunctamente a commenda da Torre e Espada, que já em tempo tinha sido proposta pelo governador geral de Moçambique, eu nada teria a dizer; mas assim não posso deixar de clamar bem alto que o governo não sabe premiar feitos gloriosos, ou porque os não comprehende, ou porque é incapaz de os praticar. Estou certo que, se o governo comprehendesse bem o valor e importancia d'aquella empreza, não seria tão mesquinho em premiar.

Eu pergunto ao sr. ministro da marinha ainda, se é ou não verdade o que dizem os relatorios do governador geral de Moçambique, e se são ou não merecidas as palavras com que este governador elogia o procedimento do sr. Palma Velho? Se são verdadeiros os relatorios, e merecidas as palavras de elogio do governador, é por elles que S. Ex.ª tem de fazer obra. Tudo o mais é incorrecto e pouco regular.

Pergunto ainda ao sr. ministro da marinha se os territorios de que tenho fallado, e que ha mais de quarenta annos eram reclamados pelo governo portuguez, estão ou não hoje no dominio de Portugal, e se isto é ou não de grande importancia e vantagem para nós?

Desejava que o sr. ministro da marinha, respondendo a estas perguntas, me dissesse se são ou não para ter em muita consideração os actos praticados em Meninguene e Tungue, e se pelo facto d'este distincto official não ter sido ferido não merece um posto de accesso?

Veja S. Ex.ª o absurdo a que nos leva a sua doutrina de entender que os premios e os postos de accesso são só para os que foram feridos.

Supponhamos que o sr. Palma Velho, em logar de vencer, em logar de se apossar do territorio que reclamavamos, que era no desembarque immediatamente ferido. Então sim, segundo o sr. ministro, teria o posto de accesso e premios! Foi feliz, venceu, levou a cabo a empreza como se desejava, mas não foi ferido; o feito pouco valor teve então, segundo a opinião do sr. ministro, e o official não se tornou digno de premio! Isto é admiravel!

Parece que S. Ex.ª se esqueceu que nós já tivemos um distincto e valente general, ao qual ninguem póde negar a coragem e valor; entretanto, esse general foi sempre feliz, e nunca foi ferido. Esse general distinctissimo, que fazia a nossa gloria, respeitado como tal, tanto no estrangeiro como entre nós, era o duque de Saldanha.

Sr. presidente, era dever do governo premiar o official de que se trata e não haveria inconveniente nenhum que elle fosse promovido a general sem prejuizo dos officiaes mais antigos. Era isto que o governo devia e podia já ter feito como lhe competia. Se, em logar de o demittir em 1887, lhe tivesse dado um logar de governador geral em qualquer das nossas provincias ultramarinas estava remediada a falta do governo. Já que o não fez como devia, faça-o agora, ainda que tarde e a más horas.

Como o sr. ministro da marinha acaba de pedir a palavra, eu vou concluir, dizendo que este sr. Palma Velho é infeliz nos seus governos do ultramar; por mais serviços que faça nunca são premiados.

Já que S. Ex.ª fica sempre sem galardão, por maior que seja o serviço prestado, valha-lhe ao menos a consolação de ter chronista.

Sel-o-hei ainda dos seus feitos anteriores: quando este official esteve governador do Ibo, houve uma revolta de mais de 2:000 pretos, que pretenderam assaltar e saquear a villa. O sr. Palma não tinha mais de 14 soldados e um capitão, e com estes poucos de bravos bateu-se toda a noite, fazendo fugir os pretos, ficando no campo de combate, entre mortos e feridos, mais de 100. Como o sr. ministro ache que qualquer empreza não tem valor sem mortes e feridos e sem sangue derramado, aqui tem mais este acto de bravura d'aquelle distincto official.

Este acto mereceu-lhe os elogios da camara municipal da villa, que lhe foi agradecer de ter salvado a povoação da carnificina e do saque.

Este serviço assignalado mereceu os maiores elogios tam-

bem do governador geral de Moçambique, mas não me consta que da parte do governo da metropole houvesse qualquer palavra de louvor pelo menos.

Já que tão avaro é dos premios e galardões para aquelles que nos climas insalubres de Africa vão arriscar a sua vida e derramar o seu sangue, dê-lhe ao menos publicidade sem os deprimir e amesquinhar.

O sr. ministro da marinha pediu a palavra: eu ouvirei as explicações de S. Ex.ª, reservando-me para fallar de novo sobre esta questão, se porventura a sua resposta não me satisfizer.

O sr. Ministro da Marinha *(Barros Gomes)*: — Diz que se encontra n'uma situação embaraçosa, porque, se por um lado o animam sentimentos de muita consideração pessoal para com o sr. Palma Velho, não póde, como membro do governo, deixar de apreciar desapaixonadamente os serviços a que se referiu o sr. Vaz Preto.

Leu os relatorios officiaes a que se referiu o orador precedente, e, em vista d'esses relatorios, entende que o governo cumpriu o seu dever propondo a El-Rei que se dignasse conferir áquelle digno militar a commenda da Torre e Espada.

Outro galardão não póde ser-lhe concedido por emquanto, visto como nenhum governo geral das provincias ultramarinas se acha vago, não devendo o governo, sem motivo, demittir funccionarios que teem assignalado a sua competencia no desempenho da missão que lhes foi confiada.

O sr. Vaz Preto: — . . . Eu sei perfeitamente como n'outro tempo era apreciada a condecoração da Torre e Espada. Então premiava ella o merito, o valor e a lealdade. Para a camara formar a sua opinião a esse respeito, narrar-lhe-hei um facto passado com o visconde de Sá da Bandeira, quando estava commandante militar no Algarve.

O nobre visconde de Sá propoz duzentos e quatorze nomes para serem condecorados, cento e noventa com a Torre e Espada, e o resto com a cruz de Christo. O governo d'aquelle tempo, que considerava em alto grau a condecoração da Torre e Espada, expediu um aviso, reenviando-lhe a lista, fazendo-lhe notar que entre os propostos só havia um nas condicções, e como as recommendações que fazia dos outros eram vagas e indeterminadas, não podiam merecer consideração alguma em face do artigo 10.º da lei, que era claro e terminante, e ultrapassal-o seria um attentado que o governo de Sua Magestade jámais permittiria. Aqui tem a camara o respeito que havia pelas condecorações n'aquelle tempo, e como o governo de Sua Magestade estranhou ao muito nobre e bravo visconde de Sá a sua proposta, por ser vaga e indeterminada a recommenda-

ção que elle deu. Outro tanto não succede com a informação e recommendação do sr. Castilho, que é clara e precisa, e assenta sobre factos verdadeiros.

Sr. presidente, não quero entrar n'esta questão, porque é irritante e desagradavel: não quero apreciar as graças e condecorações da Torre e Espada, e como teem sido dadas, porque teria de me referir a pessoas: não quero fallar da justiça ou injustiça com que ultimamente se teem agraciado varios individuos e os merecimentos d'esses individuos.

Não quero esmiuçar os factos, serviços reaes ou apparentes, que justificaram e determinaram as mercês da Torre e Espada, habitos, commendas ou grã-cruzes que teem sido conferidas.

Sr. presidente, que agora se tem usado e abusado do direito de conceder graças ninguem o duvida e contesta, que as condecorações as mais consideradas não teem já o valor que tinham, por esse censuravel abuso, ninguem o duvida já e contesta, e que o governo tem posto a Torre e Espada ao peito de individuos que não praticaram acto algum de merito, de valor e lealdade, tambem ninguem o contesta; portanto não se admirem que eu peça outro galardão, outro premio que satisfaça ao fim. Comparem os serviços d'aquelles que receberam ultimamente a commenda da Torre e Espada, e diga-me o sr. ministro se o sr. Palma Velho fica bem entre elles. Diga-me o sr. ministro se os serviços do sr. Palma Velho teem confronto possivel com os d'elles. A commenda da Torre e Espada, que fôra a condecoração proposta pelo sr. Castilho para galardoar os serviços de 1886, prejudica-o, porque impede que elle possa requerer a medalha de ouro.

....

Sr. presidente, esta minha insistencia é o desejo de ver galardoados prestantes e verdadeiros serviços; nada tem de politica.

Sr. presidente, eu em assumptos d'esta ordem não faço politica, e o sr. ministro da marinha sabe isto perfeitamente, e, portanto, tudo quanto eu digo não deve influir politicamente na maioria d'esta camara. Não obstante, eu não me atrevo, a não ser de accordo com o sr. ministro, a apresentar uma proposta. Isto simplesmente pela minha opposição accentuada ao governo.

O que eu desejava, ou por intervenção do governo ou de algum membro da maioria, é que fossem galardoados convenientemente os serviços do ex-governador de Cabo Delgado, o sr. José Raymundo de Palma Velho, coronel de cavallaria.

Pareceu-me que o sr. ministro da marinha me quiz dirigir uma especie de censura quando disse que eu tratava só dos

serviços do sr. Palma Velho, esquecendo os que foram prestados pela nossa marinha na bahia de Tungue.

Sr. presidente, eu não esqueço serviços de ninguem, peço, e pedi, premios para todos.

Sr. presidente, se não tenho fallado na nossa marinha de guerra é porque o governo, n'um periodo do discurso da corôa, lhe dirigiu os devidos louvores pela maneira brilhante como se conduziu antes, na occasião e depois dos ataques de Meninguene e de Tungue. Se fallei no sr. Palma Velho, e tenho advogado a sua sympathica causa, é porque me revoltou a injustiça flagrante de não lhe dirigirem n'um documento official d'estes uma palavra de louvor, sendo elle o principal obreiro, segundo a phrase do governador geral, d'aquelles feitos e o heroe de Meninguene e de Tungue.

Não lembrei, pois, quem tinha sido lembrado, lembrei o heroe que tinha sido esquecido pelos poderes publicos.

Sr. presidente, vejo que apesar de tantos e tão grandes serviços foi, é e ha de ser necessario que eu lembre sempre o sr. Palma Velho, aliás ficará mal recompensado.

Sr. presidente, vejo que um mau sestro persegue este brioso official, pois nem serviços scientificos, nem serviços militares, foram até hoje premiados, e para cumulo da sua infelicidade o sr. ministro não só não premeia aquelles serviços attestados em documentos officiaes, mas não os reconhece, depreciа-os até!!!

. . . .

O que eu nunca imaginei, porém, foi que o sr. ministro da marinha amesquinhasse aquelles feitos brilhantes e assignalados!!!

Eu nunca imaginei que o sr. ministro da marinha, em vista dos documentos que leu á camara, désse a entender, e pretendesse provar, que os actos praticados por aquelle official não tinham o valor nem a importancia que lhe attribuia o governador geral de Moçambique e que eu lhe tenho dado!!

Não faltava ao sr. Palma senão a desagradavel decepção de ver o sr. ministro duvidar de actos de valor, attestados em documentos officiaes!

Não o premiar e pôr o sr. ministro em duvida os serviços, é muito, é de mais!

Sr. presidente, eu que penso de outra fórma, é baseado nos documentos que eu venho pedir um galardão para o sr. Palma Velho.

Senão vejâmos se as minhas asserções são exactas e verdadeiras.

É ou não verdade que esses documentos foram enviados

ao governo pelo governador geral de Moçambique, e que teem o sêllo do governador?

É ou não verdade que n'elles se declara que á pericia, ao valor, á prudencia, valentia, boa direcção e prestigio que o sr. Palma Velho tinha sobre o gentio se deveu o ter sido tomada a bahia de Tungue, e estarmos de posse de todo o districto de Cabo Delgado, desde a bahia de Tungue até á bahia de Mucimbua?

Mas, diz o sr. ministro da marinha, deprimindo o feito, que a resistencia foi pequena, visto que não havia forças importantes da parte contraria.

Não é exacta a affirmação de S. Ex.ª Havia forças arabes e indigenas muito superiores ás nossas. Isto prova-se fielmente.

Se não havia forças importantes a combater para que é que o governador de Moçambique mandou para aquellas paragens quatro embarcações, que estiveram dias consecutivos bombardeando Meninguene para facilitar o desembarque e o ataque? Se não havia alli forças, quem é que defendia as tres peças que foram tomadas e que faziam fogo?

O governador mandaria para lá aquellas embarcações só com o fim de ostentar força e fazer barulho? Se Meninguene e Tungue não tinham guerreiros nem forças de defeza para que foi o canhoneio das embarcações durante alguns dias, gastando munições que fazem falta? Se é verdade o que o sr. ministro affirma, S. Ex.ª não devia ter elogiado e premiado a marinha, pelo contrario, devia infligir castigo aos commandantes das embarcações por terem gasto inutil e improductivamente as munições.

Como o sr. ministro da marinha sabe, o governador geral de Moçambique no seu relatorio diz que á coragem, boa direcção e pericia do sr. Palma Velho e que se deve o ter sido tomado Meninguene e Tungue.

Sendo assim, para que é que S. Ex.ª vem aqui deprimir o denodo d'aquelle modesto official, rebaixar os seus serviços e duvidar dos documentos enviados ao governo por elle e pelo governador geral?

Similhante procedimento, que revela a mais negra ingratidão para com um benemerito da patria, causa tristeza e impressão dolorosa. N'esta conjunctura eu appello para a lealdade do sr. ministro, ou antes para a sua consciencia, e pergunto se não fosse a decisão e denodo do sr. Palma Velho, se não fosse a coragem e o valor do sr. Palma Velho, ter-se-ia tomado no momento psychologico, no momento que convinha, Meninguene e Tungue?

Não salvou elle o governo portuguez, por aquelle feito ar-

rojado, de uma situação critica e difficil? Não collocou elle o governo portuguez n'uma situação vantajosa ante a diplomacia ingleza, que nos tem contrariado e continúa a contrariar n'esta questão? Quaes eram as consequencias de não ter tomado Meninguene n'aquelle momento?

Era, sem duvida, se o não podessemos fazer, era termos de renunciar ao territorio que hoje possuimos, e que a Inglaterra não queria que nós o occupassemos.

Apello para a lealdade do sr. ministro, apello para a sua consciencia, e peço-lhe que diga se é ou não verdade tudo o que affirmo. O sr. ministro não ousa negar o que eu affirmo, mas soube duvidar da importancia dos serviços para que eu pedi o galardão condigno.

A questão reduz-se a pouco. Tem ou não o governo confiança no governador geral de Moçambique? Se tem, é pelos seus documentos que deve fazer obra: se não tem, já o devia ter demittido. D'este dilemma é que se não sahe.

Portanto, pergunto ao sr. ministro da marinha: são ou não authenticos e verdadeiros os documentos que o governador geral de Moçambique mandou para o governo da metropole narrando, elogiando e pedindo premio para os serviços prestados pelo sr. Palma Velho?

São verdadeiros, não ha a mais leve duvida; e é por elles que se deve fazer obra.

O que mostram esses documentos?

Mostram que o sr. Palma Velho praticou actos dignos de todo o louvor, arriscando a sua vida e não se poupando a privações, sacrificios e perigos.

Sr. presidente, em todas as epocas, desde que ha sociedade e homens, houve sempre premios para recompensar os serviços e incitar a humanidade a praticar acções prestantes e feitos gloriosos.

E' verdade que nem sempre os premios são para quem os merece. A maior parte das vezes deixam o merito e os serviços para ornar insignificantes e gente sem valia. Já não é de agora, sr. presidente, que se praticam estas injustiças; já no seu tempo o padre Antonio Vieira expunha estes aggravos e accusava a governo do seu tempo por abusos indesculpaveis e prejudiciaes para os costumes, gloria e o bem d'estes reinos. A camara conhece sem duvida o sermão da visitação de Nossa Senhora que elle prégou no Brazil na occasião que chegou alli o marquez de Montalvão, viso-rei do Brazil. N'esse sermão, em estylo levantado e sublime, como eu não sei imitar sequer, sustentava elle e demonstrava esta proposição, «que o premio existiu sempre e é uma uecessidade para animar o ser humano a prestar grandes commettimentos, mas que infelizmente a maior

parte das vezes não se dá a quem os merecia, mas sim aos insignificantes que não tinham valia.»

Sr. presidente, vou ver se posso do melhor modo que souber expôr á camara esta asserção d'aquelle eloquente orador sagrado.

Dizia elle que quando David quiz sahir a pelejar com o gigante, perguntou primeiro: «Que se ha-de dar ao homem que matar este philisteu?» Ja n'aquelle tempo se não arriscava a vida senão por seu justo preço, já então não havia no mundo quem quizesse ser valente de graça. Já então o simples pastor de que falla a biblia, não queria combater sem o intento e esperança de ser recompensado o seu trabalho.

Necessario é logo que haja premios para que haja soldados, e que aos premios se entre pela porta do merecimento. Não queria elle que se déssem ao sangue herdado, mas sim ao derramado, sómente que se déssem ao valor e não á valia, pois d'esse systema funesto resultava a desmuralisação do Brazil e talvez a sua perda. Entende aquelle notavel orador sagrado que era mister haver egualdade e justiça na distribuição das graças, para entrar com esperanças o mosqueteiro e soldado da fortuna, que tambem para elle se fizeram os grandes postos, se os merecer, e animados com este pensamento, os de que hoje se não faz caso serão leões e farão maravilhas.

Assim se expressava aquelle notavel sacerdote, que foi a gloria de Portugal; e para tornar mais frizante a sua asserção dizia ainda: «Como se animará o soldado a buscar a honra por meio das bombardas e dos mosquetes se vê em um peito o sangue das balas, e n'outro a purpura das cruzes?» O que o feria mais sobretudo era o que elle expressa nas seguintes palavras:

«O maior escandalo que tenho contra a natureza é um, que cada hora experimentâmos na artilheria. Porque rasão ha-de fazer tanto estrondo uma peça que perdeu o pelouro como outra que empregou o tiro?

«Ha maior injustiça, ha maior deformidade da natureza? A peça que acertou, sôa muito embora atrôe o mundo, estremeça a terra com seu estampido: mas a peça que errou, a peça que não fez nada, a peça que não fez mais do que empobrecer as armas reaes de El Rei sem proveito, porque ha-de soar, porque ha-de ser ouvida? Ainda tenho advertir mais n'esta materia.

«Quando aqui estivemos sitiados no anno de 1638 atirava o inimigo muitas balas ao baluarte de Santo Antonio: os pelouros que acertaram, foram enterrados na trincheira, os que erravam, voavam por cima, vinham rompendo os ares com grande ruido, e os que andavam por estas ruas, aqui se abai-

xava um. acolá se abaixava outro e muita gente lhes fazia cortezias demasiadas. De forma que o pelouro que errou. esse fazia estrondos, a esse se faziam as reverencias: e o outro que acertou. o outro que fez a sua obrigação. esse ficava enterrado.»

Aqui tem a camara como elle sentia e lamentava que fossem esquecidos, e enterrados, e postos a um canto os que trabalharam. os que subiram a trincheira. e os que derramaram o sangue, e que fossem nomeados, applaudidos e premiados os que nunca fizeram cousa boa.

Sr. presidente. eloquentes expressões são as phrases do padre Antonio Vieira. e por ellas se vê bem claro que não é só agora que se praticam injustiças e deseguäldades. Já n'aquelle tempo as mediocridades. os insignificantes, os que nada valiam. mas que sabiam fazer barulho. eram nomeados, applaudidos e premiados; emquanto os benemeritos, aquelles que tinham prestado relevantes serviços e arriscado a sua vida em arrojados commettimentos, eram enterrados, esquecidos e postos a um canto. Isso que se fazia n'aquelle tempo. é o que se faz hoje com todo o desembaraço e sem a mais leve consideração.

E' verdade que o abuso, e a prodigalidade em dar condecoracões aos insignificantes *parvenus* e especuladores, chegou a tal ponto que ninguem já dá valor ás graças, nem importancia aos agraciados. E' por isso que eu digo e affirmo que a commenda da Torre e Espada não premeia. nem glorificam os altos feitos do sr. Palma Velho: é por isso. que eu tenho levantado aqui a minha voz pedindo galardão condigno para aquelles relevantes serviços. Dêem ao valente militar premio positivo e real. cousa que valha; dêem ao modesto militar que não sabe impôr-se nem fazer barulho. premio de que elle tire meios de sustentação, e guardem as condecorações, e dêem-as aos que se mostram. fazem barulho e sabem fazer-se valer.

Sr. presidente, tenho-me alongado de mais e o peior é serem inuteis os meus esforços, pois pelo discurso do sr. ministro vi e convenci-me que não está disposto a galardoar o ex-governador de Cabo Delgado. Raymundo de Palma Velho, com um posto de accesso; para não prejudicar aquelle cavalheiro com a minha instancia. vou concluir prestando-lhe a minha homenagem de muito respeito e consideração pelos seus altos feitos.

Sr. presidente, concluindo convem que fique bem claro e patente que eu tudo quanto disse dos serviços do sr. Palma, tudo quanto affirmei foi baseado em documentos officiaes; que provei tudo sem contestação séria da parte do sr. ministro da marinha. Convem que fique bem claro e patente que, para o

sr. ministro da marinha os documentos e relatorios officiaes não tem valor nem importancia, e que foi tão grande a opposicão que fez a recompensa do sr. Palma que não teve duvida em duvidar dos documentos officiaes para amesquinhar os commettimentos arrojados d'aquelle brioso official.

Mas ao menos resta ao sr. Palma a consolação de ter encontrado alguem que possue ainda grande enthusiasmo pelas nossas grandezas e tradições de outr'ora e que sente verdadeira satisfação de erguer a sua voz no parlamento para dar publicidade, e commemorar factos que o governo queria deixar enterrados no esquecimento.

Tenho dito.

O sr. Ministro da Marinha *(Barros Gomes)*: — Faz varias consideracões no sentido de affirmar que o governo, em vista dos relatorios officiaes, cumprira o seu dever com relação aos servicos prestados no ultramar pelo sr. Palma Velho.

NA IMPRENSA

Varios jornaes deram a seguinte noticia:

«Diversos socios da sociedade de geographia, residentes em Moçambique, enviaram a esta sociedade uma calorosa mensagem, congratulando-se pela occupação da bahia de Tungue, desde Mucimbua até á margem esquerda do Meninguene, e louvando muito por aquelle importante emprehendimento o sr. governador geral Augusto de Castilho e os seus cooperadores o major Serpa Pinto, o governador do Ibo, Palma Velho, e o commandante e officiaes da estação naval.»

*

* *

O *Jornal da Noite*, de 21 de março de 1886, escreveu o seguinte:

Occupação de Tungue

«Da *Africa Oriental*, de 6 de fevereiro, chegada hoje a Lisboa, transcrevemos o seguinte e interessante artigo:

«Um brado unanime e enthusiastico se levanta em toda a provincia applaudindo, com prolongados *hurrahs*, a occupação que acabamos de fazer da parte sul da bahia de Tungue, que, ha quarenta annos haviamos perdido e na qual tremula novamente a nossa gloriosa bandeira, symbolo da paz e da civilisação.

«O paiz onde ha dias os soldados zanzibares se oppunham ao desembarque de portuguezes, está agora em nosso poder, de uma maneira segura e definitiva e a contento geral dos povos que alli residem, graças ao acrisolado patriotismo, á firmeza e resolução de quem tem a seu cargo a defeza dos interesses de Portugal no oriente da Africa.

«Abrem-se novos e ridentes horisontes a Moçambique, que exulta ao ver revindicados direitos que julgava perdidos e que na realidade perderiamos para sempre se S. Ex.ª o governador geral Augusto de Castilho, brilhantemente coadjuvado pelas negociações do major Serpa Pinto, nosso consul em Zanzibar, não obtivesse que os arabes nos restituissem, sem perda de tempo, a margem meridional do rio Meninguene, onde a Allemanha, ambiciosa de colonias, se deseja, ao que parece, estabelecer.

«Interpretes fieis do sentimento publico, registamos aqui, com vivo reconhecimento, os nomes d'esses dois benemeritos obreiros que acabam de levantar, ao norte d'esta rica possessão, uma barreira insuperavel ao dominio do sultão, que se ia alastrando pelo nosso districto de Cabo Delgado, e, o que é mais, ás ambições desmedidas de nações estranhas; e fazemol-o tão promptamente e com a mesma independencia com que havemos verberado sempre os erros e desmandos de passadas administrações.

«Acompanhamos com o maior interesse, e muito de perto, as providencias adoptadas para rehavermos o territorio que acabamos de occupar, e se não démos ha mais tempo noticia d'ellas foi por não ignorarmos a reserva que em assumptos de tal magnitude é indispensavel guardar, afim de se não comprometterem, com revelações precipitadas, como, por vezes, tem acontecido, negocios de tão grande monta.

«Hoje, porém, que o nosso pavilhão palpita desfraldado no Meninguene, em Macoloe e Muluri; hoje que é nosso o que ainda hontem, apesar de nos pertencer, não possuimos, nada obsta a que proclamemos bem alto o feliz résultado d'essas intelligentes e patrioticas providencias.

«Pelos annos de 1841 a 1845, logo depois de ter sido acclamado em Zanzibar o sultão Sayyd Bargasch, é que um traidor capitão-mór de Tungue, levado pela ambição de mais largos proventos do que de nós recebia, e seduzido pelo preço porque lhe seria paga a sua infamia, foi offerecer a este principe a região que haviamos confiado á sua guarda, offerecimento que foi acceite por ser bem conhecida a falta de meios de força de que dispunhamos e a indifferença com que viamos escapar-se-nos das mãos as terras que, á custa da sua valentia e do seu nobilissimo sangue, os nossos maiores nos tinham legado.

«Data d'essa epoca a dominação arabe n'aquella parte da costa, dominação que successivamente foi avançando para o sul sem resistencia da nossa parte e, o que é mais notavel, sem d'isso terem conhecimento os diversos governadores geraes da provincia e os governadores de Cabo Delgado!

«Com as nossas provas de fraqueza, foram os zanzibares ganhando tanta força e odio que não receiaram oppôr-se em 1879 ao desembarque em Tungue da officialidade da corveta *Mindello*, afoutando-se ainda ha dois annos a negar ao conselheiro Agostinho Coelho o direito de saltar em terra, ameaçando-o com o emprego da força se elle persistisse no seu intento que teve de abandonar, retirando-se humilhado, apesar da sua apregoada energia.

«Era vergonhosa a nossa situação no norte, e arriscadissima se tornaria depois que uma commissão internacional, composta pela Allemanha, Inglaterra e França, se propoz, em novembro do anno findo, a delimitar ou *chiprar* os dominios do sultão Saidi.

«O sr. conselheiro Augusto de Castilho e major Serpa Pinto viram n'um golpe de vista, claro e prompto, o perigo que corriam os nossos direitos e a nossa honra nacional, e cada um desenvolveu por sua parte tamanha actividade, que o risco passou, a occupação fez-se exactamente no momento mais opportuno e azado, e quando qualquer addiamento a prejudicaria para todo sempre.

«Não se perdeu tempo, nem se podia perder: e, emquanto o nosso consul geral obtinha pela sua insinuante influencia e com a tenacidade das suas instancias que o sultão mandasse evacuar aquelles territorios, determinava o sr. governador geral que para as aguas que os banham partissem os navios da divisão naval, sob o intelligente e zeloso commando do capitão de mar e guerra Silva Costa, afim de appoiarem o dignissimo governador do Ibo, o coronel Palma Velho, que era encarregado de ir pessoalmente realisar a reconquista, dando o mesmo senhor, a todos, as mais sabias, reflectidas e efficazes instrucções para o bom desempenho do assignalado serviço que prestaram.

«Não se perdeu tempo, repetimos, e ai dos nossos direitos seculares se elle se houvesse perdido, se nos chegassemos um dia mais tarde!

«Occupámos Meninguene a 23 de janeiro, e a 24 apparecia em Tungue uma esquadra composta da canhoneira allemã *Mowe*, da canhoneira franceza *Limier* e da corveta ingleza *Britan*: — eram os delimitadores que nos julgavam adormecidos, mas que d'esta vez nos encontraram vigilantes e com as nossas forças navaes de guarda à bandeira das quinas, que se er-

guia já galhardamente em differentes pontos da costa. Ficaram fundeados ao mar da bahia, e, passadas 48 horas, levantaram ferro e navegaram para norte.

«Que Deus os leve a salvamento e para bem longe de nós.

. . . .

«O que agora é urgente e que nos cumpre pedir a S. Ex.ª o nobre ministro da marinha e ultramar, ás duas camaras do parlamento, á metropole, é que se não deixem obsecar pelas fartas promessas do Congo, e que não dirijam só para Angola o melhor dos seus recursos, deixando Moçambique, provincia vasta e riquissima, exhausta dos que precisa para desenvolver a sua riqueza, fazer prosperar o seu commercio e fomentar a sua agricultura e industrias.

«E' necessario dinheiro e quem sabiamente o saiba aproveitar: o primeiro é que nos falta, porque o segundo temol-o nós, felizmente, no actual chefe superior da colonia, a quem só é indispensavel dar meios, força e toda a liberdade de acção, para que o extenso paiz que lhe está confiado se erga da quasi miseria em que vive e se torne florescente, grande e prospero para fortuna sua e honra de Portugal.»

*

* *

No *Diario de Noticias*, de 21 de março de 1886, lê-se o seguinte:

Questões africanas — Occupação de Meninguene pelos portuguezes — Affirmação dos direitos de Portugal n'aquella região

«A bandeira portugueza fluctua novamente em territorio que nos pertencêra no extremo da provincia de Moçambique, e que a traição de um capitão-mór tinha deixado perder para o dominio portuguez, dando logar a insolencias e insultos dos indigenas sujeitos ao poder do sultão de Zanzibar. Os esforços que se haviam empregado em 1879, e em 1883 ou 1884, para recuperarmos o perdido, tinham sido mallogrados pela resistencia dos indigenas, que suppunham que as auctoridades portuguezas não teriam força para os expulsar.

«A presença, felizmente, do sr. major Serpa Pinto, as sympathias que o seu bom nome e os seus importantes serviços souberam conquistar junto do sultão de Zanzibar, e o acerto das providencias adoptadas, de accordo com o commandante da divisão naval, pelo sr. governador geral de Moçambique,

Augusto de Castilho, conseguiram esse facto, de que o *Boletim Official* da provincia de Moçambique nos trouxe os respectivos documentos.

«Ainda bem que triumphámos n'esta questão, e que foram testemunhas da occupação e revindicação de territorio, que fôra de Portugal, forças navaes inglezas, francezas e allemãs. Ellas viram que ficou restabelecida a auctoridade portugueza e que de novo se desfraldou a bandeira das quinas, sem que podessem protestar, porque o facto consumou-se com energia e como era de justiça.

«N'um supplemento ao *Boletim Official* de Moçambique, encontramos o officio do commandante da divisão naval da Africa oriental, sr. Silva Costa, para o governador geral, e o officio do governador do districto do Ibo, sr. coronel Palma Velho, dando conta minuciosa da operação, extremamente honrosa para os funccionarios que n'ella intervieram.»

. . . .

*

* *

O *Diario Popular*, de 25 de maio de 1887, refere o seguinte:

Noticias d'Africa

«Pelo ultimo paquete de Moçambique recebemos os boletins do governo e noticias d'aquella nossa possessão.

«Mantinha-se a occupação da bahia de Tungue, sem qualquer tentativa por parte dos arabes, para de novo a conquistarem.

«Pelo *Boletim Official* vemos que o ex-governador de Cabo Delgado, o coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho, procedeu com a maior coragem na tomada das povoações de Meninguene e Tungue.

«Com effeito o governador geral, sr. Castilho, diz o seguinte:

«Hei por conveniente louvar em meu nome o coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho, pela intelligencia, serenidade e denodo com que planeou, dirigiu e executou os dois ataques de Meninguene e de Tungue, sendo assim por si só o principal obreiro de tão brilhante feito.»

«Estas palavras são sobremodo honrosas para o distincto official, sobretudo ditas por quem é tão competente e tão pra-

tico em tudo quanto diga respeito a questões de brio e valor pessoal.

«O sr. Palma Velho foi efficazmente coadjuvado pelos officiaes de terra e mar, e tambem por empregados de fazenda e outros que o seguiam.

«Quando o sr. Palma se dirigiu a bordo da *Affonso d'Albuquerque*, para participar ao governador, ora a tomada de Meninguene ora a de Tungue, foi recebido por entre acclamações e abraços, mandando o governador geral formar a guarnição e illuminar a corveta.

«Convem notar que o sr. Palma Velho commandou o ataque contra Tungue, já depois de exonerado de governador de Cabo Delgado.

«A nova povoação que veiu substituir Meninguene, destruida pelas nossas forças, recebêra por ordem do governador geral o nome de *Palma*, em homenagem ao valoroso official.

«Congratulâmo-nos com o governo por todos estes brilhantes feitos, e por ser isto mais uma prova da competencia e habilidade com que dirige todos os ramos da administração publica.

«A reorganisação das colonias como a reorganisação da fazenda, são serviços de tal ordem que bastam para a gloria de um partido.»

*

*   *

No *Jornal do Commercio*, de 25 de maio de 1887, encontrâmos o seguinte:

Moçambique

«Por mais de uma vez temos tido occasião de dar conta, ao tratar das cousas de Moçambique, dos relevantes serviços alli prestados pelo coronel do exercito, José Raymundo de Palma Velho, esse official distincto que o governo actual teve immediato cuidado de exonerar, sob o futil pretexto de lhe haver pertencido o posto no exercito de Portugal, como se acima de quaesquer outras considerações não estivesse o talento e tacto administrativo com que o brioso official desempenhou a anterior e a actual commissão n'aquella provincia, dirigindo todos os serviços, levando a ordem a cada um d'elles e fazendo com que a honra, a disciplina e o dever fossem a norma dos seus administrados.

«Mas um official d'aquella tempera, que o governo affasta cuidadosa e rapidamente do ultramar, dando-se pressa em communicar a exoneração pelo telegrapho, em vez de embainhar a

espada, quando o governo lhe declarava a pouca conta em que tinha os seus relevantes e repetidos serviços, via a honra da bandeira em perigo, o bom nome de portuguezes na duvida, e foi elle o que primeiro empunhou a espada que a demissão não soube conter na bainha, quando o prestigio do seu nome e o valor da sua auctoridade podiam ser postos ao serviço da nação.

«Meninguene e Tungue foram novo theatro das suas glorias. Quando lhe batia á porta o telegramma que o exonerava exabruptamente, respondia elle acceitando de bom grado o commando das operações que haviam de ter tão brilhante exito n'aquelles dois pontos. E o governador da provincia, que sabia de antemão o que valia o bravo official, da sua tempera e caracter, louvava-o em portaria pelo modo como o sr. coronel Palma Velho se houvera em Meninguene, pela prudencia com que dispozera os elementos, pela sua attitude energica, pela fórma como soubera inspirar o respeito dos indigenas pela nossa bandeira, já finalmente conseguindo tornar sympathico e abençoado o dominio portuguez n'aquelle ponto que ha quarenta annos andava affastado do respeito á corôa.

«E não o envaideceram estes louros. Succedia-se Tungue: era preciso o seu braço fórte, a sua cabeça dirigente, era preciso ao illustre governador geral, o sr. conselheiro Augusto de Castilho, que lhe conhece o valor e o merito, um auxiliar que, como elle, tivesse exacta comprehensão do muito que havia a fazer.

«Tungue foi novo campo para os seus serviços, para a sua dedicação, heroicidade e amor patrio. E quando depois de um assalto tenaz, assalto começado pelo exemplo do bravo official, que se atirára á agua com os seus camaradas de armas, para vencer a distancia a que os escaleres podiam ficar do ponto de desembarque, e ter minado pela posse absoluta da bahia, depois de arriada a bandeira do sultão, voltava a dar conta de como desempenhára a sua missão de honra, saudavam-o todos á porfia e além dos justos louvores com que o benemerito governador geral o acolhia e todos os officiaes de terra e mar, era ainda premiado o seu valoroso esforço com uma portaria em que o governo geral põe em relevo a intelligencia, serenidade e denodo com que o coronel Palma Velho planeou, dirigiu e executou aquelles dois gloriosos ataques, sendo assim, palavras textuaes, por si só o principal obreiro de tão brilhante feito.

«O premio maior para o distincto e brioso official tem elle na consciencia de haver cumprido o seu dever de militar honrado e de portuguez leal, sobretudo quando o governo esquecia e dispensava os seus serviços.

«Agora póde esse mesmo goveruo dar-lhe novamente uma

mercê que elle dignamente rejeitou, e guardar a commenda da Torre e Espada para qualquer influente eleitoral; póde dispensar os seus serviços leaes e esforçados: o que não póde é deixar de ver gravadas na lamina d'aquella espada as glorias de Meninguene e Tungue; o que não póde é apagar dos annaes da historia moderna de Moçambique o nome do bravo coronel Palma Velho, como da povoação em que hoje assenta o commando militar, o nome de quem n'uma vida inteira tem sido exemplo de honra, de probidade e de lealdade.

«A portaria de 12 de março ultimo, firmada pelo conselheiro Augusto de Castilho, dando o nome de *Palma* áquella povoação póde bem compensar o coronel Palma Velho da indifferença com que o governo mediu os seus serviços.»

*

*   *

O *Economista*, de 26 de maio de 1887, publicou o seguinte:

A tomada de Tungue

«Não nos parece demais deixar registados alguns pormenores dos acontecimentos de Tungue e relatar algumas das circumstancias occorridas na tomada d'essa posição occupada pela gente do sultão de Zanzibar, e de toda a parte norte da bahia até ao Cabo Delgado.

«Dos documentos publicados vemos com satisfação que todos quantos cooperaram para o resultado obtido não pouparam esforços para que a bandeira portugueza fosse respeitada, e que ás nossas gloriosas tradicções em Africa se juntasse mais um facto que nos honra e que ha-de servir para manter o nosso prestigio.

«E' justo, porém, distinguir os que mais se assignalaram nos seus esforços, e cuja dedicação mais concorreu para o resultado obtido.

«Decerto ao governador Augusto de Castilho, a quem folgâmos mais uma vez de prestar o nosso sincero elogio e que com satisfação vemos que tem sabido responder como responde um homem de coração, um funccionario brioso e um homem intelligente, aos que duvidavam da sua competencia, ou por quaesquer despeitos pretendam malsinal-o, pertence o principal louvor pelo acerto com que soube dirigir esta expedição, a despeito das contrariedades de que por vezes se viu rodeado.

«Depois d'elle é dever mencionar o sr. coronel de cavallaria José Raymundo de Palma Velho, governador do districto

«A nossa historia recorda-nos factos notabilissimos de abnegação e hombridade na conquista do mundo desconhecido pela gloria das armas e da navegação. Nem pode duvidar-se que ainda hoje, como nos tempos antigos, a abnegação e o amor da patria são da indole do povo portuguez, e que entre elle sobresahem verdadeiros prodigios de dedicação pelas glorias e engrandecimentos d'esta heroica nacionalidade.

«Ha nomes que devem recordar-se sempre, porque são benemeritos da patria, e porque são um verdadeiro exemplo de valor e de orgulho nacional.

«Ainda ha pouco a coragem e o valor de Capello e Ivens foi celebrada e apreciada pelo mundo civilisado; e os seus brilhantes feitos no engrandecimento da patria serão immorredouros como immorredouros serão os seus nomes.

«Um facto ainda mais moderno, porque é de ha poucos dias, mas que precisa de ser commemorado, exaltado e glorificado, por isso que é um verdadeiro assombro de dedicação pela patria, um exemplo palpitante de coragem e denodo militar, digno da historia e dos mais levantados elogios e reconhecimento do Estado, em cuja honra reflectem de um modo brilhantissimo, vamos nós narrar; porque é tambem um dos mais restrictos deveres da imprensa jornalistica archivar com a auréola, que de direito lhe pertence, os nomes d'aquelles que mais e melhores serviços prestam á causa e á honra nacional.

«E' José Raymundo de Palma Velho, dignissimo coronel do exercito portuguez, de quem queremos fallar, e Meninguene e Tungue o novo campo das suas glorias.

«Relevantissimos eram já os serviços prestados em Moçambique pelo distinctissimo official do nosso exercito em differentes commissões que alli exerceu o sr. Palma Velho, das quaes se desempenhou sempre pelo modo mais brilhante e digno. Estes trabalhos foram de ordem tal que sempre mereceram os mais rasgados encomios e louvores, exarados em documentos officiaes, do digno governador d'aquella provincia.

«Mereceu o muito brioso official ser nomeado governador de Cabo Delgado, e os serviços que a sua illustração prestou ao credito e ao bom nome portuguez foram taes e tantos que o sr. conselheiro Augusto de Castilho, governador geral, conhecedor das distinctissimas qualidades do bravo militar, teve sempre na maxima conta o prudente conselho e a intelligente direcção d'este funccionario. E os relevantissimos serviços prestados pelo sr. José Raymundo de Palma Velho eram exaltados, como mereciam, nos *Boletins Officiaes*.

«Mas este nobre e honrado caracter pertenceu sempre, por uma convicção profunda de principios e de escola, ao partido regenerador, que muitissimo se enobrece com joias de ta-

manho quilate, e portanto á intolerancia do partido progressista foi sacrificado o benemerito funccionario!

«Não commentaremos este facto; a politica que taes aggravos commette, decerto não é digna da consideração publica, porque é de si propria e não do paiz.

«Parece que o brioso official recebeu uma condecoração qualquer, que immediatamente rejeitou. Faltava ainda este facto para mais exalçar as nobres qualidades do distinctissimo militar.

«Mas estava exonerado o sr. José Raymundo de Palma Velho pelo governo progressista; e quando recebia esta noticia pelo telegrapho eram os seus serviços justa e francamente louvados e apreciados pelo nobre governador geral da provincia nos *Boletins Officiaes!*

«E, notavel coincidenria, é ainda n'esta occasião que o illustre coronel Palma Velho foi encarregado, pelo governador geral, de dirigir o ataque de Meninguene e Tungue, ha muito tempo conquistados pelos arabes, e, apesar de ter recebido já a sua exoneração, não duvidou o bravo militar acceitar o honroso sacrificio que a sua patria exigia.

«Os *Relatorios ácerca da tomada e occupação da parte norte da bahia de Tungue pelas forças navaes portuguezas,* e outros *documentos officiaes,* que temos á vista, são o epilogo honrosissimo, heroico e verdadeiramente extraordinario dos serviços prestados pelo bravo e intelligentissimo militar portuguez na direcção d'aquelles feitos militares.

«O sr. governador dirigiu ao sr. Palma Velho ainda os maiores elogios por este novo e brilhantissimo successo; e á nova povoação que deve substituir Meninguene, destruida pelas forças do commando do sr. Palma Velho, poz elle o nome de *Palma.*

«Entre outros, o seguinte trecho da portaria do sr. governador da provincia de Moçambique resume o alto apreço em que tem os serviços do illustre coronel:

«Hei por conveniente louvar em meu nome o coronel de cavallaria, José Raymundo de Palma Velho, pela intelligencia, serenidade e denodo com que planeou, dirigiu e executou os dois ataques de Meninguene e Tungue, sendo assim por si só o principal obreiro de tão brilhante feito.» *(Portaria de 12 de março de 1887.)*

«O sr. Palma Velho descende de uma familia illustre e por muitos titulos já distincta; estes factos são novos titulos de gloria que muito a honram.»

. . . .

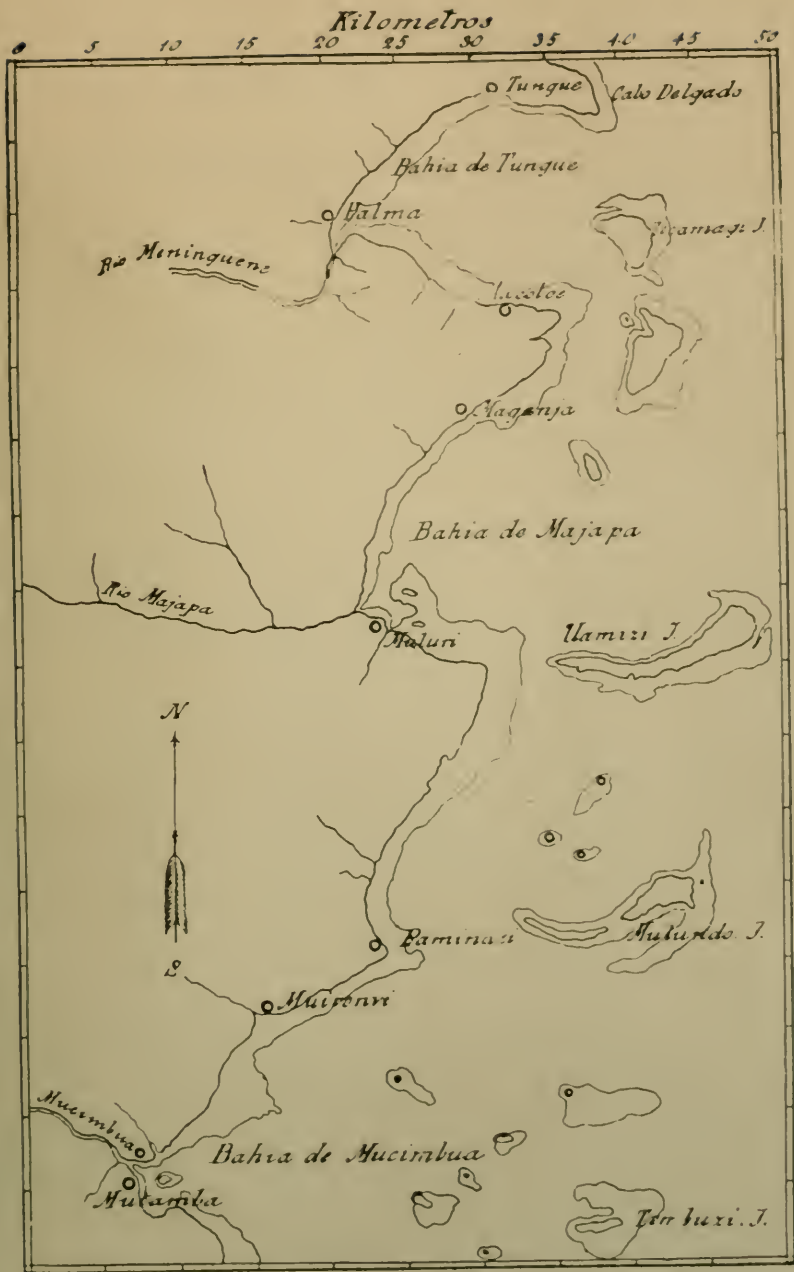
*

* *

Terminando, diremos, para evitar duvidas e confusões, que descrevemos os acontecimentos quanto foi preciso, para demonstrar que o ataque e tomada das povoações da bahia de Tungue se fez contra um inimigo poderoso, que apesar de fortificado, bem fornecido e armado para tenaz resistencia, foi gloriosamente vencido pelos portuguezes; mas que a occupação se fizera dias depois, sem encontrar forças inimigas, que haviam retirado, batidas em completa derrota, sobre as ruinas e cinzas das povoações, que foram carajosamente destruidas e queimadas pelas nossas forças, e sobre as sepulturas dos que tiveram a infelicidade de perecer fazendo-nos fogo. A tomada foi gloriosa, a occupação foi pacifica.

Se no que fica escripto ha uma parte louvavel para o coronel Palma Velho, dê-se tambem o devido louvor, como é de bom direito e justiça, ao sr. conselheiro Augusto de Castilho.

Foi elle quem tomou a iniciativa, e que pelo seu patriotismo, energia e intelligencia conseguiu a revindicação da bahia de Tungue. Se os poderes superiores não louvaram nem galardoaram ainda serviços tão relevantes, fique o publico sabendo, fique o paiz conhecendo o que deve áquelle distinctissimo official, áquelle benemerito da patria. Oxalá lhe déssem ordem de avançar mais para o norte, que teria resolutamente encarregado o coronel Palma Velho de occupar com a sua força e arvorar a bandeira portugueza na margem direita do Rovuma, como praticou em Tungue, fixando assim um limite mais em harmonia com a natureza do terreno, livre de contestações no interior, e satisfazendo os justos desejos dos povos visinhos, sempre receiosos de invasões estrangeiras.

MAPPA N.º 1

Escala: 1:500000

MAPPA N.º 2

Média das observações meteorologic

MEZES	QUINZENAS	PRESSÃO	TEMPERATURA	CURVA — MILLIMET
Janeiro	1.ª	762,9	30,3	102
»	2.ª	761,1	29,0	260
Fevereiro	1.ª	762,7	29,4	176
»	2.ª	762,9	29,7	71
Março	1.ª	762,8	29,5	117
»	2.ª	762,9	29,0	145
Abril	1.ª	764,2	27,9	332
»	2.ª	765,3	27,6	105
Maio	1.ª	766,1	27,1	48
»	2.ª	767,3	26,6	55
Junho	1.ª	768,8	25,7	9
»	2.ª	769,8	25,3	19
Julho	1.ª	768,9	25,2	45
»	2.ª	768,7	25,1	64
Agosto	1.ª	768,1	25,4	3
»	2.ª	768,2	26,1	11
Setembro	1.ª	767,8	26,2	4
»	2.ª	767,8	27,4	30
Outubro	1.ª	766,1	28,2	6
»	2.ª	765,5	29,0	16
Novembro	1.ª	765,3	29,5	17
»	2.ª	764,0	29,9	38
Dezembro	1.ª	763.6	30,3	46
»	2.ª	763,7	30,4	66

O barometro e thermometro estavam á sombra, n'um gabinete com frente para SSO., bem tilado e com a capacidade de 165 metros cubicos.

MAPPA N.º 3

tas em 46 mezes no Ibo (Africa oriental)

VENTO	ESTADO DO CÉU			
	NUVENS	ENCOBERTO	LIMPO	TROVOADA
N. 7^{d}NNE. 5^{d}E.	6^{d}N.	5^{d}E.	4^{d}L.	7^{d}T.
N. 5^{d}NNE. 4^{d}NE. 2^{d}E.	7^{d}N.	9^{d}E.	–	12^{d}T.
N. 4^{d}NNE 2^{d}NE. 1^{d}E. 1^{d}SE.	5^{d}N.	7^{d}E.	3^{d}L.	5^{d}T.
N. 2^{d}NNE. 3^{d}NE. 3^{d}E. 2^{d}SE.	8^{d}N.	1^{d}E.	4^{d}L.	4^{d}T.
N. 2^{d}NNE. 4^{d}NE. 2^{d}E. 1^{d}S. 1^{d}SSE. 1^{d}SE.	5^{d}N.	5^{d}E.	5^{d}L.	6^{d}T.
N. 1^{d}NNE. 2^{d}NE. 3^{d}E. 2^{d}S 5^{d}SE. 1^{d}O.	3^{d}N.	5^{d}E.	3^{d}L.	6^{d}T.
S. 2^{d}SSE. 9^{d}SE. 1^{d}E.	8^{d}N.	5^{d}E.	2^{d}L.	8^{d}T.
S. 2^{d}SSE. 5^{d}SE. 2^{d}E. 1^{d}N.	6^{d}N.	2^{d}E.	7^{d}L.	1^{d}T.
S. 7^{d}SSE. 2^{d}SE.	7^{d}N.	1^{d}E.	7^{d}L.	–
S. 4^{d}SSE. 10^{d}SE.	4^{d}N.	3^{d}E.	9^{d}L.	–
S. 8^{d}SSE. 4^{d}SE.	2^{d}N.	1^{d}E.	12^{d}L.	–
S. 4^{d}SSE. 8^{d}SE.	4^{d}N.	3^{d}E.	8^{d}L.	–
. 7^{d}SSE. 5^{d}SE.	6^{d}N.	1^{d}E.	8^{d}L.	–
. 6^{d}SSE. 8^{d}SE.	3^{d}N.	4^{d}E.	9^{d}L.	–
SE. 9^{d}SE. 2^{d}E.	3^{d}N.	1^{d}E.	11^{d}L.	–
SE. 8^{d}SE. 3^{d}E. 1^{d}NE.	3^{d}N.	–	13^{d}L.	–
SE. 5^{d}SE. 5^{d}E. 1^{d}N. 2^{d}NNE.	3^{d}N.	–	12^{d}L.	–
SE. 9^{d}SE. 4^{d}E. 1^{d}NE.	4^{d}N.	–	11^{d}L.	–
. 2^{d}NNE. 3^{d}NE. 4^{d}E. 5^{d}SE.	6^{d}N.	–	9^{d}L.	–
. 5^{d}NNE. 2^{d}NE. 5^{d}E. 1^{d}SE.	3^{d}N.	–	13^{d}L.	–
NE. 1^{d}NE. 3^{d}E. 2^{d}S. 2^{d}SE.	5^{d}N.	–	10^{d}L.	–
NE. 1^{d}NE. 6^{d}E. 2^{d}SE.	7^{d}N.	–	8^{d}L.	3^{d}T.
. 5^{d}NNE. 2^{d}NE. 5^{d}E. 2^{d}SE.	8^{d}N.	1^{d}E.	6^{d}L.	5^{d}T.
NE. 2^{d}NE. 3^{d}E. 2^{d}SE.	9^{d}N.	1^{d}E.	6^{d}L.	4^{d}T.

Altitude acima do nivel do mar 7^m. Observações feitas ás tres horas da tarde. Latitude 12°,20' S. itude 49°,36' E. do meridiano de Lisboa.